



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - UFRPE
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA E MESTRADO EM
HISTÓRIA

MARIANO SÉRGIO PEREIRA DA SILVA

CIDADE COMO ESPAÇO DE LUTA: Trajetória, Narrativa e Memória da
Ocupação da Vila Irmã Dulce em Teresina – PI, na Década de 1990

RECIFE – PE

2020

MARIANO SÉRGIO PEREIRA DA SILVA

**CIDADE COMO ESPAÇO DE LUTA: Trajetória, Narrativa e Memória da
Ocupação da Vila Irmã Dulce em Teresina – PI, na Década de 1990**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História Social da Cultura Regional do Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mariana Zerbone Alves de Albuquerque

RECIFE - PE

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas

Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586c Pereira da Silva, Mariano Sérgio

CIDADE COMO ESPAÇO DE LUTA: Trajetória, Narrativa e Memória da Ocupação da Vila Irmã Dulce em Teresina - PI, na Década de 1990 / Mariano Sérgio Pereira da Silva. - 2020.

139 f.: il.

Orientadora: Mariana Zerbone Alves de Albuquerque.

Inclui referências

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2020.

1. Cidade. 2. Espaço Urbano. 3. Luta. 4. Direito à Moradia. I. Albuquerque, Mariana Zerbone Alves de, orient. II. Título.

CDD 981

MARIANO SÉRGIO PEREIRA DA SILVA

CIDADE COMO ESPAÇO DE LUTA: Trajetória, Narrativa e Memória da Ocupação da
Vila Irmã Dulce em Teresina – PI, na Década de 1990

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado
em História Social da Cultura Regional do
Departamento de História da Universidade
Federal Rural de Pernambuco, como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre em
História.

Aprovado em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Mariana Zerbone Alves de Albuquerque (Orientadora)
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Prof. Dr. Marcos Vinicius Pereira Oliveira (Examinador Externo)
Instituto Federal do Piauí (IFPI)

Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia do Nascimento Oliveira (Examinadora Interna)
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

Dedicatória

A minha querida irmã/mãe **Ana Maria (aninha)**, por nunca desistir e por sempre ter me incentivado a buscar o conhecimento por meio do estudo, com a certeza de que essa jornada acadêmica teve início com sua persistência e dedicação. Obrigado pelo incentivo e pela confiança, serei eternamente grato.

A minha mãe, **Luzia Alves**, pelos ensinamentos de vida e pela educação familiar que tanto agradeço.

Ao meu pai, **Francisco Pereira**, pela presença permanente em minha vida.
Aos meus irmãos, Raimundo José, Zélia Soares (cunhada e madrinha), Angélica, Maria de Jesus (que me acolheu por muitos anos em sua casa, dando-me guarita e segurança, serei sempre grato), Maria Audenice, Antônio Francisco e José Célio.

E a toda minha família pelo apoio e confiança.

Agradecimentos

A Deus, pela oportunidade de realizar mais este sonho. A todos que por partes ajudaram na elaboração deste trabalho, bem como meus pais Francisco Pereira e Luzia Alves, aos irmãos e amigos que me apoiaram, dando toda assistência para que eu pudesse desenvolver esse projeto.

A minha orientadora, professora Doutora Mariana Zerbone Alves de Albuquerque, pela leveza nas palavras, pela fraterna acolhida desde o primeiro momento de encontro em Recife e por todas as orientações que ajudaram no desenvolvimento deste trabalho.

A minha irmã Maria de Jesus e meu cunhado Gonçalo Mendes, e aos meus sobrinhos Paulo Vitor (afilhado) e Pedro Augusto, por terem me acolhido e, assim, contribuído em todo o processo educacional. Obrigado pelo amor e carinho.

A minha irmã Audenice e Regivaldo Rodrigues e a minha sobrinha e afilhada Maria Eduarda, pelo apoio durante a fase inicial de minha jornada em Teresina, dando-me suporte necessário para que eu pudesse trilhar meus objetivos.

Ao meu irmão e padrinho Raimundo José, a minha cunhada e madrinha Zélia Soares, a minha sobrinha Maysa Kelle, pelo amor demonstrado em todos os momentos. Obrigado pela cumplicidade.

A minha querida prima e grande amiga Mônica Leite, pelo carinho e amor que sempre demonstrou. Sua trajetória de vida é exemplo e tento me guiar por seus ensinamentos. Sua simplicidade e humildade são bases que me norteiam. Obrigado por tudo.

Aos meus amigos Marcos Vinicius e Polyanna Milany, pelo incentivo e amor fraterno. São pessoas essenciais em minha jornada de vida, agradeço sempre pelo amor e carinho.

À dona Lucia Moraes e ao Alberone Moraes, pelo carinho e acolhida. Serei sempre grato a Deus por me proporcionar encontrar pessoas especiais como vocês. Agradeço imensamente o apoio nos momentos de fragilidade.

Aos amigos Sebastião, Vinicius Luz e Larissa Luz, e também ao nosso pequeno Caetano, que tanto tenho carinho, por estarem comigo nessa caminhada do mestrado em Recife. Pessoas queridas que me acolheram com muito amor e carinho.

Aos meus amigos piauienses de Tianguá no Ceará, Simone, Amanda, Edvaldo, Viana, Carlos, Ederson, pelo apoio e pela recepção que sempre tiveram. Obrigado pelo carinho.

As minhas amigas de Tianguá no Ceará, Humberta, Franciane e Eliziane por terem me acolhido com muito carinho e a todos os colegas da escola Assunção Pereira da Costa. Obrigado pelo apoio.

Aos meus amigos que sempre estão ao meu lado em todas as circunstâncias, Larice, Paula Raquel, Michele, Vivaldo, Hanna Morgana, Silvana, Gilgleyson, Jaqueline, Iranir, Maria da Cruz, Lorena, Larissa e dona Conceição (por quem tenho uma grande admiração). Obrigado por tudo.

À Prefeitura Municipal de Tianguá, por meio da Secretaria de Educação, pelo incentivo e comprometimento com o crescimento profissional de seus colaboradores e pelo apoio financeiro nos estudos e na pesquisa, o qual viabilizou esse sonho.

Ao departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco- UFRPE, aos professores e amizades construídas no decorrer do curso.

Esse trabalho teve apoio de vários colaboradores, como os organizadores da ocupação da Vila Irmã Dulce e moradores, que deram valiosas contribuições, estando envolvidos direta ou indiretamente neste projeto.

À Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação de Teresina- SEMPLAN, pela ajuda e por fornecer os dados necessários para a formação desse trabalho.

Por fim, agradeço a todos que de certo modo me apoiaram na conclusão deste trabalho, dando-me forças indispensáveis nos momentos difíceis.

Vila Irmã Dulce

Um lugar onde a inspiração é a caridade e o amor, inspiração em alguém que muito ajudou.

Destacada como uma das maiores vilas do Brasil, onde a sua origem é uma ocupação, colocou em um só lugar muita gente de bom coração. Hoje muito mais desenvolvida, temos orgulho de ver muitas histórias e conquistas.

Como todo começo também teve seus tropeços, porém é de admirar um grande povo a lutar, lutar pelo recomeço, pelo seu lugar, hoje e sempre é de admirar.

Repare, pois, parece uma pequena cidade dentro de outra, onde com muita grandiosidade se desenvolveu com luta e amor.

Thyago André de Castro

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar a memória da ocupação da vila Irmã Dulce em Teresina-PI, na década de 1990, destacando as múltiplas formas em que a cidade se manifesta através de seus agentes sociais e a relação que surgiu com a necessidade de uma gestão que vem caracterizar o espaço urbano. Além disso, buscará discutir as problemáticas urbanas que surgem com o advento do capitalismo para compreender o modo capitalista na sociedade (LEFEVBRE, 1969), que reflete no cotidiano urbano como fator de aceleração do crescimento das cidades. Analisaremos ainda a dinâmica da cidade como um lugar de produção social e também como um lugar de grandes desigualdades socioespaciais, gerando a fragmentação do espaço urbano e a segregação espacial, por meio das diferentes estruturas sociais existentes nos núcleos urbanos, de modo que a cidade será discutida como um espaço produtor e reprodutor das relações sociais, exibindo a sociabilidade complexa na aglomeração populacional, podendo ser visualizados os contrastes sociais, bem como os conflitos existentes nos núcleos urbanos. Nesse âmbito, destaca-se a cidade de Teresina na década de 1990 como um palco de transformações e contrastes (LIMA, A. J. 2007) que fez surgir inovações no corpo urbano da cidade, de forma que essa renovação do espaço urbano é construída por meio da temporalidade, permitindo analisar, através da memória dos organizadores da ocupação, o modo como as problemáticas sociais podem aparecer na sociedade moderna, trazendo em seu contexto uma grande complexidade em relação à forma como o homem ocupa seu espaço nas cidades contemporâneas. O processo histórico de formação da cidade de Teresina nos permite analisar as transformações urbanas na cidade, que, de certo modo, caracteriza a construção das problemáticas que envolvem as dificuldades enfrentadas pelos migrantes (ARAÚJO, 2010) que chegavam em Teresina, e que, muitas vezes, incorporavam as práticas cotidianas dos pobres urbanos (LIMA, A. J. 2003), o que desencadeou uma luta e conflitos na cidade pelo direito à moradia, com a ocupação de espaços vazios, principalmente no final da década de 1980 e início da década de 1990, formando favelas e vilas (LIMA, A. J. 2007). Nesse contexto, a luta dos pobres urbanos (LIMA, A. J. 2003), no final da década 1990 em Teresina, fez surgir uma nova configuração de organização do espaço urbano. O processo de ocupação da Vila Irmã Dulce traz a imagem de sujeitos pobres que lutam pelo direito de conquistar um espaço de terra dentro da esfera urbana. Assim, ao analisarmos a memória de pessoas envolvidas diretamente nesse processo, como os organizadores e sujeitos que participaram diretamente da ocupação da Vila Irmã Dulce, podemos apreender os sentidos produzidos como forma de ressignificação da luta pelo direito à moradia, destacando as dificuldades enfrentadas no início da Vila e as relações construídas pelos moradores, objetivando, por meio das falas dos sujeitos, compreender a relação coletiva estabelecida pelos ocupantes da Vila e de que maneira o território torna-se parte integrante do sentimento de pertencimento, da dinâmica social e urbana da cidade de Teresina. A vila Irmã Dulce surge devido às problemáticas urbanas que envolvem a cidade de Teresina e, com isso, as lutas dos pobres urbanos pelo direito à moradia e à dignidade passa a ser motivação para o enfrentamento em busca de melhorias estruturais e sociais para os moradores da Vila Irmã Dulce.

Palavras-chave: Cidade; Espaço Urbano; Luta; Direito à Moradia.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the memory of the occupation of the Irmã Dulce village in Teresina-PI, in the 1990s, highlighting the multiple ways in which the city manifests itself through its social agents and the relationship that emerged with the need for management that characterizes the urban space. Discuss the urban problems that arise with the advent of capitalism to understand the capitalist mode in society (LEFEVRE, 1969), which reflects in the urban daily life as a factor for accelerating the growth of cities, in addition to analyzing the dynamics of the city as a place of production social and also as a place of great socio-spatial inequalities, generating fragmentation of urban space and spatial segregation, through the different social structures existing in urban centers. Being the city discussed here as a producer and reproducer of social relations, exhibiting the complex sociability in the population agglomeration, it can be visualized the social contrasts, as well as the existing conflicts of the urban centers, highlighting the city of Teresina in the 1990s as a stage of transformations and contrasts (LIMA, A. J. 2007) that gives rise to innovations in the urban body of the city, where this renewal of the urban space is built through temporality, allowing analyzing through the memory of the organizers of the occupation how social problems appear in modern society, bringing in its context a great complexity in relation to the way man occupies his space in contemporary cities. The historical process of formation of the city of Teresina, allows us to analyze the urban transformations in the city, which, in a way, characterizes the construction of the problems that involve the difficulties faced by migrants (ARAÚJO, 2010) who arrived in Teresina, and that, the daily practices of the urban poor were often incorporated (LIMA, A. J. 2003), which triggered the struggle and conflicts in the city for the right to housing, with the occupation of empty spaces, mainly in the late 1980s and early 1990s, forming slums and villages (LIMA, A. J. 2007). In this context, the struggle of the urban poor (LIMA, A. J. 2003) in the late 1990s in Teresina, gives rise to a new configuration of organization of urban space. The occupation process of Irmã Dulce village, brings the image of poor subjects who fight for the right to conquer a space of land within the urban sphere. Thus, when we analyze the memory of people directly involved in this process, such as the organizers and subjects who directly participated in the occupation of Irmã Dulce village, we can apprehend the meanings produced as a means of redefining the struggle for the right to housing, highlighting the difficulties faced at the beginning of the village and the relationships built by the residents, aiming through the subjects' statements, the collective and organized relationship by the occupants of the Village and how the territory becomes an integral part of the feeling of belonging to the social and urban dynamics of the city of Teresina. The Irmã Dulce village, appears due to the urban problems that surround the city of Teresina and with that, the struggles of the urban poor for the right to housing and dignity becomes motivation for the confrontation in search of structural and social improvements for the residents of the Irmã Dulce village.

Keywords: City; Urban Space; Fight; Right to Housing.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	- Mapa de localização da Vila Irmã Dulce em Teresina, em relação ao centro da cidade.....	20
Figura 2	- Croqui de Teresina de 1855.....	45
Figura 3	- Mapa de Teresina com a Divisão dos Bairros 1993.....	69
Figura 4	- Mapeamento de vilas e Favelas em Teresina	71
Figura 5	- Mapa da localização da Vila Irmã Dulce em Teresina 1999.....	80
Figura 6	- Mapa de satélite da Vila Irmã Dulce, com divisões dos bairros.....	89
Figura 7	- Censo demográfico do IBGE, 2010 área urbana de Teresina.....	102
Fotografia 1	- Avenida Frei Serafim, final da década de 1940.....	51
Fotografia 2	- Construção da Ponte Juscelino Kubistchek, 1956.....	52
Fotografia 3	- Primeiro dia de Ocupação da atual Vila Irmã Dulce.....	82
Fotografia 4	- Limpeza da área para Ocupação da atual Vila Irmã Dulce.....	85
Fotografia 5	- Ocupantes nas barracas na atual Vila Irmã Dulce.....	86
Fotografia 6	- Ato Público para escolha do nome da comunidade.....	87
Fotografia 7	- Avenida Santa Maria Paulina, Vila Irmã Dulce.....	90
Fotografia 8	- Rua na atual Vila Irmã Dulce.....	91
Fotografia 9	- Limpeza da área de ocupação.....	114
Fotografia 10	- Construção das primeiras moradias na Vila Irmã Dulce.....	116
Fotografia 11	- Visita do Juiz a ocupação que originou a Vila Irmã Dulce.....	118
Fotografia 12	- Casas de palhas na ocupação que originou a Vila Irmã Dulce.....	119
Fotografia 13	- Primeiros anos de ocupação da Vila Irmã Dulce.....	120
Fotografia 14	- Andreia Alves da Silva, participante do movimento de ocupação da Vila Irmã Dulce, em Teresina – PI.....	127
Fotografia 15	- Mãe amamentando seu filho no primeiro dia de ocupação.....	128
Gráfico 1	- Perfil dos Bairros, Angelim zona sul de Teresina, 2018	21
Tabela 1	- Número de habitantes em Teresina – PI, décadas de 1950–1991.....	47
Tabela 2	- População residente, por sexo e situação de domicílio.....	55
Tabela 3	- Pessoas não naturais do Município onde residem, por lugar do domicílio anterior, segundo as zonas fisiográficas. Teresina PI, 1960.....	56
Tabela 4	- Índice de Pobreza no Estado do Piauí na década de 1980.....	58

Tabela 5	- Unidades habitacionais produzidas pela COHAB -1966/1990.....	62
Tabela 6	- Zoneamento das vilas, favelas, parques e residenciais.....	72
Tabela 7	- Padrão construtivo segundo a renda, 1993.....	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPRO	Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais no Piauí
CEPISA	Companhia Energética do Piauí
COHAB	Companhia de Habitação do Piauí
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DCE	Diretório Central dos Estudantes
FAMCC	Federação de Associações de Moradores e Conselho Comunitário
FAMEPI	Federação das Associações de Moradores do Estado do Piauí
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INOCOOP	Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais
MNLM	Movimento Nacional de Luta por Moradia
MOPS	Movimento Popular de Saúde
MST	Movimento dos Sem Terra
MUVIS	Museu Virtual da Imagem e do Som do Piauí
ONGs	Organizações não governamentais
OXFAM	Organização Humanitária
PMH	Plano Municipal de Habitação
PMT	Prefeitura Municipal de Teresina
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
SEMHUR	Secretária Municipal de Urbanismo e Habitação
SEMPPLAN	Secretária Municipal de Planejamento e Coordenação de Teresina
UESPI	Universidade Estadual do Piauí.

SUMÁRIO

Introdução	15
1.0 Metrópolis Brasileiras e os Pobres Urbanos: Um Processo Histórico.....	27
1.1 Sociedade Capitalista e o Modo de Vida Urbano.	32
1.2 Cidade Como um Lugar de Produção e Desigualdades Socioespaciais	35
1.3 A Fragmentação Urbana e a Segregação Socioespacial	40
2.0 Cidade e Pobreza: O Caso da Vila Irmã Dulce em Teresina PI, na década de 1990.	44
2.1 Teresina uma Cidade Formada por Migrantes.....	47
2.2 Pobres Urbanos em Teresina.	58
2.3 Conflitos e Formações de Favelas e Vilas em Teresina na década de 1990.....	67
2.4 Vila Irmã Dulce como Fruto do Processo Histórico da Cidade de Teresina	81
3.0 Cidade, Memória e Território: De Ocupação a Vila Irmã Dulce	93
3.1 Territórios: Práticas e Concepções	97
3.2 Trajetórias e Narrativas Sobre a Ocupação da Vila Irmã Dulce.....	101
3.3 O Protagonismo das Mulheres na Luta pelo Direito à Moradia.....	121
Considerações Finais.....	131
Referências Bibliográficas.....	136

Introdução

A proposta do presente trabalho é apreender sobre a construção da memória dos moradores e a ideia de Território na vila Irmã Dulce em Teresina – PI, na década de 1990. A vila Irmã Dulce se destaca por ser a maior vila de Teresina e é considerada uma das maiores da América Latina (NETO e LIMA, 2007). A ocupação da Vila Irmã Dulce se deu no dia 03 de junho de 1998, sendo este dia conhecido como dia nacional de ocupação no Brasil. Um momento emblemático de luta por moradia que implica na reorganização do espaço urbano de Teresina – PI.

Cerca de 5 mil pessoas, com foices, enxadas e facões ocuparam na noite do dia 03 de junho de 1998 um terreno no bairro Angelim, na zona sul de Teresina (JORNAL O DIA, 1998). O Terreno pertencia na época à construtora Cipremo e a Cohab¹. Os primeiros ocupantes eram em sua maioria migrantes que vieram de Estados vizinhos como o Maranhão, Ceará, Pará, além de pessoas do interior do Piauí em busca de trabalho e melhoria de vida na cidade (LIMA, A. J. 2003). Estes, inseridos no contexto da luta por moradia, na capital Teresina, podem ser caracterizados como pobres urbanos por vivenciarem práticas de vidas que exclui grupos ou pessoas de melhores condições sociais e materiais, assim os pobres urbanos se inserem em grupos não privilegiados e convivem com experiências de desigualdades sociais (LIMA, A. J. 2003).

A ideia desta pesquisa nasceu em estreita vinculação com a trajetória de pesquisador do autor deste trabalho, ainda no âmbito do curso de graduação em história da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, no qual se desenvolveu uma pesquisa de campo que deu origem ao trabalho de conclusão de curso.

A escolha por essa proposta se deu, portanto, a partir de minha vivência na Vila e de minhas relações de amizades construídas no período em que lecionei na escola municipal Raimundo Nonato Monteiro Santana, localizada na Vila, de maneira que por meio de conversas cotidianas, pude perceber a forte relação das pessoas com o lugar e as lembranças vivenciadas em torno da ocupação.

Somando-se a isso a constatação da origem da Vila Irmã Dulce associada ao processo desordenado da urbanização de Teresina, bem como o crescimento da pobreza urbana, desencadeado por um forte fluxo de migração o qual Teresina estava envolvida desde sua fundação. Contexto que nos leva a buscar uma maior compreensão de todo esse processo, mas

¹ Jornal O Dia, 04 de junho de 1998. Teresina – PI nº 11906 páginas 6 a 9.

especificamente no que se refere a construção da memória e a ideia de território pelos moradores da Vila Irmã Dulce.

De acordo Lucineide², presidente da Federação das Associações de Moradores e Conselho Comunitário - FAMCC, no ano de 1998, o movimento de ocupação foi, propositalmente, em 03 de junho de 1998, dia em que ocorriam, em várias partes do Brasil, diversas ocupações. O propósito do movimento era chamar atenção do poder público para o problema da falta de habitação e do direito dos pobres urbanos à moradia.

O processo de ocupação na vila Irmã Dulce ocorreu de forma planejada e organizada. A maioria das pessoas estavam com expectativas de permanecer no lugar e construir uma “vida digna”. A Federação das Associações de Moradores e Conselho Comunitário- FAMCC³ foi a responsável pela organização da ocupação, inclusive fez o cadastro das famílias e a divisão dos lotes (NETO e LIMA, 2007).

De acordo com o Padre Brasil⁴, membro da igreja Católica que esteve diretamente ligado na organização da ocupação, a escolha da área para ocupação, que originou a Vila Irmã Dulce, se deu por vários motivos, como por exemplo, o acesso ao transporte coletivo, aproximação com rede de abastecimento de água tratada e energia elétrica. A escolha do terreno nas proximidades do Conjunto Residencial Esplanada, distante cerca de 15 quilômetros do centro da cidade, atendia às primeiras necessidades para que houvesse a construção dos primeiros barracos.

A escolha e definição do nome para a comunidade se deu de forma democrática, pois todos os ocupantes tiveram o direito de opinar (JORNAL O DIA, 1998). Vários nomes foram colocados como sugestões: Canudos, Palmares, Mimbó e Divina Santa Cruz, um dos nomes mais cogitados (JORNAL O DIA, 1998).

Contudo, a definição final do nome “Vila Irmã Dulce” se deu, sobretudo, pela associação da causa dos ocupantes às características da importante figura católica Irmã Dulce, como relata um ocupante, a partir de uma visita exploratória a Vila, “o nome da comunidade

² Lucineide, era presidente da FAMCC – Piauí, no ano de 1998, hoje é Professora Adjunta, Dedicção Exclusiva, da Universidade Estadual do Piauí - UESPI., em entrevista concedida ao autor em janeiro de 2020.

³ Fazia parte desta federação militantes do partido dos trabalhadores, oposição ao governo municipal da época (NETO e LIMA, 2007)

⁴ Demerval Dias Brasil, conhecido como Padre Brasil. Era Padre da área pastoral São Francisco de Assis, no Bairro Porto Alegre, Bairro próximo a ocupação que originou a Vila Irmã Dulce, na zona sul de Teresina.

ficou Irmã Dulce porque ela era guerreira, lutadora pela pessoa carente e foi o Padre Brasil⁵ que indicou esse nome”.

Com o nome do local definido, nasce, portanto, uma nova vila em Teresina, consigo nasce também a estigmatização de seus moradores, devido a presença de inúmeros problemas na comunidade, principalmente, a falta de infraestrutura, como acesso à água, à energia elétrica e outros serviços básicos.

É nesta direção e considerando todo o contexto histórico de crescimento urbano na cidade de Teresina que se origina a Vila e fundamenta-se o problema desta pesquisa: Como é construída a memória e a ideia de território pelos moradores da Vila Irma Dulce em Teresina PI, considerando os significados construídos e toda a trajetória da relação entre os ocupantes e a Vila? Por meio das entrevistas e materiais coletados podemos observar como a memória sobre a ocupação da Vila Irmã Dulce marca com grande poder de significação a trajetória de vida dos moradores e constrói uma ideia de pertencimento ao espaço ocupado, bem como a intensa discussão sobre os temas de vulnerabilidade social, a pobreza urbana e a falta de moradia em Teresina, pelos organizadores da ocupação, ajudou de certa forma na compreensão de toda a complexidade que se envolve no direito à moradia.

Como pressuposto inicial, supomos que a memória sobre a ocupação na Vila Irmã Dulce marca com grande poder de significação a vida dos moradores e constrói uma ideia de território muito ligado a este momento específico, destacando-se as lutas, as dificuldades enfrentadas e as precárias condições materiais que marcam o início da vila.

De acordo com Lima A. J. (2003), o pobre urbano vive e interpreta suas experiências, práticas e representações por meio da visão de mundo sobre o lugar social, vila, favela, trabalho e todas as múltiplas dimensões que constitui o indivíduo como pobre.

A Prefeitura de Teresina realizou, durante a década de 1990, o censo das Vilas e Favelas. O I censo foi realizado em 1993, o II censo em 1996 e o III censo foi realizado em 1999, ano em que a ocupação da Vila Irmã Dulce já havia acontecido. O objetivo do censo das Vilas e Favelas em Teresina, era atualizar dados e informações sobre as áreas pesquisadas⁶. Nesse sentido, a produção do censo das Vilas e Favelas, na década de 1990, contribuiu para a reflexão sobre as problemáticas que envolvem o uso do solo urbano da cidade, com isso, a categoria

⁵ O Padre Brasil foi importante membro da igreja católica ligado diretamente com a organização da ocupação inicial. O nome de Vila Irmã Dulce dado para a área ocupada foi uma homenagem à brasileira e missionária católica, Dulce Lopes Pontes (1914 – 1992), que iniciou os primeiros movimentos sociais de atendimento aos pobres em Salvador - BA, sugerido pelo Pe. Brasil – Pároco da Igreja do Residencial Porto Alegre - e aprovado em plebiscito informal pelos ocupantes.

⁶ Dados obtidos do Censo das Vilas e Favelas de Teresina – 1999. Prefeitura Municipal de Teresina – PI, 2000.

Vila e Favela possuem, de acordo com a Prefeitura de Teresina, práticas e concepções parecidas, mas com significação diferenciada.

Nesse estudo, a equipe da SEMHUR, que coordenou a pesquisa trabalhou as categorias de Vila: área de moradia (comunidade) surgida a partir de ocupação por famílias sem-teto sem obedecer às exigências feitas pela lei do parcelamento do solo mas possível de ser regularizada, saneada e urbanizada. Favela: área de moradia (comunidade) surgida a partir de ocupação por famílias sem-teto geralmente localizada em área de risco iminente (alagamento/desmoroamento) ou em leito de vias públicas (ruas e/ou avenidas) sujeitas quase sempre a remoção. (CENSO DE VILAS E FAVELAS, 1999, p. 9)

Nota-se, que a categoria Vila e Favela se difere basicamente pela regularização do uso do solo urbano. Nesse sentido, LIMA, A. J. (2003) ao analisar a Favela Morro da Garrincha⁷ e Vila Carlos Feitosa⁸, expõe de maneira clara a vivência dos pobres urbanos em ambas comunidades, e conseqüentemente faz a distinção entre, Vila e Favela. De acordo com LIMA, A. J. (2003, p179) “Um marco importante, portanto, destacável, de distinção das duas áreas pesquisadas, o Morro da Garrincha e a Vila Carlos Feitosa, é a regularização da posse, traço fundamental no processo de construção das subjetividades...”

A ocupação do solo urbano, por famílias sem-teto, expõe as precárias condições sociais, em que famílias pobres estão inseridas, contudo, a legalização da área de ocupação traz, de certo modo, uma tranquilidade para se construir uma vida mais digna, não mais baseada na instabilidade. Nesse sentido, a ocupação da Vila Irmã Dulce nos permite observar que todo o processo de formação da Vila constrói condições concretas de luta, que possibilitaram melhorias estruturais na comunidade, por estar relacionada à categoria Vila.

A pobreza urbana de Teresina foi o fator que desencadeou as lutas e os conflitos na formação de Vilas e Favelas dos grupos excluídos que buscavam o direito à moradia, ocasionando várias lutas em busca de um lugar para viver. Esse contexto resultou em toda uma reorganização territorial urbana da cidade, a partir da década de 1990. Portanto, um momento histórico de importante valor heurístico para compreensão do processo de ocupação territorial urbana na cidade de Teresina - PI.

A definição de pobre urbano (LIMA, A. J. 2003) não constitui a única referência a partir do lugar em que ele ocupa, mas também com base na investigação das trajetórias e vivências das famílias pobres que trazem a reflexão de experiências de desigualdades sociais.

⁷ De acordo com LIMA, A. J. 2003, a Favela Morro da Garrincha fica localizada na zona leste de Teresina, corresponde a um pequeno núcleo, localizados em terrenos particulares, constituído por 61 habitações (LIMA, A. J. 2003, p. 151)

⁸ A Vila Carlos Feitosa, localiza-se no Bairro São Joaquim, na Zona Norte, região mais antiga de Teresina.

O pobre urbano, em sua maioria migrante, vem em busca de novas oportunidades de mudança, instalando-se em diferentes lugares, geralmente em condições precárias, havendo uma expansão dessas práticas de ocupação (LIMA, A. J. 2003).

Assim, com a expansão das práticas de ocupação de terra em Teresina, no final do século XX, a FAMCC – Piauí começou a organizar reuniões setorializadas com o objetivo de organizar uma grande ocupação na cidade. Com isso, as reuniões serviam para discutir as problemáticas urbanas de Teresina, além de proporcionar uma discussão baseada no direito à cidade, lembrando sempre das consequências em que uma ocupação pode gerar, como conflitos, por exemplo.

A formação de famílias pobres em situação de vulnerabilidade ajudou a compreender, por meio do diálogo, as distinções entre invadir e ocupar, que na concepção dos organizadores, como relata Neguinha⁹, invadir é tomar algo que está sendo utilizado pelo dono e ocupar é estar de posse de áreas que não estejam sendo utilizadas pelo dono.

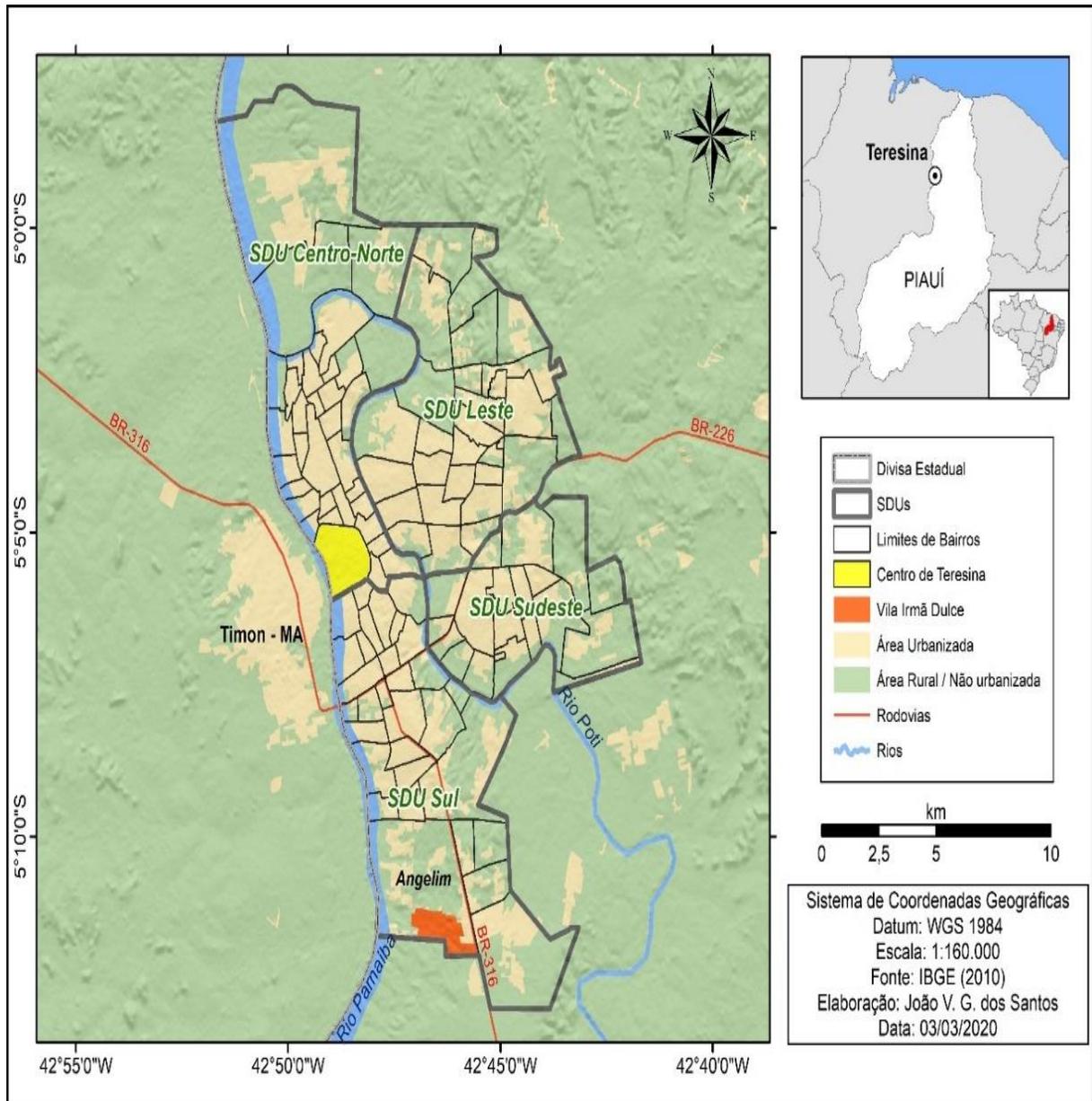
O termo invasão, expresso na imprensa local, é bastante criticado por grande parte da comunidade que constitui a Vila Irmã Dulce e muitos consideram o termo ofensivo, como relata Neguinha “Isso é até mesmo uma questão de lei por que se você invade, você invade uma coisa que tem dono e se você ocupa você ocupa uma coisa que está ociosa que não tem dono, então aqui só tinha dono no papel, mas na terra não tinha”.

Refletindo sobre as práticas sociais, as condições de vida, o direito à moradia e a relação dos pobres urbanos com o processo de crescimento da cidade e a formação de novos lugares de ocupação, procurou -se responder às inquietudes que se constituem na formação da Vila Irmã Dulce em Teresina, na década de 1990.

Nesse sentido, os objetivos dessa pesquisa são compreender como é construída a memória e a ideia de território pelos moradores da Vila Irmã Dulce em Teresina-PI na década de 1990, considerando os significados construídos e toda a trajetória da relação entre os ocupantes e o território; analisar os motivos para a escolha do espaço de ocupação da Vila, assim como, a divisão dos lotes entre os ocupantes e as origens dos primeiros moradores; identificar, por meio das entrevistas, como os moradores (re)significam a ocupação e como esse aspecto se relaciona na construção do território; verificar em quais pontos a ocupação da Vila Irmã Dulce se relacionava com a luta por moradia e a com a pobreza em Teresina.

⁹ Francisca Maria, conhecida como “Neguinha”, fez parte do grupo de apoio aos ocupantes pela Igreja Católica, posteriormente ocupou a área da atual Vila Irmã Dulce, tornando - se presidente de Associação dos Moradores, Atualmente é uma das grandes líderes da comunidade com o projeto Mais Amor, entrevista concedida ao autor em Dezembro de 2019.

Figura 1 - Mapa de localização da Vila Irmã Dulce em Teresina, em relação ao centro da cidade

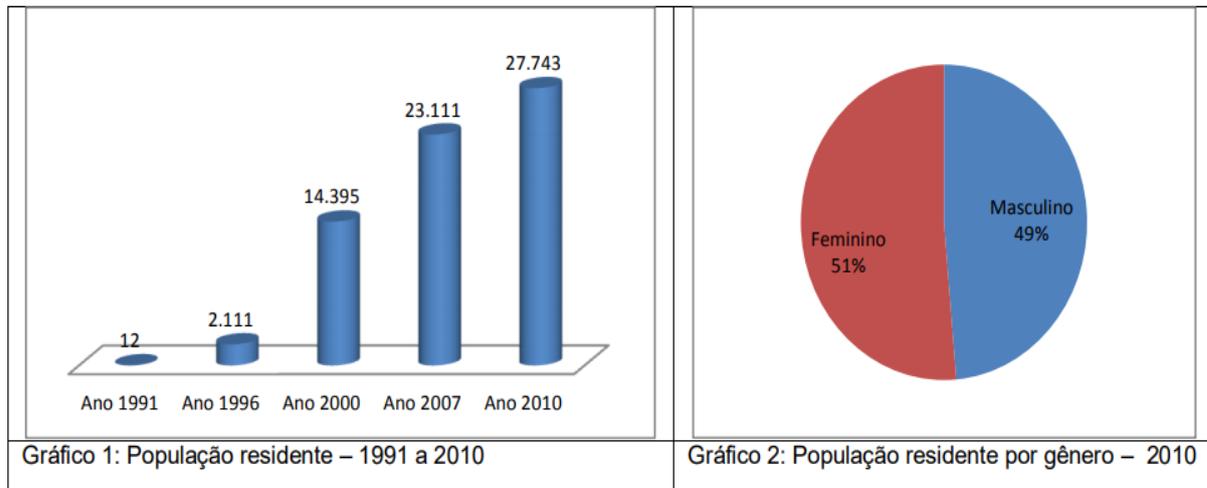


Fonte: Elaborada pelo autor.

O mapa da cidade de Teresina (IBGE, 2010) mostra a localização da Vila Irmã Dulce em relação ao centro da Cidade. A Vila Irmã Dulce está localizada no bairro Angelim, zona sul de Teresina. Atualmente é considerada uma das maiores vilas do Brasil.

Nesse sentido, a ocupação da área que corresponde a atual Vila Irmã Dulce, no bairro Angelim, fez crescer de modo acelerado a população do bairro. De acordo com a Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação – SEMPLAN, em 2010 o número de domicílios na Vila Irmã Dulce era de 3.989 e com uma população estimada em 14.222 pessoas (IBGE,2010).

Gráfico 1 - Teresina. Perfil dos Bairros, bairro Angelim, zona sul de Teresina, maio de 2018



Fonte: Prefeitura de Teresina, Perfil do Bairros, 2018.

Observando o gráfico percebemos o crescimento urbano no bairro Angelim (SEMPPLAN, 2018). De acordo com a SEMPLAN, “Em 2010 a população do bairro Angelim, zona sul da cidade, representava 3,6% da cidade de Teresina e ocupava a 4ª posição. Na última década, a população do bairro aumentou 92,7%”. O crescimento maior é visualizado no gráfico a partir do ano 2000, período esse em que a Vila Irmã Dulce já estava se consolidando como uma grandiosa vila dentro da cidade de Teresina.

A construção histórica da Vila Irmã Dulce, em Teresina, nos permite analisar de forma mais ampla o processo de crescimento urbano e da pobreza na capital. O grande fluxo migratório nas últimas décadas no século XX foi o fator que desencadeou a luta organizada de grupos e sujeitos menos favorecidos como forma de chamar atenção do poder público para a questão da moradia na cidade.

Raquel Rolnik (1994, p.12) afirma que “A cidade é um imã, um campo magnético que atraí, reúne e concentra os homens”. Levando em consideração que a cidade é um imã, por possuir uma junção de pessoas em um determinado local, em que elas produzem um modo de vida caracterizado como vida urbana, torna-se, então, um espaço de sociabilidades. De acordo com Corrêa (1989) podemos observar que o espaço urbano modificou-se, deixando de ser um espaço limitado e ampliando-se com seus bairros e vilas que formam os subúrbios.

O espaço da cidade é assim, e também, o cenário e o objeto das lutas sociais, pois estas visam, afinal de contas, o direito à cidade, à cidadania plena e igual para todos...Eis o que é o espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente materializada nas formas espaciais (CORRÊA, 1989, p.9).

É por meio dessa observação que podemos analisar os conflitos existentes dos núcleos urbanos, em que essas lutas se fazem devido às desigualdades sociais. Esses contrastes persistentes no cenário urbano em relação às classes sociais são constantemente analisados e observados em várias das descrições feitas do espaço urbano, como relata Henri Lefebvre em seu estudo sobre industrialização e urbanização.

Os violentos contrastes entre a riqueza e a pobreza, os conflitos entre os poderosos e os oprimidos não impedem nem o apego à cidade, nem a contribuição ativa para a beleza da obra. No contexto urbano, as lutas de facções, de guerras, de classes, reforçam o sentimento de pertencer (LEFEBVRE, 1969, p. 5-6).

Compreendemos o apego das classes sociais pelo cenário urbano, ficando claro que passou a existir uma nova forma de organização social com o surgimento da industrialização, havendo uma maior dinâmica nas relações em que o capital está inserido. Essa industrialização tornou-se o motor das transformações no âmbito social, transformando o cotidiano da população e com isso o surgimento de novas classes sociais, tornando-se visível esse contraste em termos sociais nas condições diferenciadas de um mesmo local.

Henri Lefebvre (1969) analisa o surgimento dos subúrbios. Estes foram criados sobre a pressão que a industrialização exerce sobre a sociedade moderna, respondendo à questão sobre o crescimento populacional nas cidades com a chegada dos camponeses nos centros urbanos pelo chamado “êxodo rural” e, com isso, percebe-se que as cidades modernas crescem desordenadamente. Os processos de ocupação de um território urbano por migrantes pobres trazem problemáticas à vida cotidiana da cidade e, nesse sentido, Josué de Castro (1982) destaca que as migrações no nordeste brasileiro ocorrem por vários motivos, podendo ser destacadas as condições econômico-sociais, bem como os fatores naturais, como a seca e a fome.

A fragmentação que envolve as grandes cidades hoje é de fácil identificação devido às diferentes paisagens produzidas no espaço urbano, de modo que a separação das classes sociais modifica as relações estabelecidas em cada área. É como se nas grandes cidades existissem fronteiras imaginárias que definem o lugar de cada morador.

O crescimento desordenado das cidades modernas nos releva vários processos de transformação do espaço urbano por seus agentes sociais em diferentes formas de se estabelecerem na zona de domínio da cidade, existindo zonas de segregação com a formação de novos bairros e vilas que se instalam na periferia, com uma grande desigualdade econômica e social e servem como locais próprios para a convivência dos indivíduos.

O bairro é um espaço social pertencente à cidade e ao mesmo tempo à vida cotidiana, uma relação que se entende como coletividade urbana. De acordo com Certeau (1996, p.46) “O

bairro se define como uma organização coletiva de trajetórias individuais: com ele ficam postos à disposição dos seus usuários ‘lugares’ na proximidade dos quais estes se encontram necessariamente para entender as suas necessidades cotidianas”.

Com isso podemos destacar que o cotidiano das cidades pode ser caracterizado pelo movimento diário que leva a produzir a transformação social do meio, através do modo de vida das pessoas que ainda marca suas identidades. Nesse sentido:

Identidades referem-se a atributos culturais, simbologias, experiências, hábitos, crenças, valores. Remete a um elenco de variáveis em permanente construção... Uma vez que sua inserção social humana não é unívoca, mas sim diversificada. O trabalho da memória é especialmente frutífero para o conhecimento desses laços identificadores, já que contribui para internalização de significados e experiências (DELGADO, 2006, p.47).

O cotidiano nas cidades leva a produzir acontecimentos na vida de sua população, acontecimentos esses que levam a florescer as lembranças que constituem o tempo e a memória. De acordo com Neves Delgado (2006) a memória é o principal contribuinte para a formação das identidades culturais, em que a dinâmica de relembrar-se reporta ao âmbito da vida pública ou da vida privada, sendo a memória parte integrante para a construção cultural e ideológica do seu espaço social. M. Brescianni (2007, p.208) afirma que “referências a certos lugares, descrição de bairros ou de transformações em determinadas áreas são constantes nos relatos de memorialistas e textos literatos”.

Referindo-se a essa observação, diríamos que essas transformações visuais dos centros urbanos são um suporte da memória, assim podemos destacar que a memória está ligada diretamente a um momento de nossa história, como coloca Pierre Nora (1993, p.9): “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”. Também refletindo sobre memória, Maurice Halbwachs pontua que:

Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios (HALBWACHS, 1990, p.51).

Então a memória construída socialmente e individualmente está relacionada com uma memória coletiva, do grupo, mantendo-as numa ligação de espaço e temporalidade, assim entendemos que a memória é a base construtora da identidade. É nessa direção que podem ser vistos os moradores da Vila Irmã Dulce. Portanto, sendo um elemento indispensável para o sujeito se reconhecer como pertencente a uma determinada comunidade, servindo para atender às necessidades coletivas de uma sociedade.

Podemos, portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1992, p.05)

De acordo com M. Pollak (1992) a construção da identidade social é produzida em referência a outras pessoas, aos critérios de aceitação, sendo que a memória e a identidade são valores disputados por vários grupos políticos e sociais. A identidade é algo definido pela estrutura social, sendo ao mesmo tempo um contribuinte para a formação do sentimentalismo em que o indivíduo está sujeito, com isso, o homem tende a tornasse um sujeito no processo de construção da história em termos subjetivos de espaços e lugares que ele ocupa no mundo social e cultural (POLLAK, 1992).

Nesse sentido, Hall (1992) deixa claro que a identidade é “definida historicamente e não biologicamente” (1992, p.13), e devido a esse processo de modernização, nos implica responder que não existe uma identidade unificada, sendo que ela está ligada diretamente com as mudanças em que o mundo moderno está sujeito, havendo uma globalização no processo de identidades.

Desse modo, a memória social torna-se importante para a compreensão do funcionamento da sociedade. As transformações do espaço urbano pelos sujeitos marcam existências visíveis de grupos ou sociedades, permitindo assim que o sentimentalismo e o apego que há entre os sujeitos sociais com o espaço urbano, façam surgir um sentimento de pertencer à cidade, existindo uma complexidade de ações na forma de como ocupar as novas áreas que surgem com o crescimento populacional dos núcleos urbanos (CERTEAU, 1996; POLLAK, 1992).

As práticas estabelecidas pelos pobres urbanos¹⁰ vão definindo trajetórias de lutas e resistência e representam a defesa do direito à habitação. Os conflitos urbanos pelo direito à moradia constroem experiências concretas de apropriação de terras para o uso social.

A ocupação que originou a Vila Irmã Dulce, em Teresina na década de 1990, evidencia a falta de estrutura que a cidade oferecia aos seus habitantes. Com isso, sem condições financeiras, os pobres urbanos são forçados a se transferirem para áreas distantes do centro da

¹⁰ LIMA A. J. (2003) os pobres orientam e interpretam seu modo de existir com base em códigos morais de obrigações e reciprocidades, definem eles, a partir desses códigos, o aspecto valorativo que atribuem à condição social de pobreza. É que, conforme Sarti (1996, p.21) “a determinação de classe dos pobres que vivem na cidade, embora defina sua posição estrutural na sociedade onde se inserem como pobres, não constitui a única referência a partir da qual operam e constroem sua explicação do mundo e do lugar que nele ocupam” (LIMA, A. J. 2003, p. 29)

cidade, instalando-se em formas precárias de moradia. Esse movimento concretiza a possibilidade de inserção do pobre na vida urbana por meio da ocupação de espaços vazios.

A partir desses encaminhamentos, apresentamos os caminhos metodológicos para esta pesquisa. Utilizaremos, portanto, uma abordagem predominantemente qualitativa (GOLDEMBERG, 2001), contudo, havendo a possibilidade de uma conciliação com uma abordagem quantitativa, se necessário. Nesta direção buscaremos apreender os sentidos a partir das falas de autores/as e sujeitos pesquisados no que se refere à memória sobre a ocupação.

Neste trabalho foram interpretados os sentidos construídos pelos sujeitos envolvidos diretamente no contexto da época da ocupação da Vila Irmã Dulce, principalmente de pessoas com experiência de vida vinculada à ocupação, como os primeiros moradores do local bem como as lideranças da organização de entidades.

Como lócus empírico tomou o núcleo inicial da Vila Irmã Dulce, ou seja, onde foram construídas as primeiras barracas, dando início à construção do território, além de áreas ocupadas posteriormente, por entendermos que a memória sobre a ocupação extrapola o marco inicial.

No levantamento de informações sobre a história da ocupação da Vila Irmã Dulce utilizou-se a pesquisa documental (MAY, 2004), tendo como fonte os jornais da época, documentos oficiais, além de outras formas de representação social que tratam sobre a ocupação.

Foram utilizados como fonte documentos e registros de domínio público, pois “os documentos de domínio público são produtos sociais tornados públicos” (SPINK, 2000, p. 136), estando eticamente abertos por pertencerem ao espaço público e por refletirem transformações lentas em posturas e posições institucionais assumidas por aparelhos simbólicos que permeiam o cotidiano (SPINK, 2000).

No trabalho de campo realizou-se a observação direta (SILVERMAN, 2009), além de entrevistas semiestruturadas (GASKELL, 2003; BOURDIEU, 2009), que tiveram como meio de armazenamento de informações o gravador de voz (MP4 PLAYER), sendo que este foi utilizado, desde que permitido. Estas entrevistas feitas com os organizadores da ocupação foram realizadas de forma grupal e individual.

Nesse processo utilizou-se também da fotografia como meio de registro e representação para ampliar a compreensão dos processos de simbolização (BITTECOURT, 1998). Por meio de conversas do cotidiano e de minha participação em eventos importantes (reuniões, debates e festividades) busquei me aproximar dos sujeitos para uma maior aceitação do grupo.

No primeiro Capítulo, enfocamos as problemáticas urbanas que surgem com o advento do capitalismo, analisando a forma social, com a intenção de levantar as principais abordagens e contribuições conceituais para a compreensão dos processos de expansão urbana. O capítulo está subdividido em três tópicos em que foram discutidos o modo capitalista na sociedade e o modo de vida urbano como fator de aceleração do crescimento das cidades, além de buscar compreender a dinâmica da cidade como um lugar de produção social e também como um lugar de grande desigualdade socioespacial, bem como analisar a fragmentação do espaço urbano e a segregação socioespacial, por meio das diferentes estruturas sociais existentes nos núcleos urbanos.

No segundo capítulo é apresentado o processo histórico de formação da cidade de Teresina, dando ênfase às transformações urbanas na segunda metade do século XX na cidade, que, de certo modo, caracterizam a construção das problemáticas que envolvem as dificuldades enfrentadas pelos migrantes que chegavam em Teresina, e que, muitas vezes, incorporavam-se às práticas cotidianas dos pobres urbanos, o que desencadeou na luta e conflitos na cidade pelo direito à moradia, com a ocupação de espaços vazios, principalmente no final da década de 1980 e início da década de 1990. Nesse contexto, aborda-se a construção histórica da ocupação da Vila Irmã Dulce em Teresina, no final da década de 1990, como processos que desencadearam a favelização com a marca mais visível na expansão urbana de Teresina, cuja Vila Irmã Dulce aparece como uma das maiores ocupações urbanas ocorridas no Brasil na década de 1990.

O terceiro capítulo, aborda o processo de ocupação da Vila Irmã Dulce através das memórias de pessoas envolvidas diretamente com a organização e participação no processo de ocupação da Vila Irmã Dulce. Assim, buscou-se apreender os sentidos produzidos como forma de ressignificação da luta pelo direito à moradia, destacando as dificuldades enfrentadas no início da Vila e as relações construídas pelos moradores, objetivando, por meio das falas dos sujeitos, compreender a relação de identidade construída pelos ocupantes da Vila e de que modo o território torna-se parte integrante do sentimento de pertencimento à dinâmica social e urbana da cidade de Teresina. Desse modo, analisou-se o protagonismo feminino na luta pela ocupação da Vila Irmã Dulce, como forma de compreender os diferentes grupos que compõe a formação da Vila.

1.0 Metr6poles Brasileiras e os Pobres Urbanos: Um Processo Hist6rico

A cidade 6 sobretudo a a77o do homem sobre a natureza. 6 um espa7o de sociabilidades, ela comporta as rela77es sociais, grupos e classes, 6 o local de uma grande concentra77o populacional e torna-se indispens6vel 6 vida humana.

A cidade como forma concretizada 6 um produto e condi77o de produ77o de uma sociedade em seu processo de urbaniza77o, em outras palavras a cidade 6 entendida como palco dos processos sociais que se materializam de forma mais objetiva: a habita77o, a urbaniza77o, os transportes.

Entretanto, 6 ineg6vel que, nesse enquadramento problem6tico a cidade era ‘o lugar onde as coisas aconteciam’, fosse pelo desenvolvimento daquelas for7as capitalistas, fosse pela expans7o de um mercado de trabalho nos maiores centros urbanos, para onde acorriam os egressos do regime escravista, ou fosse ainda por um processo mais amplo, de moderniza77o e de redefini77o das rela77es entre o campo e a cidade. Segundo essa postura, as cidades compareciam como o l6cus da acumula77o de capital, como o epicentro da transforma77o capitalista do mundo. (CALVINO, 2007 p. 12-13)

Historicamente a rela77o entre cidade e campo 6 vista por meio da divis7o do trabalho, em que a cidade 6 entendida como representa77o do capitalismo, mas com a ressalva de que esse modo de produ77o teve origem especificamente na economia rural (CALVINO, 2007) e neste espa7o produziu muitos efeitos caracter6sticos: aumento de produ77o; reorganiza77o f6sica; deslocamento de comunidades tradicionais; forma77o do que viria a ser o proletariado.

O campo e a cidade s7o marcados pela ambiguidade de dois lugares complementares e testemunhos de um mesmo processo hist6rico e s7o formas concretas de um modo de vida, em que o urbano e rural s7o representa77es sociais, nesse sentido compreendemos o urbano como todo o processo que envolve a din6mica social n7o somente em uma cidade, mas no ambiente urbano de modo geral.

Raymond Williams (2011, p.12) diz que “entre os tradicionais extremos de campo e cidade existe uma ampla gama de concentra77es humanas: sub6rbio, cidade-dormit6rio, favela, complexo industrial”. Nesse sentido, o espa7o urbano, de maneira mais ampla, deixou de se restringir a um conjunto de edifica77es para ampliar a predomin6ncia da cidade sobre o campo, de forma que a sociedade urbana nasce da din6mica da industrializa77o e 6 constitu6da por um processo que domina e absorve a produ77o agr6cola. Periferias, distritos industriais e estradas absorvem zonas agr6colas em uma din6mica de inserir todo o espa7o, transformando a sociedade como parte integrante de uma urbaniza77o.

O modo capitalista de produção, nesse sentido, não consistiria na utilização de máquinas nem de técnicas de melhoramento, mas no fato de que a propriedade de tais coisas está nas mãos de uma minoria.

Desse modo entendemos que o “Estado” e o “planejamento central” estão servindo a um sistema econômico capitalista em todos os seus objetivos, procedimentos e critérios mais importantes. Assim sendo, as prioridades do sistema capitalista sempre serão consideradas e o lucro será o maior interesse.

A elaboração de leis e normas vinculadas ao uso do solo constitui outro atributo do Estado no que se refere ao espaço urbano. E é decorrente de seu desempenho espacialmente desigual enquanto provedor de serviços públicos, especialmente aqueles que servem a população, que o estado se torna o alvo de certas reivindicações do segmento da população urbana. (CORREA, 1989, p. 25)

O Estado possui uma gama de possibilidades de ações e dispõe de um conjunto de instrumentos que podem ser visados em relação ao espaço urbano. Essa ação é marcada pelos conflitos de interesses dos diferentes grupos sociais existentes na malha urbana, que tendem a privilegiar os segmentos da classe dominante.

O espaço urbano é produzido de modo desigual, em uma dinâmica complexa das relações sociais, de maneira que ocorre tanto a expansão da malha urbana quanto a verticalização em determinadas partes das cidades.

A fragmentação que envolve as grandes cidades hoje é de fácil identificação devido às diferentes paisagens produzidas no espaço urbano, em que a separação das classes sociais modifica as relações estabelecidas em cada área. É como se nas grandes cidades existissem fronteiras imaginárias que definem o lugar de cada morador.

Raquel Rolnik (1994) destaca a infraestrutura como fator modelador dos espaços da cidade “não se vê vitrinas de mármore, aço escovado e neon na periferia, nem lama ou falta d’água no Leblon (RIO), Savassi (Belo Horizonte) ou Boa Viagem (Recife)” (RONILK, p. 41, 1994). Nesse sentido, as fronteiras de um bairro a outro podem ser classificadas pela maneira com que o poder público e seus agentes sociais se manifestam naquele espaço.

As cidades brasileiras, de regiões diferentes e de tamanhos diferentes, exibem problemáticas parecidas, como a violência, falta de emprego, habitação, transporte, entre outros. Quanto maior a cidade mais visíveis são os problemas e estes são reflexos de um desenvolvimento das práticas capitalistas.

As especulações imobiliárias, por exemplo, surgem como condutores que dão valores aos espaços vazios na cidade e essa dinâmica faz surgir diversos problemas, como de habitação

e acesso à moradia. Nesse sentido, o espaço urbano tornou-se uma mercadoria devido aos interesses das classes sociais, e com isso, observamos a fragmentação do espaço.

Podemos observar, dessa forma, que o espaço urbano deixa de ser um espaço limitado, ampliando-se com seus bairros e vilas, formando os subúrbios, e esses lugares se transformam em espaço de vivências, criados com a expansão das cidades e que servem como locais próprios para a convivência dos indivíduos. “O espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado: cada uma de suas partes mantêm relações espaciais com as demais, ainda que de intensidade muito variável” (CORRÊA, 1989, p.7).

A dinâmica dos processos sociais cria os movimentos de transformação da estrutura social e proporciona contrates persistentes na espacialidade da sociedade, originando novos bairros, fortemente segregados. O bairro é um espaço social pertencente à cidade e ao mesmo tempo à vida cotidiana, uma relação que se entende como coletividade urbana.

O bairro se define como uma organização coletiva de trajetórias individuais: com ele ficam postos à disposição dos seus usuários ‘lugares’ na proximidade dos quais estes se encontram necessariamente para entender a suas necessidades cotidianas. (CERTEAU, 1996, p.46).

A cidade moderna contém uma diversidade de bairros que se constituem não somente pela localização territorial, mas também por diferentes formas de apropriação dos espaços urbanos, ligados a diversos interesses que interferem no cotidiano das pessoas e que marcam as diferenças socioespacial visíveis dentro do tecido urbano.

Essa realidade induz ao surgimento de novos bairros e até mesmo ocupações do espaço urbano. Esses novos espaços representam uma nova configuração da cidade, além disso, o bairro é caracterizado como sendo um lugar em que está ocupado predominantemente por um tipo de população ou função.

Com o desenvolvimento urbano da cidade, os bairros criaram um modo de vida muito próprio, devido às características culturais e sociais estabelecidas no espaço funcional, à relação residencial, às atividades econômicas. A estrutura espacial dos bairros é modificada de acordo com as relações de seus agentes e o modo como foi construído o espaço e o aproveitamento desses espaços entre as ruas e os espaços verdes.

O espaço urbano é produzido por agentes sociais de diferentes esferas sociais e as práticas, ações e estratégias utilizadas por esses agentes são responsáveis pela formação dos diferentes espaços encontrados nas cidades de forma desigual.

As cidades capitalistas possuem espaços caracterizados por usos e funções diferenciados em um mesmo lugar, que apresentam várias configurações espaciais ao longo do tempo.

Determinadas áreas são ocupadas principalmente por residências, outras por indústrias, outras por comércios e serviços.

O espaço de uma grande cidade capitalista constitui se, em um primeiro momento de sua apreensão, no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termo de formas e conceito social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Esse complexo uso da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade, ou, simplesmente, o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado. (CORREA, 1989, p.7)

O espaço da cidade é fortemente dividido em diversas áreas residenciais segregadas produzidas pelo capitalismo e refletem as complexas estruturas sociais de classes, com isso o espaço urbano torna-se o reflexo das ações sociais em uma cidade capitalista fragmentada, constituindo profundas desigualdades sociais.

Essa dinâmica das práticas de uso do espaço urbano nos permite observar o processo de expansão do tecido urbano, pela intensificação da circulação de pessoas e mercadorias, além da fragmentação espacial, a qual visualizamos nas diferentes paisagens construídas no espaço urbano pelos agentes sociais. Desse modo, a urbanização é um processo contínuo, por isso o espaço que configura a cidade está sempre sendo transformado.

O espaço urbano é produto histórico e está sujeito às transformações pelas quais passam a sociedade e segue as exigências do capitalismo como modo de produção. Nesse sentido, o espaço urbano passa a ser reproduzido de acordo com as necessidades de produção e reprodução das mercadorias como acumulação de lucro, com consequências diretas no cotidiano das cidades, de maneira que as cidades modernas tornaram-se palco da reprodução continuada do capital.

No cotidiano urbano implica estabelecer a ordem e a organização social, mesmo em qualquer cidade, seja ela grande ou pequena, pois todas as cidades possuem locais públicos pertencentes a todos os habitantes. Lembrando que morar em uma cidade implica viver de forma coletiva, o indivíduo torna-se parte integrante de uma massa populacional, existindo em torno da vida urbana um aspecto de coletividade, havendo sempre um contato impessoal de seus habitantes.

Mesmo quando não se trata de massa, quando falamos em cidades menores estão presentes a concentração, a aglomeração de indivíduos, e consequentemente a necessidade de gestão da vida coletiva. Essa questão se coloca até a vida urbana mais simples e rudimentar: mesmo numa cidade perdida nos confins da história ou da geografia há pelo menos uma calçada ou praça que é de todos e não é de ninguém...

Enfim há sempre na cidade uma dimensão pública de vida coletiva, a ser organizada. (RONILK, 1994, p.19-20).

A organização política, social e econômica torna-se necessária para se compreender todo o processo que envolve a cidade. A cidade é o lugar no qual se realiza um processo de produção do capital, em que se produzem as relações capitalistas e, por meio dessas relações, se constituem as classes sociais, podendo apreciar o processo de dominação/subordinação em curso.

A estrutura dos centros urbanos proporciona contrastes persistentes, não só em relação ao campo e a cidade, mas em diversas estruturas econômica, social, política e tecnológica, sendo possível observar as desigualdades sociais que assolam uma boa parte da população das grandes cidades:

O espaço da cidade é assim, e também, o cenário e o objeto das lutas sociais, pois estas visam, afinal de contas, o direito à cidade, à cidadania plena e igual para todos... Eis o que é o espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente materializada nas formas espaciais. (CORRÊA, 1989 p.9)

As complexas formas de transformações econômicas do fenômeno urbano revelaram a emergência de se compreender o dinamismo de seus grupos sociais, sobretudo das relações políticas e dos movimentos sociais urbanos.

O espaço é importante para qualquer exercício de poder, então a política se manifesta e se articula na prática de ordenamento social, portanto é importante reconsiderar as perspectivas de atores não estatais, ou seja, os movimentos sociais não têm um lugar específico para fazer política, eles agem a partir de algum núcleo social e começam a transitar os espaços com suas críticas e projetos.

É por meio dessa observação que podemos analisar os conflitos existentes dos núcleos urbanos, em que essas lutas se dão devido às desigualdades sociais. Esses contrastes persistentes no cenário urbano em relação às classes sociais são constantemente analisados e observados em várias das descrições feitas dos núcleos urbanos, como relata Henri Lefebvre em seu estudo sobre industrialização e urbanização.

Os violentos contrastes entre a riqueza e a pobreza, os conflitos entre os poderosos e os oprimidos não impedem nem o apego à cidade, nem a contribuição ativa para a beleza da obra. No contexto urbano, as lutas de facções, de guerras, de classes, reforçam o sentimento de pertencer. (LEFEBVRE, 1969, p. 5, 6)

Com o surgimento da industrialização passou a existir uma nova forma de organização social, havendo uma maior dinâmica nas relações em que o capital está inserido. Esse fenômeno tornou-se o motor das transformações no âmbito social, modificando o cotidiano da população e com isso o surgimento de novas formas de como o homem ocupa o seu espaço, tornando visível esse contraste, em termos sociais, nas condições diferenciadas de um mesmo local.

1.1 Sociedade Capitalista e o Modo de Vida Urbano

Com a industrialização, houve a aceleração do crescimento das cidades e impulsionou o processo de urbanização como um todo. Com a revolução dos transportes, da comunicação e a circulação de bens e mercadorias, o modo de vida e as relações sociais que envolvem as diferentes cidades foram transformadas.

No Brasil, a industrialização foi o fator de crescimento de muitas cidades que tiveram as fábricas como suporte para a construção de novas áreas urbanas na cidade, promovendo a criação de bairros operários e a expansão do tecido urbano por meio dos migrantes que buscavam melhores condições de vida na cidade.

A industrialização é um fenômeno claramente urbano. As atividades desenvolvidas dentro das fábricas exigem grande números de trabalhadores ao seu redor, com isso a necessidade da construção e transformação do espaço e, conseqüentemente, as relações sociais são transformadas por uma nova dinâmica que envolve a cidade, englobando, pela produção, a população de lugares diferentes.

A indústria tem, portanto, um efeito desterritorializador: nos espaços onde penetra opera rupturas, liberando energias que passam a alimentá-la. Isto é claro se observamos, por exemplo, o efeito das aberturas de estradas no Centro-Oeste e Norte do Brasil hoje sobre a população cabocla que ali reside. Onde chegam os caminhões e as máquinas, as bases da economia local entram em crise, intensifica-se o abandono das atividades e rotinas habituais, a migração para as cidades se acelera. A revolução industrial, desde seus primórdios, se alimentou desses movimentos migratórios de grandes massas. (RONILK, 1994, p. 78-79)

A sociedade moderna tem como característica o desenvolvimento do capitalismo que se manifesta na sociedade como meio em diferentes configurações, alterando as dinâmicas sociais, econômicas e políticas e acentuando de forma significativa as desigualdades socioespaciais entre os mais pobres e os mais ricos.

Em 1985, viviam na Região Metropolitana de São Paulo mais de 14 milhões de pessoas. A maioria mora em habitações precárias – favelas, cortiços e casas autoconstruídas em terrenos destituídos de serviços públicos – e ganha poucos salários

mínimos por mês, revelando um acentuado grau de pauperismo e precárias condições urbanas de existência. A região configura-se enquanto Metrópole não só pela sua extensão territorial, mas também porque é a partir dela que se organiza a dinâmica do capitalismo no Brasil, pois aí se concentra a engrenagem produtiva essencial à economia do País. Local privilegiado do período de expansão econômica, durante o qual se implantaram, a partir dos anos 1950, inúmeras empresas tecnologicamente modernas que geraram enorme volume de excedente, ao mesmo tempo em que os salários da maioria mantiveram-se deteriorados, a RMSM é agora cenário onde impera vasto contingente de desempregados: as consequências sociais da derrocada econômica que se abre a partir de 1980 são funestas, pois a crise afeta, de modo particular, o coração industrial do País. (KOWARICK, 2009, p.19-20).

Observamos que a dinâmica que envolve a cidade é de certa forma regida pelo sistema capitalista implantado principalmente nos grandes centros urbanos. No Brasil, podemos visualizar essa dinâmica capitalista e de crescimento urbano em várias metrópoles brasileiras como São Paulo e Rio de Janeiro que, de acordo com Kowarick (2009), além de modernas indústrias existe uma grande parcela de contingente de desempregados.

Os grandes centros urbanos tornaram-se sobrecarregados por um grande contingente de pessoas, com isso a evolução das práticas e serviços deslocaram-se a partir de novos subcentros. Estes vão se valorizando, o que encarece os preços dos terrenos e eleva os custos sociais, proporcionando o afastamento das populações mais pobres e a ocupação pela população mais rica.

O processo de valorização do/no espaço urbano nos remete a uma discussão sobre o conceito de espaço. Vimos que o espaço é produto, condição e meio do processo de produção da sociedade em todos os seus aspectos. O espaço é entendido em função do processo de trabalho que o produz e reproduz a partir da relação do homem com a natureza. Assim, o espaço se cria a partir da natureza que é totalmente transformada no curso de gerações. Da natureza brinda ao homem, a terra se transforma em produto na medida em que o trabalho a transforma substancialmente em algo diferente. O homem muda o ciclo da natureza, desvia rios, derruba montanhas, faz o mar recuar nessa intervenção, realiza uma construção humana com outros ritmos, tempos, leis. É evidente, todavia, que apesar da realização humana, o espaço urbano guarda a dimensão da natureza, embora permita ser analisado enquanto produto histórico e social. (CARLOS, 2013, p.50-51)

Em relação ao processo de valorização, a localização geográfica interfere de forma direta no preço do espaço e nos remete à ideia do espaço como mercadoria. Carlos (2013) diz que as áreas periféricas tendem a ser ocupadas pela população com uma menor renda, esses locais normalmente não apresentam boas condições de infraestruturas e diversas precariedades, entre outros aspectos, como por exemplo, a má distribuição do espaço e até mesmo ocupações indevidas como ocorre nas favelas.

A valorização do espaço urbano é então diferente de um local para outro, em função de sua capacidade de criar condições e dos meios necessários para atender a população, no entanto

a valorização do solo é diferente de outras mercadorias, em que a terra não é diretamente um capital, mas sim uma forma de fornecer um capital, com isso o processo que remete à valorização não é fruto do trabalho, dessa forma o espaço urbano é fruto da diferenciação de classes no poder econômico, político e social.

José de Souza Martins (2008) discute a exclusão como um dos aspectos mais problemáticos da sociedade contemporânea. Essa categoria exclusão é resultado de uma transformação e do ordenamento social que resultou do desenvolvimento capitalista.

A igualdade jurídica é uma característica essencial desta sociedade, a sociedade do contrato. Sem a igualdade, o contrato não é possível, portanto, a redução da força de trabalho a uma mercadoria como outra qualquer. Até então, a força de trabalho não estava separada da pessoa do trabalhador. É o caráter salarial do trabalho que permite separar o trabalho e a pessoa do trabalhador. O trabalhador se torna livre porque sua força de trabalho foi libertada da pessoa que trabalha. Ela se tornou equivalente de mercadoria, e como mercadoria entra no processo de produção. (MARTINS, 2008, p. 28)

O capitalismo modificou a estrutura do cotidiano e o modo de vida urbano colocando em uma nova base o dinheiro e o lucro, as terras se tornaram um produto, passando por uma valorização na construção de novas áreas da cidade.

No Brasil, nas últimas décadas o capital se desenvolveu e ficou evidente que precisava menos do trabalhador, dessa forma é o mercado invisível que regula a vida social, com isso um número crescente de trabalhadores fica desempregado e passa por diversas dificuldades, impondo-lhes a viver de modo precário.

Essa diversificação da realidade social e a difusão de formas degradadas de vida trazem para o primeiro plano da análise social e da consciência política personagens bem diversas do que a classe operária e da promessa histórica de que ela é portadora. Agora no primeiro plano estão a família, a desagregação familiar, o mendigo, a criança de rua, o desempregado, o morador precário, o expulso da terra e recusado pela cidade. A eles não se aplica a teoria do protagonismo histórico da classe operária, pois sua situação social é diversa. (MARTINS, 2008, p. 35)

Esse processo de exclusão social fez com que grupos de pessoas fossem destinados às periferias das cidades, sendo a moradia um dos grandes exemplos de segregação social, excluindo-os, assim, dos grandes centros ocupados pelos mais privilegiados economicamente. As diferentes classes sociais implantadas pelo crescimento do capitalismo impedem a ascensão e o acesso de grupos e sujeitos pobres aos serviços mais básicos, como educação, saúde, segurança e moradia, excluindo assim, uma singela parcela da sociedade.

As condições que configuram a pobreza urbana confirmam a dimensão do sujeito pobre na participação econômica, uma vez que a pobreza se produz no desenvolvimento do

capitalismo. Dessa forma, a pobreza urbana foi um elemento importante para a manutenção dos níveis de exploração do salário nas indústrias. Hoje, a sociedade é vista como um subproduto da atividade econômica, em que a hegemonia econômica predomina sobre as relações sociais.

1.2 Cidade Como um Lugar de Produção e Desigualdades Socioespaciais

A exclusão social além de privar o pobre urbano de condições básicas de infraestrutura, desqualifica seu portador, tirando-lhe a qualidade de cidadão, de brasileiro, de sujeito, de humano, a exclusão social significa, então, a rejeição e o não encontrar nenhum lugar social pertencente, levando o pobre urbano a uma existência limitada e a uma sobrevivência singular. Contudo, quando se busca as origens dessas rupturas da exclusão social, chega-se ao visível do desemprego, às crises econômicas, à falta de moradia, à individualização que reduz a solidariedade comunitária.

O cotidiano dos pobres urbanos nas cidades pode ser caracterizado pelo movimento diário que leva a produzir a transformação social do meio, por meio do modo de vida das pessoas que ainda marca suas relações com a vida urbana como lugar social.

A constituição de uma cotidianidade, lugar social de uma exploração refinada e de uma passividade cuidadosamente controlada. A cotidianidade não se instalou no seio do “urbano” como tal, mas na e pela segregação generalizada: a dos momentos da vida, como a das atividades. O procedimento crítico comporta a crítica dos objetos e sujeitos, dos setores e domínios. Mostrando como as pessoas vivem, a crítica da vida cotidiana instala o ato de acusação contra as estratégias que conduzem a tal resultado. (LEFEBVRE, 2002, p. 129)

A crítica feita por Lefebvre (2002) indica a emergência e a urgência de uma nova prática social, que não mais seria a da “sociedade industrial”, mas a da sociedade urbana constituída de uma prática global, ou seja, a prática de apropriação do homem, do tempo e espaço.

A nova prática social encontra-se submetida aos políticos, que apoderam-se por meio das instituições e dos aparelhos, com isso o problema urbano deixou de ser um problema de escala local para torna-se em um problema de escala global, sendo a questão de moradia, por exemplo, parte dos problemas da vida pública urbana.

As grandes cidades tornam-se incontroláveis, um emaranhado de problemas cada vez mais difícil de resolver. A luta urbana desencadeia-se nas favelas, que por sua vez, tornam-se locais intermediários entre os camponeses despossuídos e o trabalho industrial. Os camponeses emigram em massa para os arredores das cidades já grandiosas, essas enormes massas

populacionais se concentram e sua pressão latente ou violenta ainda oculta a problemática urbana.

Henri Lefebvre (1969) analisa em seus discursos sobre o surgimento dos subúrbios que este foi criado sobre a pressão que a industrialização exerce sobre a sociedade moderna, respondendo à questão sobre o crescimento populacional nas cidades com a chegada dos camponeses nos centros urbanos pelo chamado “êxodo rural”. Com isso percebe que as cidades modernas crescem desordenadamente, mas observa também que as cidades possuem trabalhos organizados, havendo regras para estabelecer a ordem, assim ao mesmo tempo percebemos que se organizam socialmente e politicamente.

O processo de transformação do espaço urbano por seus agentes sociais é reflexo do crescimento desordenado das cidades modernas. Assim, o espaço urbano é ocupado por diversos grupos que se estabelecem em diferentes zonas da cidade, existindo zonas de segregação com a formação de novos bairros e vilas que se instalam na periferia com uma grande desigualdade econômica e social.

Destaca-se, nesse sentido, a existência de algumas periferias mais consolidadas do ponto de vista urbanístico, outras com verdadeiras necessidades de assistência básica e com grandes problemas de saneamento, água, transporte e serviços de saúde e educação.

São Paulo do ano 2000: cerca de 11 milhões de habitantes. É um contínuo urbano que transborda em muito os limites administrativos da cidade, penetrando pelo ABCD, Osasco, Guarulhos e englobando, em anos mais recentes, outros municípios da Metrópole. Nesse sentido, a rigor, a ocupação periférica mais intensa situa-se em áreas menos urbanizadas em torno da capital. Nela o preço da terra relativamente mais baixo possibilitou, sobretudo no percurso dos anos 1980, para um enorme contingente humano, autoconstruir sua moradia, alugar um cômodo ou confeccionar um barraco em terreno de propriedade pública ou privada. (KOWARICK, 2009, p. 43-44)

Além da falta de infraestrutura que assola significativamente a vida dos moradores periféricos, existe outro fato que chama atenção em relação a urbanização dessas áreas, muitos dessas autoconstruções estão situadas em locais de uma grande vulnerabilidade social, próximos de córregos e rios ou em terrenos de alta declividade ou de acentuada erosão, ficando assim os moradores em situação de alto risco.

Vários são os grupos que lutam para serem de certa forma reconhecidos como parte integrante do espaço urbano. As lutas populares relevam pobres urbanos, os quais unificam forças em torno das conquistas sociais e essas lutas sociais buscam a transformação política, econômica e social de suas realidades no espaço urbano. Poucos são os esforços coletivos que apoiam essa realidade brasileira, contudo, diversos partidos políticos, igrejas e lideranças de

vários movimentos continuam uma intensa luta na questão política para figurar uma condição de vida mais igualitária.

O padrão de ocupação territorial das grandes metrópoles brasileiras se consolidou por meio de um conjunto de transformações ocorridas no desordenamento urbano, verificadas no processo intenso de favelização, na falta de infraestrutura e de saneamento básico de muitos bairros. A cidade de São Paulo é um grande exemplo de toda essa transformação na produção do espaço urbano, sendo marcada por territórios segregados e privilégios na aplicação de políticas públicas.

O padrão de ocupação territorial da cidade de São Paulo consolidou-se por meio de um conjunto de transformações ocorridas a partir dos anos 1880 até os anos 1930/40. Em linhas gerais, é possível afirmarmos que os contornos territoriais ainda restritos da cidade em fins do século XIX modificaram-se de forma significativa a partir de então, acirrando e tornando mais complexas as contradições urbanas até os dias atuais.(...) a história de apropriação do espaço urbano em São Paulo sempre guardou contradições; muitas delas giraram em torno dos interesses de um mercado imobiliário dual. Desde a redefinição do Código de Posturas em 1886, a proibição da construção de cortiços na região central da cidade apontava para a tendência em alocar a população pobre na periferia e em utilizar a zona central como espaço de apropriação dos grupos mais abastados. (PAIVA, 2013.p. 75)

A urbanização e a industrialização são elementos do dinamismo estabelecido na pluralidade territorial que foi implantada nas metrópoles brasileiras. Esse dinamismo no processo de crescimento dos centros urbanos possibilitou diversas paisagens em uma mesma cidade.

As diferentes formas de ocupação do homem dentro da cidade nos revelam o deslocamento humano, seja do campo para cidade, ou de cidade a cidade, produzido pela onda migratória que configuram a interação e a contribuição dos migrantes na formação e transformação dos grandes centros urbanos.

No Brasil, as migrações são fenômenos comuns, são alternativas encontradas por grupos de pessoas para superar as limitações econômicas que o lugar de origem possuía, migrando do campo para a cidade, do Nordeste para outras regiões industrializadas como São Paulo, Rio de Janeiro, em busca de melhores condições de vida. Entretanto, o aumento da população urbana descendente de migrantes traz grandes complexidades no espaço urbano, muitos se instalam em áreas de riscos e sem infraestrutura adequada.

O crescimento da cidade no período¹¹ apresentava disputas referentes à ocupação espacial. A São Paulo moderna emergia enquanto território marcado por hierarquias, segregações e privilégios na aplicação das políticas públicas. Nesse contexto, os imigrantes representavam parcela importante das classes populares na cidade e, evidentemente, enfrentavam as precárias condições e contradições da vida urbana. (PAIVA, 2013, p. 81)

Com o crescimento das cidades e sua modernização houve a intensificação da fragmentação do espaço urbano, em que os pobres urbanos em sua maioria migrantes vivenciam as mais adversas práticas sociais que envolvem o cotidiano de uma metrópole. As transformações do espaço urbano por grupos de migrantes é uma das características mais comuns do dinamismo dos deslocamentos da população, tornando mais complexas as formas de vivência no espaço social que envolvem a economia e a cultura.

A dinâmica histórica, espacial e a resistência, protagonizada por uma enorme diversidade de sujeitos, vivem atualmente uma complexa relação devido às constantes transformações sociais decorrentes da globalização econômica do sistema capitalista. Nesse sentido, essa remodelagem nas estruturas que envolvem o urbano, aglutina problemas em diversas esferas como: violência urbana, falta de moradia, de desemprego, de infraestrutura adequada.

Com as complexas transformações dos espaços urbanos pela dinâmica das relações socioeconômicas, verifica-se nas grandes cidades a consolidação do processo de segregação, que “empurra” os mais pobres para as áreas com piores serviços, infraestrutura urbana e qualidade de vida. Essas configurações definem-se devido às novas práticas das estruturas urbanas e segregadas.

Vale ressaltar o processo de segregação social de nossas cidades, no qual o papel do Estado tem sido fator importante pelos volumosos investimentos que injeta no tecido urbano. Aí assenta-se a constante produção de novas “periferias”, que alargam enormemente as manchas urbanas, originando núcleos demograficamente rarefeitos e desprovidos de benfeitorias e nos quais a população constrói a sua “própria casa” em terrenos “clandestinos”, quando não vai habitar em cortiços ou favelas. Apenas sobre esse prisma já transparece plenamente a enorme anarquia de estruturação-expansão desse padrão periférico de crescimento urbano. Talvez nesse ponto centre-se um aspecto básico das contradições urbanas, na medida em que implica crescente volume de recursos para prover seus moradores com um mínimo de serviços básicos. (KOWARICK, 2009, p. 58)

¹¹ Um caso pitoresco, narrado por muitos dos antigos moradores do bairro do Brás e elucidativo dessa questão, ocorria no footing realizado até 1950 pelas operárias e moças da classe média na Avenida Celso Garcia, no mesmo bairro. Nas tardes de domingo elas faziam seus passeios por calçadas opostas da mesma avenida; havia um código pelo qual os dois grupos não se misturavam. Apenas os rapazes tinham livre trânsito pelos dois lados da avenida. (PAIVA, 2013, p.81)

Devido às grandes transformações que operam no âmbito do Estado, tornando-o alvo direto das reivindicações populares, as quais originam as lutas em sua dimensão política, o Estado passou a ser um conjunto de interesses e para onde se dirigem os conflitos e pressões para as benfeitorias urbanas.

É óbvio que o despertar da questão urbana como problema político decorre de ações reivindicativas de várias ordens e matizes que numerosos grupos desenvolvem no cenário de nossas cidades: associações de bairro, juntas de vizinhos, clubes de mães, grupo de base os mais dispares, que lutam por água, iluminação, pavimentação, saneamento, creches, postos de saúde ou policiamento, contra a alta dos alugueis, pela legalização ou ocupação de terra, despontam em todos os cantos. Têm, direta ou indiretamente, o poder público como alvo de reivindicação, que é levada adiante por um conjunto díspar de trabalhadores pauperizados, que se percebem como espoliados em elementos básicos para sua reprodução como moradores urbanos. (KOWARICK, 2009, p.64)

De fato, as cidades enquanto lugar de produção, consumo e moradia passam a serem visualizadas como formas de segregação socioeconômica. Encontramos nesses espaços diferentes formas radicais de separação em áreas restritas privilegiadas, destinadas ao alto poder aquisitivo, com outras áreas em que se aglutinam os trabalhadores que não pode pagar um alto custo exigido pela globalização do progresso econômico, tornando-se agentes de uma exclusão social.

As reivindicações urbanas poderão ser caracterizadas quando essas lutas ocorrem em uma base territorial circunscrita às cidades, de maneira que essas pautas podem ser pontuadas e acionadas a grupos que possam lutar por melhorias. O Estado passa a ser alvo dessas reivindicações e possui uma estrutura de órgãos que fornecem determinados serviços, com isso legitima as lutas pelas causas que envolvem a esfera pública. As lutas urbanas são compreendidas como processos de mobilização e organização relativamente amplos, que passam por diversas questões como habitação e, obviamente, o acesso à terra.

A paisagem urbana sempre esteve permeada por uma pluralidade de usos e ocupações do espaço, cortiços, bairros com ocupações, áreas ocupadas pela elite. Esse cenário revela a contradição de um contexto social marcado pela existência de uma sociedade dividida em classes sociais. A habitação é um bem comum buscado por todos os agentes sociais que estão inseridos nas engrenagens da vida urbana.

A luta por moradia nos grandes centros urbanos é de certa forma uma busca pelo reconhecimento público de pertencimento à cidade, além de romper com as relações sociais transitórias, por isso, conquistar uma moradia significa para muitos pobres urbanos a

possibilidade de enfrentar com menos sofrimento as dificuldades encontradas no cotidiano das cidades.

Nas metrópoles brasileiras, os pobres urbanos se instalam em diferentes modelos de habitação, como por exemplo, os cortiços, que estavam situados nas áreas mais centrais da cidade, ambientes insalubres e superlotados. Essa era a realidade de muitos que habitavam os grandes centros industriais brasileiros na segunda metade do século XX, pois o custo de moradia em uma periferia poderia ser mais elevado devido à demora do transporte e a falta de infraestrutura. Kowarick (2009), ao falar da problemática de moradia em São Paulo, nos revela as dificuldades enfrentadas pelos pobres urbanos em se estabelecer como agente sociais.

Em 1961, 18% da população da cidade vivia em cortiços. Em meados da década seguinte, quando o processo de autoconstrução havia aumentado significativamente, 9% dos habitantes de São Paulo amontoavam-se em cortiços – casarões, porões ou meias águas – a uma média de três pessoas por cubículo, na quarta parte dos quais não havia janelas. Para anos mais recentes, especialistas apontam que as moradias precárias de aluguel que continham instalações sanitárias de uso comum totalizavam 10% dos domicílios de São Paulo em 1980. Esta é uma das características da vida em cortiço e, como se sabe que nesta situação habitacional há maior adensamento de pessoas por cômodo, não é destituído de sentido afirmar que, naquele ano, mais de 850 mil pessoas moravam nessa condição extremamente espoliativa de habitação. (KOWARICK, 2009, p. 32)

As desigualdades sociais decorrem do cenário metropolitano industrial, marcado por flagrantes modelos de pauperização dos agentes urbanos. Com a crescente industrialização implantada em grandes cidades do Brasil, principalmente no Sudeste, a parte central dessas cidades passou por uma transformação no seu modo de uso, foram feitas construções de acomodações e alojamentos em cortiços, despidos de qualquer senso de responsabilidade social. As casas antigas também vão sendo transformadas em moradias coletivas, de modo que uma família ou até mais eram acomodadas num só aposento.

1.3 A Fragmentação Urbana e a Segregação Socioespacial

As problemáticas urbanas relacionadas com o crescimento desordenado das cidades fizeram aparecer novos espaços com a construção de novos bairros periféricos e áreas de ocupação, levando uma parte da população a viver de forma precária. É nesse quadro de insatisfação política, econômica e social que os trabalhadores explorados e moradores pobres intentaram suas primeiras reivindicações e lutas travadas por grupos que reivindicavam melhorias urbanas, com formação de organização de moradores.

A fragmentação do espaço urbano acentua de forma clara a segregação socioespacial das cidades, e podemos observar a segregação urbana como um processo estrutural, ou seja, os principais fatores que geram essa segregação estão no modo como a sociedade encontra-se organizada, no seu estilo de vida e na cultura dominante. O poder público tem as ferramentas que dão suporte e que interferem diretamente na produção do espaço urbano.

A segregação urbana é a representação ou reprodução espacial relacionada com o processo de divisão de classes e luta, de modo que a população mais pobre tende a ocupar áreas mais afastadas e menos acessíveis aos grandes centros econômicos, com isso, essas áreas ocupadas pelos pobres urbanos costumam apresentar péssimas condições de infraestrutura para sua população. No Brasil, alguns exemplos de segregação urbana mais comuns são a formação de favelas, habitações em áreas irregulares, cortiços e áreas de invasão e ocupação de espaços públicos e privados.

A desigualdade visível do espaço urbano é fruto da desigualdade social imposta pelo sistema capitalista vigente. Essa desigualdade retrata uma segregação que não se percebe somente nas diferenças de residências, mas em todo um contexto econômico e social, na má distribuição dos recursos públicos, como transporte, coleta de lixo, além de uma infraestrutura deficiente.

Além disso, nas grandes cidades, a ampliação e o crescimento desordenado dos bairros periféricos nas bordas das cidades, além de favelas e ocupações somadas à falta de infraestrutura e ao estabelecimento em locais de riscos, tudo isso proporciona o aumento dos pobres urbanos e, conseqüentemente, das problemáticas que envolvem a dinâmica social urbana.

Com a segregação social no espaço urbano percebemos um crescimento da pobreza, violência, impacto ambiental, os quais distanciam essa população das classes dominantes e, com isso, observamos a existência de uma grande massa populacional que não tem direito aos benefícios urbanos.

Espoliação urbana seria: A somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que juntamente ao acesso à terra e à moradia apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho ou, o que é pior, da falta desta (KOWARICK, 2009, p. 22)

O processo de espoliação urbana é marcado pela falta de acesso aos serviços de consumo coletivo, todos têm direito, como por exemplo a serviços básicos como transporte, segurança e moradia. A especulação imobiliária reforça a exclusão de grupos sociais presentes em grandes

centros urbanos, quando produzem espaços exclusivos para determinados grupos e/ou classes sociais, com isso dentro de uma mesma cidade observamos paisagens diversas, manifestando-se dentro do espaço urbano uma separação entre ricos e pobres.

As desigualdades sociais são produzidas em todas as partes do espaço urbano, nesse sentido torna-se claro que a segregação social dentro do espaço urbano é um dos fatores de exclusão de uma grande massa populacional. A exclusão social se situa no plano de vivência e sobrevivência, é a condição de excluído do sujeito perante os grupos privilegiados que transforma as relações cotidianas.

A sociedade capitalista é marcada pela materialização de bens e consumos. Dentro do espaço urbano a terra é um valioso bem que poucos tem acesso, visto que a população de baixa renda fica com as piores áreas de moradia, nas quais os terrenos tornam-se mais baratos. Ressalta-se, com isso, que em uma mesma cidade existem bairros bem planejados com ótima infraestrutura e outros formados pela periferia pobre, pelas favelas e sem infraestrutura adequada.

A habitação é um bem comum a todos e ao mesmo tempo de acesso seletivo dentro de uma sociedade capitalista, com isso grupos excluídos que possuem menores rendas e condições para pagar por uma habitação decente tem como possibilidade de moradia os cortiços, as favelas e até mesmo ocupações de espaços públicos ou privados e, assim, esses grupos de excluídos socialmente tornam-se agentes modeladores do espaço.

A problemática urbana é resultado dessa segregação socioespacial que persiste no território urbano. A precariedade econômica e social faz com que os pobres urbanos ocupem áreas mais distantes, evidenciando as rupturas de grupos, organizações e territórios urbanos. As dinâmicas que envolvem a cidade contribuem para a segregação e para fragmentação dos espaços urbanos e também nas diferentes formas de relação sociais entre seus agentes.

A cidade se reproduz enquanto lugar de várias manifestações, devido às grandes diferenças socioeconômicas de seus agentes torna-se um lugar em que a luta se manifesta em busca de reconhecimento e pertencimento à vida cotidiana urbana. As múltiplas faces de uma cidade nos revelam atores e processos políticos em diferentes situações, em que o reordenamento do território urbano é uma ferramenta usada estrategicamente pelo Estado para organizar o espaço econômico, social e político. Essa lógica se reflete em diminuir o poder de influência dos movimentos populares que buscam melhorias estruturais em espaços produzidos principalmente pelos pobres urbanos.

Os governos de São Paulo e Rio de Janeiro, ambos do PMDB (1987-1990) usaram seu poder para fechar ruas e avenidas próximas aos respectivos palácios de governo,

frente a qualquer manifestação que tentasse se dirigir a esses palácios. O ex-prefeito de São Paulo, Jânio Quadros (1985-88), chegou a proibir manifestações em São Paulo sem o aval da prefeitura. Também empenhou-se para levar para periferia várias favelas que ocupavam áreas centrais e valorizadas do capital paulista. (CARLOS, 1992, p. 86)

A luta pelo direito à cidade é visível, o Estado e os agentes socialmente privilegiados determinam o acesso ao solo, por isso, os movimentos sociais que reivindicam do poder público o reconhecimento das classes pobres, tornam-se um importante mediador do conhecimento e da consciência das dificuldades de vida e, com isso, o indivíduo passa a ter conhecimento do seu papel como membro efetivo da vida urbana, construindo uma identidade e o sentido de pertencimento ao espaço urbano, além de lutar pela cidadania, pelas transformações sociais, espaciais e econômicas de suas comunidades, o indivíduo busca participar e ter direito a uma sociedade.

A transformação do espaço nas cidades por pobres urbanos é sobretudo uma forma de resistência e de sobrevivência daqueles que lutam pelo direito à cidade, fazendo-nos repensar a produção do espaço como significado da consciência da desigualdade social. O espaço urbano traz a marca dos sujeitos que o produzem, nesse sentido, a produção do espaço está ligada à propriedade privada que se materializa na segregação social, em que vários sujeitos pobres se instalam em diferentes lugares e/ou terrenos inadequados como encostas de morros e áreas alagadiças.

A evolução da favela, isto é, a sua progressiva urbanização até torna-se um bairro popular, resulta, de um lado, da ação dos próprios moradores que, pouco a pouco, durante ao um longo período de tempo, vão melhorando suas residências e implantando atividades econômicas diversas. (CORREA, 1989, p. 31)

Esse melhoramento das formas urbanas implantado nas favelas ou áreas populares é marcado por diversos fatores, em que até mesmo o Estado intervém com alguma infraestrutura urbana, seja por interesses eleitorais ou por manifestação social. Essa urbanização, no entanto, desencadeia em uma valorização do espaço que, em consequência disso, acaba expulsando alguns moradores e atraindo outros.

A cidade como palco de produção da cultura e do trabalho deve ser compreendida a partir dos processos de transformação nas relações complexas no mundo contemporâneo, o que produz diferentes lugares. Desse modo, com a modernização, os lugares se tornaram globais e ao mesmo tempo fragmentados e articulados, um conjunto de símbolos e campos de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais do mundo moderno.

2.0. Cidade e Pobreza: O Caso da Vila Irmã Dulce em Teresina PI, na década de 1990

A cidade desde cedo configura-se como reduto de uma nova sensibilidade e sociabilidade. Neste sentido, a cidade comporta os sujeitos, grupos, relações e classes sociais. É por meio da materialização de sua forma arquitetônica e da transformação produzida no espaço urbano, com o dinamismo de uma sociedade industrializada, que percebemos que o crescimento populacional tem se mostrado como um dos fatores desencadeantes das problemáticas sociais.

Mas na medida em que o espaço é também produto das relações complexas de determinada sociedade, num dado momento histórico, sob a base de relações materiais de produção, o espaço geográfico se cria como produto histórico e social a partir da contradição entre uma produção socializada e uma apropriação privada. Nesse sentido o espaço é também a história de como os homens, ao produzirem sua existência, a produzem enquanto espaço de produção, de circulação, da troca, do consumo, da vida: como obra de uma história contraditória. (CARLOS, 2013, p. 83-84)

O processo de industrialização marca com grande poder de significação a estrutura e o cotidiano nas cidades. No Brasil, o processo de industrialização, no final do século XIX e início do século XX, baseado na produção e no consumo, alterou bastante o espaço urbano de muitas cidades brasileiras, como Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Salvador (CARLOS, 2013). Somente na segunda metade do século XX, o fenômeno da industrialização e do modo capitalista foram incorporados às transformações urbanas e sociais de muitas outras cidades, principalmente nas demais capitais dos Estados.

O processo de reprodução espacial envolve uma sociedade hierarquizada, dividida em classe, produzindo de forma socializada para consumidores privados. Portanto, a cidade aparece como produto apropriado diferencialmente pelos cidadãos. Essa apropriação se refere às formas mais amplas da vida na cidade; e nesse contexto se coloca a cidade como o palco privilegiado das lutas de classe, pois o motor do processo é determinado pelo conflito decorrente das contradições inerentes às diferentes necessidade e pontos de vista de uma sociedade de classes. (CARLOS, 2013, p.23)

O uso diferenciado da cidade evidencia que o espaço urbano é construído de forma desigual. Carlos (2013, p.23) diz que, “a desigualdade espacial é produto da desigualdade social”, com isso compreendemos que as diferentes formas de apropriação do espaço urbano aparecem como fator das muitas necessidades em que a sociedade está inserida.

As diferenças históricas, econômicas e sociais entre as regiões do Brasil, no final do século XIX, por exemplo, mostravam não somente a desigualdade social, porém toda a falta de estrutura econômico-social, evidenciando as variadas formas do processo de construção de

percebemos que a cidade é construída em traçado geométrico¹². Teresina não surgiu de modo espontâneo, mas de forma artificial, com ruas paralelas e simétricas, a cidade é construída entre os rios Parnaíba e Poti, sendo sua localização fator positivo para o processo de modernização que buscava inserir a província do Piauí no cenário nacional.

A aspiração pelo progresso, revelada nos discursos e na prática, pode ser traduzida nos projetos políticos e nas lutas por iluminação pública, estradas, telégrafos, encanamento d'água e estrada de ferro. Como também pode ser identificada nos projetos que objetivavam a organização do espaço urbano, seja através de medidas policiais, seja pelas leis de ordenamento da cidade, como o código de postura, ou ainda pela intervenção no saneamento e higiene pública, bem como através de instituições assistenciais, como o colégio dos Educandos Artificies, Santa Casa de Misericórdia, Asilo dos Alienados e Asilo de Mendicidade, que tinham por fim afastar os loucos, coibir a mendicância das ruas, disciplinar o processo migratório, regulamentar o trabalho e prevenir a “ociosidade” e a “vagabundagem”. (ARAÚJO, 1997, p. 65)

O que prevalecia para a elite teresinense nesse período era o imaginário de progresso e ordem, entretanto havia a preocupação com a crise social devido à economia e a política, destacando a situação econômica como um dos motivos para o empobrecimento da população que vivia de atividades de subsistência.

Teresina surgiu também sobre o signo da pobreza (NASCIMENTO, 2010) e, logo nas primeiras décadas, observava-se a preocupação dos agentes administrativos com o tipo de habitação que cercava o núcleo central da cidade. As “casas de palha” espelhavam a realidade da maioria dos moradores pobres e difundiam o discurso construído no Ocidente de que os pobres eram “classes perigosas” (ARAÚJO, 2010).

Por meio dessa perspectiva de modernização da cidade de Teresina fica claro que quanto mais fragmentado for o espaço urbano, mais visíveis serão as problemáticas sociais. Nesse contexto, a dinâmica vivenciada pelos teresinenses na segunda metade do século XX modifica as práticas de sociabilidade.

Devido ao crescimento demográfico, os conflitos sociais aparecem com maior intensidade nas relações construídas, fomentando-se em uma segregação socioespacial, na qual é visível as diferenças estruturais em condições sociais.

¹² Dados obtidos pela Secretaria de Planejamento de Teresina – SEMPLAN, livro: Perfil Teresina, 1993.

2.1. Teresina uma Cidade Formada por Migrantes

No início do século XX, a cidade de Teresina havia mudado substancialmente, tanto do ponto de vista espacial quando do ponto de vista demográfico. Com o aumento da migração, povos oriundos principalmente do interior do Piauí e de outros Estados instalaram-se na nova Capital, com isso surgiram também os problemas referentes ao drama cotidiano de várias famílias (ARAÚJO, 2010).

Tabela 1 - Número de habitantes na cidade de Teresina – PI

Município de Teresina – PI				
ANO				
1950	1960	1970	1980	1991
90.723	144.799	230.168	388.922	598.411

Fonte: IBGE – Censo Demográfico

O crescimento demográfico apresentado na tabela acima representa o aumento no número de habitantes em Teresina entre as décadas de 1950 até o início da década de 1990. Desse modo, observa-se que a cidade de Teresina cresce e sua forma vai mudando de acordo com o tempo. ARAUJO (1995) discute, em sua obra sobre Teresina do final do século XIX, a problemática urbana e o cotidiano de homens e mulheres pobres, destacando as formas de trabalho e mostrando o desdobramento dos “pobres urbanos” pela sobrevivência.

O homem pobre de Teresina se encontra inserido num contexto de crise financeira implicando no aumento da miséria cotidiana, forçando-lhe as formas marginais de ganhar a vida, através da mendicância, furtos e prostituição. Evidenciamos o cotidiano das mulheres pobres, que ora viviam do artesanato caseiro, ora do lavado e engomado de roupas ou, ainda, das vendas de cuscuz e bolos. Essas atividades, consideramos formas improvisadas de sobrevivência através de seu próprio trabalho. E nesta luta pela sobrevivência se distraíam com os “disse-me-disse”. Enquanto apareciam as “brechas de ganho”, dançavam, cantavam e rezavam. Isto é o que consideramos a magia pela sobrevivência, o fantástico propriamente dito. (ARAÚJO, 1995, p. 18.)

Ao observar a tabela 1 percebe-se que o crescimento populacional de Teresina foi motivado pela crescente chegada de migrantes que fugiam da seca que atingia o interior do

Piauí, bem como o sertão do Ceará, Pernambuco e Paraíba, contribuindo para configurar novas práticas e dinâmicas sociais¹³.

A população do Piauí e, particularmente, a de sua Capital, viveu, àquela época, a situação crítica da miséria, provocada pela migração nordestina. Em decorrência da seca (1877 – 1879), famílias inteiras fugiam de suas províncias da região nordeste, em busca de melhores condições de sobrevivência, para a Amazônia, à época região da borracha. Todavia, esses migrantes por aqui ficavam, em virtude da falta de condições físicas de prosseguir viagem e do medo do desconhecido que povoava suas mentes. Essa população era composta por homens, mulheres, jovens, velhos e crianças, fato que agravou ainda mais o estado de miséria em que viviam as cidades piauienses, particularmente Teresina, pela falta de alimentação, moradia e emprego. A esta população se juntavam os pobres da cidade, que moravam no subúrbio, em precárias condições de sobrevivência, ou mesmo sobre as árvores, à margem do rio Parnaíba, ou pelas ruas e praças, onde mendigavam a caridade pública. A marginalização social tornava-se explícita em Teresina, que, nesse período, dava início ao processo de urbanização. (ARAUJO, 2010, p.21)

Com o aumento dos migrantes em Teresina houve também o aumento das desigualdades sociais, sendo assim a junção de migrantes no processo de crescimento da cidade foi um dos aspectos responsáveis pelas condições de pobreza urbana que nela se instalava. Dessa forma, as relações e as práticas cotidianas tecidas no espaço urbano tiveram que lidar com a visão fiscalizadora do poder público tentando controlar e disciplinar os pobres marginalizados.

As implicações do fenômeno da seca nordestina, a crise financeira, a desigualdade entre o crescimento das atividades produtivas no Piauí e o aumento do número de migrantes que afluíram para a Província caracterizaram fatores responsáveis pelas condições miseráveis, como também pela alta incidência de criminalidade em Teresina. Esses migrantes eram trabalhadores rurais desempregados e pobres urbanos vindos do Ceará e de outras províncias nordestinas à procura da sobrevivência no Maranhão e Amazonas. (ARAUJO, 2010, p. 75)

Teresina era, assim, o retrato da pobreza e da miséria (ARAÚJO, 2010). A falta de atividades de serviços levava a população a vivenciar práticas de vida rudimentares e, sobretudo, a conduzir o pobre urbano na busca pela sobrevivência, muitas vezes por meio da estreita relação com o crime. O cotidiano do migrante em Teresina modificou visivelmente as relações estabelecidas na cidade (ARAÚJO, 2010).

As ruas tornaram-se, por muitas vezes, local de ganhar o “pão de cada dia”, como também local de moradia. A elite teresinense receosa com o aumento de mendigos pelas ruas da cidade reivindicava o aumento de policiais (ARAÚJO, 2010). Nessa perspectiva, a ociosidade dos pobres urbanos, ocasionada pelo aumento dos migrantes, se associava em

¹³ ARAÚJO, M. M. B. de. Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina. Teresina: EDUFPI, 2010.

comum acordo com o pensamento da elite local, a qual via o pobre como “classe perigosa”, pois essa ociosidade era uma “porta aberta para o crime” (ARAÚJO, 2010).

No Recife, no Congresso Agrícola de 1878, um orador, justificando a aprovação de tais leis, argumentou que a “aglomeração de ociosos nos grandes centros da população é um perigo iminente, é uma revolução adiada, é uma revolução brutal”. Nessa mesma linha de pensamento, a elite piauiense criou asilos e instituições de caridades para a pobreza e rigorosas penas para mendigos e vagabundos. (ARAÚJO, 2010, p. 99)

Em meados de 1920, a cidade de Teresina passou por profundas transformações em seu espaço físico, buscando inserir a capital nos moldes dos grandes centros urbanos da época (NASCIMENTO, 2007). Dessa maneira, as mudanças nas estruturas físicas da cidade modificaram as práticas e usos de determinados lugares da cidade. Assim, foi construindo diferentes espaços entre ricos e pobres.

A partir de 1950, Teresina passou por várias transformações e variadas intervenções arquitetônicas, com o intuito de modernização da capital. Essas intervenções não apenas modificaram a estrutura física da cidade, modificaram também as relações sociais (NASCIMENTO, 2007). Esse processo modernizador, desde então, vem produzindo profundas transformações na configuração do espaço urbano de Teresina, exibindo problemas sociais que compõem a lógica capitalista, a qual implica na aglomeração populacional urbana.

A cidade de Teresina, no período compreendido entre 1950 e 1970, viveu um processo de transformações econômicas e sociais ligadas diretamente ao modelo econômico proposto pelos governos populistas e militares. O governador do estado, Helvídio Nunes de Barros, afirma, por exemplo, à época, que a cidade é pequena, pessimamente iluminada, possui um deficiente e precário serviço de abastecimento d’água e não dispõe de asfalto, esgoto sanitário ou sistema de comunicação. (NASCIMENTO, 2007, p. 134-135)

Os aspectos de modernização da cidade de Teresina, de certa forma, foram desdobramentos para atender aos interesses da elite local. A busca pelo moderno revelava a emergência de mudança devido às péssimas condições que a cidade oferecia a sua população.

Raquel Rolnik (1994) propõe a cidade como imã, sendo que em Teresina os serviços de saúde e educação se destacavam como atrativos desde as primeiras décadas do século XX e a chegada dos migrantes à capital piauiense era, sobretudo, um desejo de mudança de vida, desejo de dar aos filhos uma vida melhor do que aquela vivida por cada trabalhador rural. Porém, a chegada dos novos moradores contribuía para o aumento irregular da distribuição de serviços básicos como energia elétrica, água tratada, transporte, pois os novos moradores, atrelados à impossibilidade de adquirir um lote de terra para morar, instalavam-se em locais impróprios

para a moradia, elevando a crescente forma desigual de habitação e de acesso ao centro da cidade.

A urbanização de Teresina a partir de 1950 é desencadeada pela política do Estado, na tentativa de desenvolvimento nacional, que visava à estruturação e à aceleração do processo de industrialização, por meio da lógica capitalista de modernização das grandes cidades e metrópoles (NASCIMENTO, 2007).

Esse processo de urbanização de Teresina, na segunda metade do século XX, sofreu um grande impacto populacional provocado, principalmente, pelo movimento migratório campo-cidade. De acordo com a Secretária Municipal de Planejamento e Coordenação de Teresina (SEMPPLAN) foi nos anos de 1960 que ocorreu o maior processo migratório na cidade, com o aumento do fluxo de mercadorias e veículos, modificando a dinâmica da cidade. Contudo, entre os anos de 1966 e 1969, houve a expansão da cidade com a criação de conjuntos habitacionais como: Conjunto Parque Piauí, na Zona Sul, com um total de 2.294¹⁴ unidades e Conjunto Primavera I, Zona Norte.

Entre as décadas de 1970 e 1980, foram construídos outros conjuntos habitacionais como: Bela Vista, Promorar, Saci, ambos na Zona Sul, bem como a construção do Conjunto Renascença, Conjunto Parque Ideal, na Zona Sudeste, também foi construído o Conjunto Mocambinho, na Zona Norte da cidade¹⁵. O primeiro conjunto para a classe média alta foi construído na Zona Leste da cidade, conhecido como Residencial Morada do Sol. Essas obras habitacionais tiveram investimento dos setores estadual, federal e municipal, com o melhoramento em sua infraestrutura.

A expansão urbana de Teresina incorpora zonas rurais, a construção de conjuntos habitacionais e de ocupações de espaços vazios distantes do núcleo central da cidade. O forte fluxo migratório, na segunda metade do século XX, foi um dos motivos para o aumento das problemáticas que envolviam o uso do solo urbano, desse modo surgem novos traçados que redefinam o espaço urbano.

A avenida Frei Serafim, por exemplo, tornou-se um dos símbolos das modificações da cidade, com construções de casas no estilo palacetes e melhoramento na estrutura da avenida, com uma passarela central, cobertura asfáltica e iluminação com lâmpadas a vapor, tornando-se um local de encontro e de circulação de pessoas (NASCIMENTO, 2007).

¹⁴ Dados obtidos pela SEMPLAN – Secretária Municipal de Planejamento e Coordenação de Teresina, sobre habitação e conjuntos habitacionais.

¹⁵ Dados obtidos pela SEMPLAN – Secretária Municipal de Planejamento e Coordenação de Teresina, sobre habitação e conjuntos habitacionais.

Fotografia 1 - Avenida Frei Serafim, Centro de Teresina, final da década de 1940



Fonte: Museu Virtual da Imagem e do Som do Piauí.

A avenida Frei Serafim, depois que recebeu iluminação com lâmpadas de vapor de mercúrio, uma nova passarela central e cobertura asfáltica, tornou-se um ponto de encontro, daí que homens em automóveis por ela circulavam em busca de parceria, de sorte que a cidade é, por excelência, palco das contradições: o poder público empurrou mulheres de vida livre que moravam e trabalhavam na Miguel Rosa¹⁶ e imediações para a periferia, longe dos olhares dos visitantes e das senhoras conservadoras e das jovens pudicas, enquanto a principal artéria de Teresina era, depois das 22 horas, transformada num lugar onde prostitutas e homossexuais buscavam parceiros para encontros amorosos. (NASCIMENTO, 2007 p.148)

O processo de modernização de Teresina modificou não apenas o espaço urbano da cidade, com as grandes inversões governamentais na infraestrutura, mas também as relações sociais. Essa transformação do espaço urbano de Teresina é um reflexo do amplo processo de migração. As intervenções governamentais transformaram-se numa complexa questão urbana, tendo como um dos principais problemas a questão da habitação.

A trajetória mais frequente do migrante em Teresina se inicia na casa de um parente, amigo, numa favela ou vila, até se desprender da vida no meio rural e conseguir trazer sua família (LIMA, A. J. 2003). De todo modo, para o migrante recém-chegado em Teresina o local de moradia sempre será distante do centro da cidade, instalando-se em zonas de expansão,

¹⁶ Uma das maiores avenidas da Cidade. Passa por duas zonas (Sul e norte).

surgindo múltiplas cidades em um movimento coletivo de ocupações de áreas e em conjuntos habitacionais construídos pela prefeitura (LIMA, A. J. 2003).

Os pobres recém-chegados a Teresina foram, de certa forma, forçados pelas circunstâncias a se juntarem aos aglomerados de pobres urbanos (LIMA, A. J. 2003). Nesse contexto, para conseguirem a tão sonhada moradia e se tornarem parte integrante da cidade passaram a se organizar em movimentos sociais a fim de ocupar os espaços públicos e privados vazios para construírem suas moradias, geralmente, de modo precário.

De acordo com LIMA A. J. (2003) o cotidiano de privações vivenciados pelos pobres urbanos exigia a solidariedade de todos. O desemprego e a falta de moradia geravam preocupação por parte de todos e a luta por moradia significava a principal bandeira dos movimentos populares. Desse modo, a crise urbana e o aumento dos conflitos urbanos em Teresina se apresentavam como elementos indispensáveis para o melhoramento da qualidade de vida dos pobres urbanos. Entidades como a FAMCC – Federação de Associações de Moradores e conselhos comunitários defendiam o direito à moradia como eixo central.

Fotografia 2 - Panorâmica da ponte Juscelino Kubistchek. Ano de 1988, mostrando o Rio Poti, bem como as casas de palhas e a construção dos primeiros prédios da cidade.



Fonte: Foto de Paulo Gutemberg – Museu Virtual da Imagem e do Som do Piauí.

As casas de palhas, presentes no cenário urbano de Teresina no final do século XX, refletem as péssimas condições que os pobres urbanos enfrentavam em termo de habitação e, conseqüentemente, de vida social.

A moradia, como uma necessidade básica da humanidade (LIMA, A. J. 2003), torna-se instrumento de efetivação do sonho de sentir-se inserido em um espaço. Assim, as práticas de ocupações acabam por compor movimentos que buscam legitimar a necessidade de possuir um espaço, implicando em lutas pelo direito à moradia.

O final da década de 1980, com a verticalização da cidade, principalmente no bairro Ilhotas, zona sul da cidade, nos permite visualizar o contraste persistente entre os pobres e os de maior poder aquisitivo, esses que buscavam ocupar os espaços privilegiados da cidade, como próximo ao Rio Poti, para construir luxuosos prédios residenciais e hotéis.

Desse modo, os excluídos socialmente eram, de certa forma, expulsos dessas áreas e buscavam sua inserção no tecido urbano em ocupações em áreas periféricas, em movimentos coletivos que objetivavam a conquista do direito à cidade e à vida urbana. Desse modo, fica evidente a dificuldade dos pobres em habitar a cidade (LIMA, A. J. 2003), na ausência de políticas públicas que atendam à necessidade de moradia, a favela aparece como lugar de referência.

A cidade cresce e, no final da década de 1980, Teresina tem sua dinâmica social e espacial modificada, visto que o fluxo migratório desencadeou um aumento na ocupação da cidade, ligando zonas rurais ao espaço urbano (LIMA, A. J. 2003). Com o aumento populacional na cidade houve o crescimento dos sinais de pobreza que Teresina enfrentava desde o seu nascimento.

A população residente no tecido urbano da cidade de Teresina aumentava constantemente. Na década de 1980, por exemplo, a cidade tinha uma população estimada em 338.975 e, em menos de uma década, esse número aumentou para 556.911 habitantes (SEMPLAN, PERFIL 1993). Desse modo, com o crescimento constante do número de habitantes, Teresina passou a enfrentar vários problemas relacionados à questão da moradia e, conseqüentemente, ao aumento da pobreza urbana na cidade.

O final da década de 1980 e início da década de 1990 foi um período marcado por intensos movimentos que reivindicavam o direito à moradia como elemento essencial para que os sujeitos se inserissem na dinâmica urbana (NETO; LIMA, 2007). O papel dos movimentos sociais e partidos políticos que lutavam por melhorias urbanas nesse período foi de grande importância para consolidar as ações que futuramente organizariam uma das maiores ocupações urbanas do Brasil, a Vila Irmã Dulce na zona sul da cidade.

As práticas de ocupação de terras, já integradas, hoje, a trama da vida urbana de Teresina, fenômeno igualmente presente em cidades do interior do estado, foram gestadas em meados da década de 1980, quando terrenos vazios, guardados para

valorização, foram ocupados. Algumas iniciativas lograram conquistas de regularização da terra, à custa de violentos embates com as forças de ordem, e de resistência. (LIMA, A. J. 2003, p. 70)

A década de 1980, em Teresina, foi marcada pelas práticas de ocupação de terra. Esses conflitos foram se intensificando e o aprofundamento da crise urbana com o aumento das ocupações foi acompanhado pela mobilização dos movimentos organizados. Dessa forma, surgiram entidades como a Federação de Associações de Moradores e Conselhos Comunitários (FAMCC), em 1986, e a Federação das Associações de Moradores do Estado do Piauí (FAMEPI), (LIMA, 2003). Esse contexto de conflitos sociais pelo uso do solo urbano torna mais frequente as ocupações na cidade.

Segundo Neto e Lima (2007), na segunda metade da década de 1990 houve a expansão de entidades e associações comunitárias, com a necessidade de representatividade em diferentes espaços. Com isso, o aumento de ocupações e de lutas por moradia se ampliaram em Teresina.

A origem da Vila Alto da Ressurreição e da Vila Irmã Dulce estão diretamente vinculadas à problemática do uso e da ocupação do solo, à forma como o espaço urbano é reconfigurado, apropriado e regulado, sobretudo a partir da década de 1990, quando se constatou em Teresina um forte crescimento horizontal, e a formação de uma nova periferia no entorno de conjuntos habitacionais localizados nas franjas das zonas Norte, Sul, Sudeste e Leste. (Neto; Lima, p. 237, 2007)

O processo que envolve o uso e a ocupação do solo urbano, na década de 1990 em Teresina, configura um novo processo de materialização dessas medidas devido à expansão de entidades que lutavam pelo direito à moradia.

Neto e Lima (2007) afirmam que a questão de moradia, absorvida pela mídia na década de 1990, “era de que os sem-teto não mais necessitavam recorrer às ocupações de terras, pois as novas ações governamentais e os emergentes canais institucionais de participação atenderiam às suas demandas” (NETO; LIMA, 2007, p. 237).

As problemáticas sociais que se configuravam na década de 1990 na capital foram agravadas pelo aumento gradativo da população em décadas passadas, que por não ter a interferência adequada do poder político foi se agravando, tendo uma expansão nas práticas de ocupação em Teresina.

A tabela 2 (pag. 55) representa a população residente por sexo e situação do domicílio no Estado do Piauí e na capital Teresina entre as décadas de 1970 ao início da década de 1990. Os dados revelam que a maioria dos domicílios e da população do Estado e da capital eram formados em sua maioria por mulheres.

Tabela 2 - População residente, por sexo e situação do domicílio

Variável - População residente (Pessoas)										
Unidade	Situação	Ano x Sexo								
		1970			1980			1991		
da	do	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Federação	domicílio									
e										
Município										
PIAUÍ	Total	1.680.573	827.991	852.582	2.139.196	1.048.877	1.090.318	2.82.137	1.261.278	1.320.859
	Urbana	537.510	252.783	284.727	897.812	421.859	475.953	1.367.184	640.124	727.060
	Rural	1.143.063	575.208	567.855	1.241.384	627.019	614.365	1.214.953	621.154	593.799
TERESINA	Total	220.487	104.268	116.219	377.771	176.622	201.149	599.272	278.296	320.976
PI	Urbana	181.021	84.124	96.897	338.975	156.894	182.081	556.911	256.545	300.366
	Rural	39.466	20.144	19.322	38.796	19.728	19.068	42.361	21.751	20.610

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Nesse contexto, conferindo um significado diferente à vida cotidiana dos seus moradores, o drama social dos teresinenses ganhou complexidade pela gravidade dos problemas estruturais e sociais, os quais surgiam com o aumento populacional. De acordo com Lima A. J. (2003), essa problemática social era um reflexo dos fortes traços segregadores e excludentes das populações mais pobres, os investimentos eram voltados para a infraestrutura com construções de grandes avenidas e conjuntos habitacionais, assim, a população pobre da cidade ficava sem políticas públicas necessárias para o enfrentamento da pobreza urbana.

O desempenho de Teresina nos anos de 1980, fruto dos ganhos e das vicissitudes da urbanização (grandes avenidas, pontes sobre o rio Poti, extensões, conjuntos habitacionais para a população de baixa renda), traz, nas suas marcas físico-espaciais, a imagem de uma cidade em expansão, num quadro de grandes contradições e conflitos sociais, com fortes traços segregadores e excludentes das populações pobres. É que as políticas locais, restritas aos investimentos federais, tinham reduzido alcance no enfrentamento dessas questões. (LIMA, A. J. 2003, p. 43)

O final da década de 1980 configura um período marcado por fortes tensões e experiências emblemáticas por meio das lutas por moradia em várias partes da cidade, que nesse período havia se expandido com a criação de vários conjuntos habitacionais e ocupações do solo urbano da cidade.

A partir da década de 1970 e 1980, o processo de urbanização de Teresina foi intensificado pelos investimentos estatais atraindo ainda mais migrantes (LIMA, A. J. 2003), em busca de serviços, como empregos, saúde e educação, o que, de certa forma, contribuiu para o aumento da desigualdade social.

Tabela 3 - Pessoas não naturais do Município onde residem, por lugar do domicílio anterior, segundo as zonas fisiográficas. Teresina (PI), 1960.

Lugar do Domicílio anterior	Quantidade
Ceará	7.989
Rio Grande do Norte	125
Pernambuco	559
Alagoas	45
Fernando de Noronha	3
Sergipe	23
Bahia	149

Minas Gerais	42
Serra de Aimorés*	1
Espírito Santo	1
Rio de Janeiro	55
Guanabara	135
São Paulo	72
Paraná	8
Santa Catarina	13
Rio Grande do Sul	19
Mato Grosso	4
Goiás	44
Distrito Federal	16
Rondônia	11
Acre	13
Amazonas	54
Roraima	9
Pará	177
Amapá	8
Maranhão	7.604
Piauí	35.047
Brasil, sem especificação de lugar	109
Exterior	65
Total	52.880

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1960.

*Território de Litígio entre os Estado de Minas Gerais e Espírito Santo.

Em consequência desse fluxo migratório houve a descontrolada fomentação de ocupações em Teresina. Os dados da tabela 3 apresentam os números de pessoas que migraram para Teresina, mas que eram naturais de outros estados ou do interior do Piauí. Teresina recebeu um grande número de migrantes vindo das cidades do interior do Piauí, bem como um grande número de pessoas do Ceará e Maranhão, estados vizinhos ao Piauí. O grande número de

migrantes em Teresina provocou um adensamento populacional constituindo a incorporação de zonas afastadas do centro da cidade (FAÇANHA, 2007).

O período referente ao final da década de 1980 e início da década de 1990 em Teresina é marcado pelas problemáticas que envolvem a habitação, destacando o grande fluxo migratório para a cidade, com isso, o aumento da pobreza urbana e da luta pelo direito à moradia (LIMA, A. J. 2003).

2.2 Pobres Urbanos em Teresina

Os conflitos urbanos em Teresina, relativos à moradia, expõem as problemáticas enfrentadas pelos pobres urbanos que buscam o direito à cidade e ao mesmo tempo o direito à moradia, de um lado a luta isolada de moradores de favelas e do outro a ação violenta dos proprietários de terras e da justiça (LIMA, A. J. 2003). Esse drama social produz efeitos perturbadores para o poder público e com isso uma maior complexidade em torno da questão habitacional.

Tabela 4 - Índice de Pobreza - Classificação dos Estados por ordem decrescente do Índice de Pobreza

1980		
UNIDADES FEDERATIVAS	ÍNDICE	RANKING NACIONAL
São Paulo	0,999	1°
Rio de Janeiro	0,948	2°
Roraima	0,873	3°
Santa Catarina	0,862	4°
Rio Grande do Sul	0,828	5°
Amazonas	0,784	6°
Rondônia	0,778	7°
Paraná	0,761	8°
Mato Grosso	0,739	9°
Goiás	0,705	10°
Amapá	0,696	11°
Espirito Santo	0,686	12°

Acre	0,661	13°
Pará	0,657	14°
Minas Gerais	0,623	15°
Bahia	0,379	16°
Pernambuco	0,315	17°
Sergipe	0,283	18°
Rio Grande do Norte	0,193	19°
Alagoas	0,164	20°
Ceará	0,153	21°
Maranhão	0,135	22°
Paraíba	0,086	23°
Piauí	0,002	24°
Média Brasil	0,555	

Dados obtidos pela Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais no Piauí – CEPRO. Atlas da Exclusão Social no Piauí/ Gerson Portela Lima. Teresina: Fundação CEPRO, 2003

O Estado do Piauí, na década de 1980, enfrentava diversas dificuldades econômicas e sociais e ocupava a última posição no *Ranking* nacional sobre o índice de pobreza¹⁷. Comparando com o índice de pobreza no País, o Piauí, de acordo com a tabela, apresenta baixa representação em relação aos dados nacionais. A exclusão social presente no Estado, na década de 1980, é um reflexo das péssimas condições sociais as quais os piauienses estavam vivenciando.

Há desigualdades sociais que são, em primeiro lugar, desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde cada qual se encontra. Seu tratamento não pode ser alheio às realidades territoriais. O cidadão é o indivíduo num lugar. A República somente será realmente democrática quando considerar todos os cidadãos como iguais, independentemente do lugar onde estejam. (SANTOS, 2013, p.204)

A pobreza urbana gerada pelo modo econômico, pela divisão das classes sociais, estigmatiza o indivíduo a ser classificado como pobre (LIMA, A. J. 2003), não somente pelas condições econômicas estabelecidas, mas também pela estrutura social em que o sujeito está inserido, como por exemplo, o território em que mora ou ocupa.

¹⁷ Dados obtidos pela Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais no Piauí – CEPRO. Atlas da Exclusão Social no Piauí/ Gerson Portela Lima. Teresina: Fundação CEPRO, 2003.

Teresina, por ser a maior cidade e capital do Estado do Piauí, é o reflexo das problemáticas sociais enfrentadas pelo Estado no âmbito social e econômico, assim, as dificuldades perante o acesso à moradia, transporte e infraestrutura que atendessem às necessidades básicas de sua população era um dos grandes desafios que o Estado do Piauí e a capital Teresina enfrentavam.

As precárias condições econômicas e sociais no Piauí e em Teresina, no final do século XX, revelam as múltiplas estratégias de sobrevivência dos pobres urbanos (LIMA, A. J. 2003). A ausência de condições materiais força o aumento da segregação na vida social a qual tece a trama social e coloca os sujeitos como pobres numa oposição a outro grupo detentor de riqueza.

Nesse sentido, a pobreza é apreendida como realidade inexorável, constituindo-se como forma de opressão, justificada como resultado da aporia entre ricos e pobres, razão mesma de existência da sociedade humana, em que a igualdade se apresenta apenas como uma abstração ou, simplesmente, um devir. (LIMA, A. J. 2003, p. 348)

O crescimento da população urbana em Teresina ampliou as dificuldades que envolvem o cotidiano dos pobres urbanos, isto porque a luta pelo direito à cidade surge como significado e relação de pertencimento ao espaço e nos mostra a imagem e o cenário da cidade com definição clara dos agentes sociais, visto que essas imagens surgem com maior intensidade nas condições econômicas e sociais de sua população.

A expansão demográfica, por exemplo, provoca o crescimento dos problemas sociais, especialmente aqueles relacionados com a moradia ou com a falta dela. Em 1950 a população total de Teresina era de 90.723 habitantes, mas já na década de 1970 ela tinha saltado para 363.666 habitantes. O censo demográfico de 1980 indica que moravam na cidade 538.294 pessoas. A maioria dessa população era oriunda de pequenas cidades piauienses, mas fundamentalmente da zona rural do Piauí, e também de outros estados do Nordeste. Nesse sentido, os costumes e práticas dos homens e mulheres que chegam do campo motivam representantes do poder público a se pronunciarem em relação à limpeza pública. (NASCIMENTO, 2007, p. 198,199)

Na década de 1990 a cidade de Teresina torna-se grandiosa com inúmeras apropriações inadequadas, surgindo várias favelas/vilas como a Vila Irmã Dulce, localizada na zona sul da capital. Teresina torna-se palco de conflitos sociais e lutas por moradia, ao mesmo tempo sendo um local produtor de uma nova realidade para a cidade.

A evolução da favela, isto é, a sua progressiva urbanização até torna-se um bairro popular, resulta, de um lado, da ação dos próprios moradores que, pouco a pouco, durante um longo período de tempo, vão melhorando suas residências e implantando atividades econômicas diversas. De outro, advém a ação do Estado, que implanta alguma infraestrutura urbana, seja a partir de interesses eleitoreiros. Esta urbanização,

contudo, desencadeia uma valorização de seus moradores e atrair outros. (CORREA, 1989, p. 31)

Carlos (2013) mostra a cidade em aspectos diferentes, enfatizando tudo o que a engloba, para que dê forma ao espaço urbano e referindo-se ao uso do solo urbano remetemos à ideia de que os agentes sociais tendem a ocupar um espaço para manter sua sobrevivência, no entanto para que essa forma de ocupação aconteça é necessário que se crie um mecanismo de produção no local, dessa maneira o local passa a fornecer condições necessárias para que as pessoas possam tirar seus meios de sobrevivência, implantando infraestrutura adequada para a valorização do espaço.

Nesse sentido, a transformação que ocorre em torno da cidade de Teresina assiste ao aprofundamento dos problemas sociais e a sua redefinição oferece uma vida diferente aos seus habitantes. A partir da década de 1960 até a década de 1990, Teresina passa por uma expansão dos bairros, devido à construção de conjuntos habitacionais, modelando o corpo urbano da cidade. As ocupações em Teresina surgiram quando a questão habitacional passou a ser um dos principais problemas estruturais e sociais da cidade. A partir da década de 1990, a Prefeitura Municipal passou a interferir com a implantação de projetos os quais visaram o melhoramento desses espaços.

A fragmentação do espaço urbano em Teresina é consequência direta da segregação produzida, simultaneamente, pela ordem econômica e política. Nesse sentido, a produção da vida cotidiana dos teresinenses é regulada por aqueles que detêm renda alta, assim os mesmos se apoderam dos grandes espaços da cidade e da infraestrutura feita para atender suas necessidades, todavia, aqueles com baixa renda são forçados a ocupar pequenos espaços em condições precárias, tornando a segregação um dos elementos visíveis que geram os conflitos sociais. As favelas e vilas de Teresina são produtos dessa segregação socioeconômica (SANTANA, 2007).

Então, na dinâmica truncada de materialização do moderno, nas cidades, a exemplos das brasileiras, hoje simultaneamente segregadas, segmentadas, polarizadas, violentas e poluídas, enfrentam-se modos de domínio e usos do espaço mediante lutas, disputas e negociações, incluindo-se as que propõem o direito à urbanidade como projeto político e a apropriação cidadina como capaz de produzir lógicas produtivas, culturais e socioespaciais que, de alguma forma, guardam relações com o inacabado ou fracassado urbanismo democrático. (SANTANA, 2007, p.50)

A problemática das ocupações no espaço urbano em Teresina e a ausência de políticas públicas contribuía para a segregação vigente na cidade. Uma das estratégias utilizadas pelo Estado, a partir da década de 1970 (LIMA, A. J. 2007), foi a criação dos conjuntos habitacionais

para que houvesse a remoção das famílias pobres e com pouca infraestrutura, geralmente localizados distantes do centro da cidade.

Incumbia ao município as tarefas de administração da ocupação e uso do solo urbano, caracterizando suas ações pela distribuição de títulos de uso e posse e de aforamento em áreas públicas já habitadas, de modo que, entre os anos 1970 e 1980 muitas famílias que residiam núcleos favelados em áreas centrais foram removidas, sob o argumento de ampliação da malha viária e de desobstrução de vias/ áreas públicas, sendo o caso mais emblemático o da Favela COHEBE, na zona sul da capital. (LIMA, A. J. 2007, p. 258)

A segunda metade do século XX em Teresina é marcada pela luta dos pobres urbanos, pela apropriação e uso do espaço urbano, proporcionando o crescimento das favelas e o movimento de luta pelo direito à moradia. A construção dos conjuntos habitacionais em Teresina foi uma política criada para atender a demanda por moradia e ao mesmo tempo serviu como expansão do seu espaço e, conseqüentemente, ampliaram-se os problemas urbanos existentes desde a sua fundação. Entretanto, mesmo com a construção dos conjuntos habitacionais em várias partes da cidade, as ocupações não deixaram de ocorrer, pois essa política não atendia a todas as parcelas da população carente de Teresina.

Tabela 5. Cidade de Teresina: Unidades Habitacionais produzidas pela Companhia de Habitação do Piauí – COHAB – 1966/1990

Denominação	Números de Unidades	Conclusão
Tabuleta	118	1966
São Raimundo	49	1966
Primavera I	187	1966
Monte castelo	302	1966
Parque Piauí	2.294	1968
Cristo Rei	92	1975
São Pedro I	66	1976
Bela Vista I	912	1976
Stand Tiro	40	1977
Ampliação Parque Piauí	500	1977
União	80	1977

Dirceu Arcoverde I	3.040	1977
Saci	2.034	1979
Primavera II	100	1979
São Pedro II	109	1979
D.E.R	70	1979
Itaperu	164	1980
Dirceu Arcoverde II	4.254	1980
União II	100	1981
Bela Vista II	683	1981
João Emilio Falcão	996	1982
Cíntia Portela	176	1982
Promorar	4.696	1982
Catarina	120	1983
Mocambinho	3.031	1983
São Joaquim I	824	1984
Boa Esperança I	150	1984
Mocambinho II	3.031	1984
Tancredo Neves	756	1985
Nazária	15	1985
Boa Esperança II	104	1985
Polícia Militar	85	1985
Novo Horizonte	300	1986
Mocambinho III	1.132	1986
Renascença I	900	1986
Morada Nova I	984	1987
Renascença II 1º Etapa	500	1988
Angelim II	264	1988
Renascença II 2º Etapa	450	1989
Santa Fé	533	1989
Renascença II 3º Etapa	500	1990

Morada Nova II	564	1990
Morada Nova III	624	1990
TOTAL	34.594	

Fonte: Prefeitura de Teresina – SEMPLAN

A Caixa Econômica Federal, a Companhia de Habitação do Piauí – COHAB, o Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais – INOCOOP e diversas construtoras locais eram responsáveis pelo órgão gestor da política habitacional, entretanto, os planos habitacionais não possibilitavam o acesso da população carente, pois a renda familiar era incompatível com o nível de renda exigido.

Nesse contexto, uma grande parcela da população ocupava áreas nas proximidades dos conjuntos habitacionais, com isso, os conflitos sociais pelo direito à moradia se intensificaram na década de 1990. A inexistência de uma política habitacional no Brasil foi uma realidade até a metade do século XX, pois segundo Bonduki (1994) o Estado não assumia a responsabilidade de construir moradias e nem a sociedade cobrava do Estado essa questão. Dessa forma, buscou-se inicialmente enfrentar a problemática habitacional por meio da construção de vilas operárias¹⁸, as moradias foram financiadas pelos patrões, deixando as questões que envolvem a construção e a comercialização sem a intervenção do Estado.

Sem a proteção do Estado, a definição do valor de locação constituía-se no principal ponto de conflito entre proprietários e inquilinos e a questão central que movia os inquilinos a se mobilizarem em torno do problema da habitação. Se, por um lado, o Estado não intervém na produção de moradias e no controle dos aluguéis, as organizações populares também não parecem reconhecer no Estado o interlocutor capaz de dar andamento a suas reivindicações em torno da questão. Embora a forte influência do anarquismo no movimento operário explique, em parte, esta postura de não reconhecimento da responsabilidade estatal na questão da moradia, a própria caracterização do Estado no período liberal, sem interferir no âmbito da reprodução da força de trabalho contribuía no sentido de levar os movimentos populares a negarem o poder público como uma instância à qual deveriam ser dirigidas reivindicações. Em suma, o Estado não assumia a responsabilidade de prover moradias nem a sociedade lhe atribuía esta função. (BONDUKI, 1994, p.714)

A possibilidade de acesso à moradia nas grandes cidades está sujeita às condições sociais estabelecidas pelo sistema capitalista, subordinada ao nível salarial, visto que a terra é uma mercadoria, de modo que seu valor é determinado pela infraestrutura e pela concentração

¹⁸ As vilas operárias eram conjuntos de casas construídas pelas indústrias para serem alugadas a baixos aluguéis ou mesmo oferecidas gratuitamente a seus operários. Estas iniciativas tiveram um impacto importante em várias cidades brasileiras, pois são os primeiros empreendimentos habitacionais de grande porte construídos no país. BONDUKI, 1994, p. 715

populacional. Teresina, no final do século XX, exibiu a problemática da falta de habitação, gerando um processo de exclusão social, complexando as estratégias de sobrevivência, em que os pobres urbanos passaram a ocupar terras públicas e privadas para construir suas moradias.

Com a criação dos conjuntos habitacionais e a ocupação de espaços vazios em Teresina, o desenho da cidade começou a ganhar contornos mais definidos, exibindo uma dinamização de sua população. Surgiu a necessidade de enfrentar os baixos níveis de qualidade de vida, por meio de um amplo processo de urbanização, com grandes avenidas e ruas. Devido a isso, Teresina vai se desenvolvendo e se faz necessário observar que a mesma precisa de um ordenamento do espaço e da vida urbana, sendo que por meio desse crescimento emerge-se uma nova configuração da cidade com o aparecimento de novos espaços sociais denominados periferias.

Ressalte-se que Teresina, nas décadas de 1970, 1980, 1990, apresentou um ritmo de crescimento superior ao do Piauí figurando com o município mais populoso do estado, por se constituir decerto, o principal centro aglutinador de equipamentos e serviços e atividades e receptor de populações migrantes. (LIMA, A. J. 2003, p.53)

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, entre as décadas de 1970 a 1990, a cidade de Teresina teve um ritmo bastante acelerado de crescimento populacional (ver Tabela nº 1). Teresina se mostra como um centro de aglutinação de migrantes, de maneira que surgem favelas de forma lenta e gradual e, conseqüentemente, o aprofundamento dos problemas sociais. Fica evidente que os problemas relacionados à falta de moradia representam um dos principais aspectos para que as lutas dos pobres urbanos seja um fenômeno de resistência e busca do direito à cidade¹⁹.

A década de 1990 apresenta um novo aspecto de expansão territorial da cidade, não somente pelas periferias produzidas por conjuntos habitacionais, mas sim pela ocupação de espaços vazios. A dimensão da pobreza urbana extrapola as condições sociais, sendo explicadas pela carência material e econômica, assim as práticas relevam as imagens de um cotidiano de privações, realçadas no convívio de situações que geram conflitos com o poder público.

Alia-se, ainda, a esse quadro de empobrecimento acentuado dos setores de baixa renda, a forma de vida das populações rurais, forçadas a migrar para os centros urbanos na busca de sobrevivência, motivadas pela sua ou pelas condições de trabalho

¹⁹ O Direito à Cidade vai além dos direitos individuais, do direito a opinião ou do voto. O direito à cidade aparece como uma necessidade social (LEFEBVRE, 2006, p.103). Assim, o direito a cidade de acordo com Lefebvre (2006) é o direito à vida urbana, aos locais de encontro e de trocas, ao ritmo da vida urbana que permitem o uso pleno desses locais.

e vida no campo, constituindo traço marcante em suas trajetórias. (LIMA, A. J. 2003, p.60)

Com o aumento e a evolução das favelas e vilas no final da década de 1980 e início da década de 1990, a pobreza fica evidenciada, está cada vez mais presente na vida urbana de Teresina, envolvendo sérios problemas sociais. A pobreza urbana faz parte da divisão dos grupos sociais, nos quais identificamos uma enorme diferenciação, no que diz respeito aos bens e produtos consumidos, tendo a habitação como um bem que poucos possuem.

A habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo: parcela enorme da população não tem acesso, quer dizer, não possui renda para pagar o aluguel de uma habitação decente e, muito menos, comprar um imóvel. Este é um dos mais significativos sintomas de exclusão que, no entanto, não ocorre isoladamente: correlatos a ela estão a subnutrição, as doenças, o baixo nível de escolaridade, o desemprego ou o subdesemprego e mesmo o emprego mal-renumerado. (CORREA, 1989, p.29)

A exclusão de alguns grupos sociais do direito à moradia está diretamente ligada às péssimas condições que a cidade oferece a sua população, uma vez que esse grupo de excluídos não tem escolha, a não ser ocupar áreas do poder público ou privadas, assim, compreendemos as lutas dos agentes sociais como forma de resistência a todo processo que envolve as necessidades básicas de sobrevivência nos grandes centros urbanos.

É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros agentes. A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, sobrevivência as adversidades impostas aos grupos sociais recém-expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de renovação, que lutam pelo direito a cidade. (CORREA, 1989, p. 30)

A resistência é um suporte das representações desenvolvidas por diversos grupos sociais, os quais não estão inseridos no sistema de privilégios que a elite possui, dessa forma torna-se necessário compreender todo processo de luta pela sobrevivência na cidade.

O cotidiano dos pobres urbanos produz experiências as quais expressam o modo como os moradores de favelas e vilas convivem com as adversidades, revelando, nas interfaces do cotidiano dos pobres urbanos, manifestações que assumem um caráter de denúncia em face das circunstâncias de sobrevivência.

A natureza dos problemas expostos, no cotidiano dos pobres urbanos, está diretamente ligada às dificuldades provocadas pela má distribuição de renda, estigmatizando milhares de famílias a vivenciarem cenas cotidianas de vulnerabilidade impostas pelas precárias condições

materiais e o uso do solo urbano impróprio para moradia, o qual enfrenta alagamentos, deslizamentos e desabamentos de suas casas, em decorrência das temperes da natureza.

A realidade concreta vivida pelos pobres urbanos formula reivindicações às instâncias específicas do Estado. Nesse contexto, a luta pelo direito à cidade e o direito à moradia digna são práticas do processo de transformação urbana. A luta por moradia constitui a formação de entidades e movimentos sociais que buscam, de certa forma, amenizar a realidade cruel de muitas famílias pobres (LIMA, A. J. 2007).

Em Teresina, a luta dos pobres urbanos se intensificou na década de 1990, momento que a cidade passa a ser um palco de grandes conflitos os quais envolvem o direito à moradia.

Várias foram as modificações no corpo urbano, em decorrência das ocupações e em prol do tão sonhado território. Deste modo, os agentes sociais excluídos, assim classificados por Corrêa (1989), promovem modificação no espaço urbano a partir da necessidade e do sentimento de pertencimento em que esses indivíduos estão inseridos.

2.3 Conflitos e Formações de Favelas e Vilas em Teresina na década de 1990

A visível transformação urbana de Teresina evidencia que a pobreza urbana se enraíza no tecido urbano da cidade com a evolução das favelas e vilas. O aumento do desemprego impossibilita que o pobre urbano consiga pagar aluguel (LIMA, A. J. 2003). A falta de condições financeiras força os mesmos a se transferirem para áreas distantes do centro da cidade, instalando-se em formas precárias de moradia.

Esse movimento concretiza a possibilidade de inserção do pobre à vida urbana, por meio da ocupação de espaços vazios. As práticas estabelecidas pelos pobres urbanos vão definindo trajetórias de lutas e resistência e representam a defesa do direito à habitação. Os conflitos urbanos pelo direito à moradia constroem experiências concretas de apropriação de terras para o uso social.

As práticas de ocupação de terra, já integradas, hoje, à trama da vida urbana de Teresina, fenômeno igualmente presente em cidades do interior do estado, foram gestadas em meados da década de 1980, quando terrenos vazios, guardados para a valorização, foram ocupados. Algumas iniciativas lograram conquistas efetivas de regulamentação da terra, à custa de violentos embates com as forças da ordem, e de resistência. (LIMA, A. J. 2003, p.70)

A luta por moradia desencadeou também a luta por direitos sociais, como por exemplo, a reivindicação por transporte e infraestrutura. Assim, a problemática urbana por melhores condições de vida teve o apoio de entidades que atuavam na defesa do direito à moradia.

A ocupação de espaços vazios cresce num ritmo bastante acelerado em Teresina e essa forma de ocupação fez surgir uma nova “roupagem”, no que se refere às práticas sociais, pois os governantes passam a regular e urbanizar essas novas áreas, tornando-as parte integrante da malha urbana.

Surgem, ainda na década de 1980, entidades que atuavam em movimentos organizados, como a FAMCC (Federação de Associações de Moradores e Conselhos Comunitários) e a FAMEPI (Federação das Associações de Moradores do Estado do Piauí), as quais emergem sob a organização de movimentos em âmbito nacional e estadual, os quais se mostram atrelados à insatisfação popular frente aos questionamentos relacionados, especificamente, à categoria social.

Em Teresina, a luta pelo direito à moradia cria movimentos e associações de moradores, sindicatos de trabalhadores, associações estudantis, religiosas, entre outras. Os movimentos sociais, no final da década de 1980 e início da década de 1990, visivelmente, atingiram uma dinâmica efervescente de luta, principalmente nas questões relativas à moradia, ocupações de espaços vazios, regularização de lotes, marcando presença nas decisões políticas da cidade.²⁰

Mas ainda que os investimentos dos governos estaduais no setor habitacional se tenham constituído uma prioridade nos anos 1980, o déficit habitacional se mantinha muito elevado, decorrente não apenas do contínuo fluxo migratório campo-capital, mas também do agravamento das condições de vida dos pobres e de setores de classe média baixa. Esse contexto ensejou, a partir de 1986, cenas cotidianas de conflitos em torno do uso “ilegal” do solo urbano, de modo que, às práticas isoladas de fins dos anos de 1970 e começo dos 80, contrapunham-se as ocupações organizadas, nem sempre planejadas antes do assento nas áreas e, muitas vezes, sem a tutela de entidades formais. No entanto, a evolução das lutas por moradia torna mais frequentes as ocupações sistemáticas, conforme se observa no noticiário da época, as quais seguem um planejamento, o que faz germinar, em segmentos do governo e da sociedade civil, a ideia de ligação dessas lutas com setores de esquerda (precisamente com o Partido dos Trabalhadores) e a manipulação política dos conflitos. (LIMA, A. J. 2003, p. 73)

No final da década de 1980, devido ao caráter abrangente e mobilizador, as lutas por moradia conseguiram o apoio de setores da sociedade, como a Igreja Católica (LIMA, A. J. 2003). No entanto, a realidade dos ocupantes, mesmo tendo a solidariedade de muitos, sofriam os efeitos legais punitivos, sendo que a repressão policial permeava no processo de ocupação de Teresina, implicando os rigores das leis por meio da repressão policial e o uso da força.

²⁰ Perfil Teresina 1993. Livro cedido pela SEMPLAN – Teresina.

em que a cidade passava, o qual era um reflexo da criação de vários conjuntos habitacionais que foram incorporados em todas as zonas de Teresina.

A criação de conjuntos habitacionais nas franjas da cidade possibilitou a ampliação das ocupações próximas a esses conjuntos construídos em todas as zonas da cidade (LIMA, A. J. 2003). Assim, a criação dos conjuntos habitacionais não atendia a toda esfera da população pobre e, desse modo, as problemáticas urbanas se expandiam com o crescimento da cidade.

O poder público municipal, em uma tentativa de frear o avanço das ocupações em Teresina, buscou implantar projetos visando a transformação de áreas ocupadas e consolidadas em bairros da cidade. Em 1997 o projeto Vila-Bairro foi implantado pelo então prefeito Firmino Filho²¹. O projeto Vila-Bairro foi uma articulação ampla de intervenção urbana (NETO; LIMA, 2007), a estratégia desse projeto se voltava para ações de melhoramento na infraestrutura física dos espaços.

A modificação do espaço urbano de Teresina no início da década de 1990 revela o crescimento demográfico da cidade, desde a sua fundação, sendo o migrante um dos principais atores sociais para as transformações do tecido urbano da cidade. Entretanto, com a expansão da malha urbana, os conflitos e a formação das favelas e vilas representam as condições de vida e a modificação do espaço por meio das práticas de ocupação, as quais mobilizam entidades e trazem a interferência do poder público, problematizando as questões do direito à vida urbana.

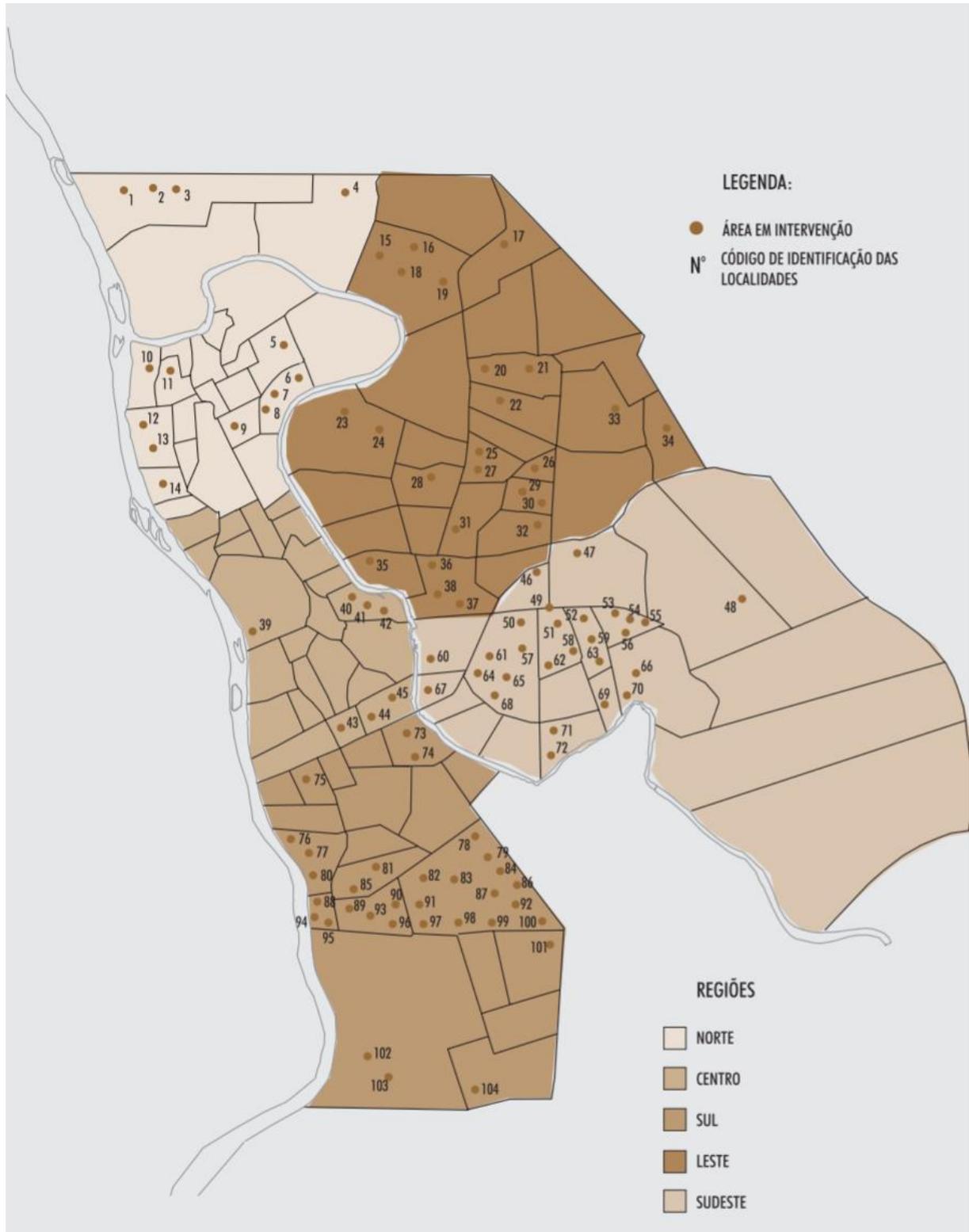
As vilas construídas em Teresina, em sua maioria, formadas por habitações precárias feitas de palha, em áreas sem urbanização, formam comunidades que lutam pelo reconhecimento de estarem inseridas nas práticas urbanas do poder público.

Em 1991, estudo feito pela Secretária Municipal de Planejamento e Coordenação Geral, cadastrou 56 áreas de vilas e favelas em Teresina. No ano de 1993 a secretária Municipal do Trabalho e Assistência Social realizou o I Censo das Vilas e Favelas, cadastrando 141 vilas e favelas, registrando um crescimento de 151,79% em relação as áreas já ocupadas. 14.542 famílias, representando uma população de 67.503 habitantes, residiam 141 vilas e favelas. (CENSO DAS VILAS E FAVELAS -99, 2000, p.14)

O crescimento das áreas de vilas e favelas, no início da década de 1990 em Teresina, e o aumento desses espaços de ocupação refletem as problemáticas urbanas decorrentes do crescimento desordenado da população urbana em conjunto com as péssimas condições sociais que a população mais pobre enfrentava na dinâmica espacial da cidade. Com isso, os pobres urbanos buscavam por meio da luta e conflitos sociais o direito à moradia.

²¹ Prefeito eleito em Teresina pelo partido Social Democracia Brasileira – PSDB, em 1997.

Figura 4 - Mapeamento de vilas e Favelas em Teresina.
Mapa esquemático da cidade de Teresina ano 2000: zoneamento das vilas, favelas, parques e residenciais



Fonte: Censo das Vilas e Favelas de Teresina 1996, SEMTCAS/PMT

Tabela 6 - Zoneamento das vilas, favelas, parques e residenciais**REGIÃO / NOME****POPULAÇÃO**

Zona/Norte	
01. Santa Maria das Vassouras	1.126
02. Santa Maria da Codipi	4.391
03. Parque Wall Ferraz	3.036
Parque Firmino Filho*	1.220
04. Vila Monte Alegre	1.114
05. Favela da Rua Sinhá Borges	578
06. Vila Cermap	361
07. Vila Trindade	359
08. Vila Risoleta Neves	3.526
09. Vila Santa Helena Norte	84
10. Vila Apolônia	932
11. Vila Pantanal II	778
12. Vila Padre Eduardo	1.363
13. Vila Carlos Feitosa	1.404
14. Vila Bom Jesus	927
Zona/Leste	
15. Vila Cidade Jardim	4.481
16. Parque Anita Ferraz	1.940
17. Vila Nova	486
18. Vila São João do Alto Bonito	215
19. Vila do Avião*	874
20. Vila Bandeirante	6.289
21. Vila Cidade Leste*	2.121
22. Vila Fraternidade	447
23. Vila Parque Ininga (área 9)	323
24. Favelas da Área 9	
Favela da Rua Ulisses Marques	553
Favela da Rua Belchior Barros	246
25. Favelas da Área 10	
Favela da Rua Tio Bentes	87
Favela da Rua AdalbertoCorreia Lima	104
Favela da RuaTomás de Aquino	69
Morro da Garrincha	100
26. Vila Bom Samaritano	838
27. Vila Maria Teresa de Calcutá ou Vila do Escolão (área 10)*	318
28. Vila Miranda Dantas*	224
29. Vila Amazônia (área 10)	282
30. Vila Santa Maria de Jesus	587

31. Vila Morada do Sol	342
32. Vila Santa Isabel	527
33. Parque Governador Mão Santa	2.639
34. Residencial Dom Avelar (áreas 9 e 10)**	-
35. Vila do Céu	216
36. Vila Divina	773
37. Vila São José	126
38. Vila Beata Savina	305

Zona/Centro

39. Vila Nova Parnaíba	2.501
40. Favela do Conjunto Murilo Resende	593
41. Favela da Ilhotas	127
42. Favela da Rua Chagas Lira	175
43. Favela Carlota Freitas	1.207
44. Vila São José da Costa Rica	1.776
45. Vila da Paz	5.275

Zona/Sudeste

46. Vila Alto da Ressurreição*	4.878
47. Residencial Frei Damião*	2.041
48. Vila Ferroviária***	27
49. Vila Santa Clara	347
Vila Boa Esperança	165
Parque Ideal	222
50. Vila Parque Naylândia	373
51. Vila Parque Itararé	691
52. Vila Padre Luís	225
53. Vila Monte Horebe	1.623
54. Vila Belterra	383
55. Vila Colorado	281
56. Vila Bom Jesus	299
57. Vila Mariana Fortes	451
58. Vila Wall Ferraz	428
59. Vila Paris	330
60. Vila São Raimundo	378
61. Vila Eugênia Ferraz	458
62. Vila Universal	334
63. Vila Progresso	360
64. Vila Flamboyant	446
65. Francisca Lemos	225
66. Residencial Araguaia*	1.274
67. Vila Nossa Senhora da Guia	1.632
68. Favela do CSU	118
69. Vila Poty I	650
Vila Poty II	96

70. Vila Bagdá	383
71. Favela Coronel Carlos Falcão	4.249
72. Vila Verde	750

Zona/Sul	
73. Parque Rodoviário	1.350
74. Vila Morada Nova I	240
75. Vila Parque São João	428
76. Vila Carolina Silva	830
77. Vila Nova	837
78. Vila São Francisco	301
79. Parque Dagmar Mazza	1.426
80. Vila Clemente Fortes*	316
81. Vila Santa Rita	237
82. Vila Boa Vista	295
83. Vila Santo Antônio	131
84. Vila São Francisco I	213
Vila São Francisco II	181
85. Vila São José da Esperança	977
86. Vila Parque Promorar	290
87. Vila Ciac	531
88. Vila Nossa Senhora do Rosário I	42
Vila Nossa Senhora do Rosário II	216
89. Vila Parque Antártica	279
90. Vila Wall Ferraz	520
91. Vila Carmem Lúcia	233
92. Vila Tiradentes	503
93. Vila Santa Cruz	810
94. Favela Areias	270
95. Vila Santa Maria	697
96. Vila Bom Jesus	873
97. Vila Paraíso	481
98. Vila Planalto Santa Fé	724
99. Residencial Betinho*	1.084
100. Vila Mariana	461
101. Vila Santa Clara****	-
102. Vila Irmã Dulce	9.757
103. Favela do Angelim	100
104. Vila da Glória	477

FONTE: Censo das Vilas e Favelas de Teresina 1996, SEMTCAS/PMT.

* Localidade não pesquisadas pelo Censo das Vilas e Favelas de Teresina 1996 ou não existentes no período da pesquisa. Os dados informados são referentes ao Censo das Vilas e Favelas de Teresina 1999.

** Residencial em fase de implementação, havendo apenas o número de domicílios já existentes.

*** Sem informação precisa com relação a este item.

**** Pequena vila integrada ao bairro, atendida apenas com equipamento social e não pesquisada nos Vilas e Favelas de Teresina 1996 e 1999.

De acordo com o mapa e tabela apresentada, a existência de vilas e favelas em Teresina na década de 1990 nos permite perceber que a pobreza urbana na cidade se torna visível com o aumento do número de ocupações dentro da malha urbana da cidade. Nesse sentido, a Vila Irmã Dulce, situada na região sul da capital, ocupada em junho de 1998, marca com grande poder de significação todas as problemáticas urbanas em relação à moradia e à qualidade de vida de seus habitantes. Observamos que no censo realizado pela Prefeitura Municipal de Teresina no ano de 2000, a Vila Irmã Dulce corresponde ao maior número de habitantes dentro de uma faixa ocupada de terra no tecido urbano.

Em Teresina, o conceito de vila se popularizou e passou a ser utilizado pelo poder público como forma de redução do estigma do preconceito em torno da ideia de favela, entretanto, nada se diferenciava das características físicas construídas entre as áreas. Tal definição estava enraizada na ideia de que tudo que leva o nome de vila tem a presença do estado para valorizar suas ações e amenizar a imagem produzida pela pobreza na cidade.

A década de 1990 foi um momento de importantes mudanças no cenário urbanístico de Teresina, foram várias as transformações estruturais no cenário urbano da cidade, como construções de pontes, instalações de distrito industrial e de grandes conjuntos habitacionais.

Com a construção dos conjuntos habitacionais em todas as direções de Teresina, houve uma aceleração no processo de urbanização da cidade, dessa maneira, Teresina cresce de forma horizontal, com o aumento gradativo da população (Neto; Lima, 2007). Nesse sentido, devido ao crescimento populacional, a zona urbana foi interferindo cada vez mais nas relações de domínio com a zona rural, exercendo forte influência para a expansão urbana em direção à periferia.

A problemática habitacional em Teresina na década de 1990 era um dos grandes desafios para o poder executivo municipal (FAÇANHA, 2003). O quadro crescente de conflitos por ocupações do solo urbano possibilitou ao prefeito municipal, Firmino Filho²², em 1997, conduzir um conjunto de projetos, que de certa forma, serviriam para amenizar as problemáticas dos pobres urbanos.

Os projetos visavam integrar o Plano Municipal de Habitação (PMH) a outros projetos, como o projeto Vila-Bairro, cuja proposta era a urbanização das vilas em Teresina. De acordo Neto e Lima (2007) a prefeitura de Teresina, em 1997, apresentava estratégia de enfrentamento da questão da problemática urbana, colocando como pauta, no referido PMH, a articulação da

²² Prefeito de Teresina, em seu primeiro mandato. (1997-2000)

política habitacional e da política urbana, a construção de moradia popular, a aquisição de terra e o uso social.

As medidas previstas no PMH estavam contempladas no Projeto Vila-Bairro, que consubstanciava uma articulação mais ampla de intervenção urbana, tendo sido iniciativa de maior repercussão local por se tratar de uma ação direta e de grande visibilidade nos assentamentos de baixa renda. Ao apresentá-lo como sua principal iniciativa, Firmino Filho reconhecia a necessidade de enfrentar a problemática da pobreza urbana, afirmando, em discurso, que era esse um dos seus maiores desafios, que demandava o combate às grandes disparidades econômicas e sociais. Coordenado pela Secretária Municipal de Planejamento (SEMPPLAN), singularizava-se o Projeto pelo caráter abrangente e pela proposição de intervenção direta nos assentamentos de baixa renda, através de uma atuação compartilhada e simultânea de vários órgãos nas áreas-alvo. (NETO; LIMA, p. 233, 2007)

As estratégias de atuação do Projeto Vila-Bairro, inicialmente, eram voltadas para a qualificação da infraestrutura física, visando melhorias na habitação e a regularização fundiária. Esse projeto incluía também a participação da comunidade em todas as suas fases de execução. Entretanto, mesmo com a articulação de iniciativas públicas para o melhoramento das vilas e favelas em Teresina, evidencia-se, especialmente no final da década de 1990, a continuidade do processo de ocupações de espaços vazios na cidade.

O projeto Vila-Bairro Teresina busca o resgate social da população residente nas vilas, através de melhoria da qualidade de vida e da autoestima a partir da consolidação das vilas como bairros reorganizados urbanisticamente. (SEMPPLAN, Projeto Vila-Bairro, 1997, p,11)

O projeto Vila-Bairro desenvolvido pela Prefeitura de Teresina, no final da década de 1990, objetivava consolidar as vilas existentes em Teresina modificando sua estrutura física, com padrões mínimos de urbanização, como por exemplo, implantando pavimentação em ruas principais, construções de escolas, entre outros. Nesse sentido, essa ação visava consolidar áreas de ocupações em verdadeiros bairros, integrando-as com áreas circunvizinhas que possuíam infraestrutura já instalada.

Nós na verdade tínhamos serias críticas ao modo como o projeto foi concebido, não ao que o projeto poderia representar de melhorias que aquela época quando o projeto foi inaugurado, na verdade a Vila Irmã Dulce não foi a primeira experiência, teve uma experiência piloto que era transformar 50 vilas em 50 bairros, então o que que a gente discutia que isso não se dava simplesmente, não seria possível se realizar simplesmente por vias de infraestrutura era necessário muito mais, era necessário de fato uma política de acesso a cidade que aquelas pessoas que estavam na vila elas estavam segregadas por outras razões e não somente por falta de melhorias em suas casas é um conjunto de coisas que dava ao direito a cidade que faltava para aquelas famílias, então a gente achava que ali tinha muito a um apelo ao “maquiamento” das vilas e da periferia de modo geral, mas a gente sempre entendeu que a melhoria habitacional, que o saneamento, que a pavimentação das vias isso era um direito a

gente não poderia negar ou ser um agente a se contrapor a esse acesso. O que a gente sempre discutiu foi que ali era uma via de transmissão para um concepção de cidade, uma cidade que se dá pelo maquiamento, pela distração, digamos assim daquilo que é o conjunto dos problemas que defini a falta de direito à cidade e na Vila Irmã Dulce não foi diferente o projeto foi utilizado como uma via de transmissão para a política pública do município, não foi simplesmente um projeto de melhorias habitacional.²³

De acordo com Lucineide, presidente da FAMCC em 1998, o projeto Vila-Bairro, implantado pela Prefeitura de Teresina no final da década de 1990, visava maquiar as problemáticas que envolvem o cenário urbano em termos de infraestrutura, que em concepção é um direito de todos os sujeitos. Assim, o projeto Vila-Bairro, na concepção dos organizadores da ocupação, não transmitia de fato a concepção de cidade necessária para diminuir a segregação imposta pelo modelo vigente de classes sociais.

A origem da Vila Irmã Dulce está diretamente vinculada à problemática de ocupação do solo urbano, quando se notou um grande crescimento horizontal de Teresina, com a construção de favelas e vilas nos arredores dos conjuntos habitacionais. A Vila Irmã Dulce é construída coincidentemente no período em que o Prefeito Firmino Filho (1997- 2000) implantava iniciativas no âmbito das problemáticas urbanas, como o Projeto Vila-Bairro, Plano Municipal de Habitação.

O processo de empobrecimento em Teresina tem agravado as desigualdades sociais por meio da construção de favelas, aliada à falta de políticas de desenvolvimento, contribuindo para uma acelerada urbanização que se acentuou década após década. Os migrantes²⁴, em Teresina, depararam-se com uma fraca industrialização, em que a cidade era sustentada basicamente pelo setor de serviços e comércio. Conseqüentemente, a cidade foi alvo de um grande crescimento demográfico e, com isso, o crescimento de favelas e vilas, estas marcadas pela segregação social e destituição de serviços.

De acordo com a Prefeitura, entre os anos de 1993 e 1995 foram removidas cerca de 3.000 mil famílias de áreas alagáveis ou de risco e de leitos de ruas, no âmbito da “política de reassentamento” da gestão Wall Ferraz²⁵ (1993 – 1995). Entretanto, nem mesmo a clara opção das últimas administrações municipais por “humanizar as favelas” e regularizar a posse tem sido suficiente para atender às demandas populares, que surgem diariamente. À parte as divergências entre os dados da Prefeitura e os da FAMCC, observa-se que no ano de 1997 ocorreu um aumento de 6 a 12 favelas, o que indica a efervescência do movimento da cidade. (LIMA, A. J. 2003, p. 109)

²³ Informação fornecida por Lucineide, em 1998 era presidente da FAMCC no Piauí, hoje é professora da Universidade Estadual do Piauí, em entrevista concedida ao autor em janeiro de 2020.

²⁴ Ver tabela número 3, onde detalha os números de pessoas não naturais do município onde residem, por lugar do domicílio anterior, segundo as zonas fisiográficas. Teresina PI, 1960.

²⁵ Prefeito de Teresina, em seu primeiro mandato 1996-2000.

Possuir um lote de terra possibilita a várias famílias se sentirem integradas a um espaço urbano. A construção de novas áreas denominadas favelas e vilas constituem práticas sociais que redefinem a dinâmica da cidade. É neste espaço social que os pobres urbanos vivenciam a realidade da falta de infraestrutura para o seu bem-estar, assim as favelas e vilas tornam-se locais de vulnerabilidade social, visto que muitas vezes o imaginário social as caracteriza como sendo um local de práticas ilícitas, violentas e perigosas.

Tabela 7 - Cidade de Teresina - Vilas/Favelas Padrão Construtivo Segundo a Renda – 1993

Renda Salário Mínimo	Taipa Telha	%	Taipa Palha	%	Alven. Telha	%	Alven. Palha	%	Out.	%	Total	%
0 a 1	3.649	23,1	3.685	23,3	698	4,4	14	0,09	41	0,26	8.067	51,2
1 a 2	1.258	8,0	1.015	6,4	318	2,0	3	0,02	21	0,13	2.615	16,5
2 a 3	345	2,2	197	1,2	100	0,6	0	0,00	6	0,04	648	4,1
Mais de 3	151	1,0	96	0,6	51	0,3	1	0,006	3	0,02	302	1,9
Total	5.403	34,3	4.993	31,5	1.167	7,3	18	0,15	71	0,45	11.652	73,7

Fonte: Censo de Vilas e Favelas, 1993. Prefeitura de Teresina – SEMPLAN

As características estruturais das Favelas e Vilas em Teresina na década de 1990 revelam a falta de infraestrutura e a permanência de casas de palhas, configurando-se como uma das alternativas para se ter um lugar onde morar. A maioria da população residente em favelas e vilas em Teresina na década de 1990 viviam com até um salário mínimo, como mostra a tabela acima, e a maioria da população habitava casas de palhas por não terem condições financeiras de construir uma moradia em melhores condições.

A pobreza instalada em Teresina, desde a sua fundação, gerou conflitos, desse modo, na década de 1990, a cidade se torna palco da luta e da busca por direitos sociais, com ajuda de entidades modificando toda a estrutura política, evidenciando a preocupação de criar programas para atender às necessidades da maioria de sua população.

Com o aumento das ocupações em Teresina, o cotidiano da cidade passa a ser modificado e passa a se definir uma nova forma de organização social, sobretudo com o crescimento da pobreza urbana ligada à construção das favelas e vilas.

É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros agentes. A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, sobrevivência as adversidades impostas aos grupos sociais recém-expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de renovação, que lutam pelo direito a cidade. (CORREA, 1989, p. 30)

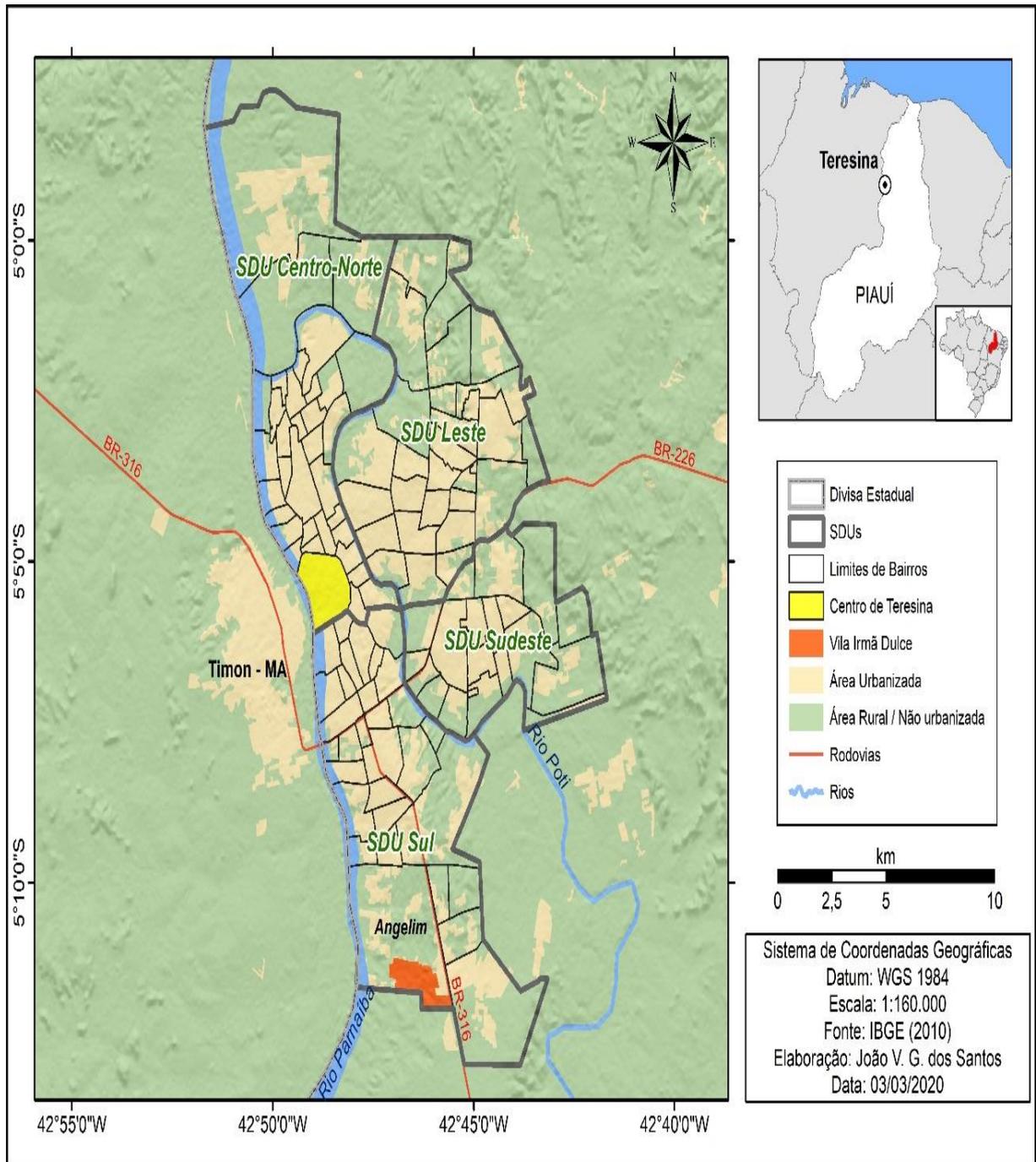
A resistência aqui frisada se mostra necessária no processo de luta pela sobrevivência na cidade. A pobreza urbana em Teresina (LIMA, A. J. 2003), na década de 1990, faz surgir focos de luta pelo direito à cidade e concomitantemente o direito à moradia. Os conflitos por moradia em Teresina nos revelam a precária condição social e econômica em que sua população vivia.

Contrariando em ritmo e em direção, ampliam-se as áreas residenciais de baixo “status”, a exemplo da ocupação da Vila Irmã Dulce, na zona Sul em 1998. Essa ocupação de terra teve um significado diferente e particular representando uma conquista dos setores envolvidos na luta urbana. A concretização do sonho da moradia ocorrido na Vila não foi uma conquista individual e, sim, coletiva, cristalizando na história e no tecido urbano da cidade um momento ímpar em que a ordem social foi alterada em defesa da moradia, da terra, da cidadania e da vida. Ao mesmo tempo a cidade apresentou um forte crescimento horizontal no sentido das zonas Norte, Leste, Sudeste e Sul, ampliando a malha urbana, recriando novos espaços “habitáveis”. (Façanha, 2003, p. 9-10)

A construção histórica da Vila Irmã Dulce expõe as dificuldades enfrentadas pelos pobres urbanos (Lima, A. J. 2003) na luta pelo direito à habitação. De acordo com Corrêa (1989), a produção de vilas e favelas torna o sujeito pobre como agente modelador, produzindo assim seu próprio espaço.

A Vila Irmã Dulce, localizada na zona sul da capital, no bairro Angelim, torna-se palco de um dos maiores processos de ocupação do Piauí, bem como do Brasil (Neto; Lima, 2007). A realidade construída em Teresina não se diferencia das demais capitais brasileiras, quando se retrata a questão da moradia e da pobreza de uma parcela não privilegiada da sociedade.

Figura 5 - Localização da Vila Irmã Dulce em relação ao centro de Teresina



Fonte: Elaborada pelo autor.

A localização da Vila Irmã Dulce distante 15 km do centro da cidade nos permite observar que as condições adversas para a vida dos pobres urbanos não lhes permitem escolhas de território ou de uso do solo urbano, pois a fixação do pobre na esfera urbana está relacionada à disponibilidade de terrenos desocupados, em princípio não controlados pelo proprietário (LIMA, A. J. 2003). Assim, diversas famílias ocupam locais impróprios, sujeitos às vulnerabilidades, sobrevivendo das próprias condições que o local dispõe.

É por meio das ocupações de terras na periferia que os movimentos sociais, que lutam pelo direito à moradia em Teresina, começaram a demarcar o seu espaço na organização do espaço urbano de Teresina, forçando o poder público municipal e estadual a traçar planos e projetos para amenizar os conflitos urbanos na capital (FAÇANHA, 2003).

A luta por moradia nos revela uma nova prática social de reconhecimento do pobre urbano e do direito à cidadania. Desse modo, a formação de favelas e vilas é um suporte para compreender a ausência de políticas de habitação que atendessem às necessidades dos pobres urbanos.

O censo das Vilas e Favelas de Teresina/96, revelou que em Teresina existem 149 vilas, favelas e áreas de assentamentos, com 24.895 domicílios, abrigando 25.775 famílias e uma população de 94.617 habitantes, compreendendo 12,83% da população total do município. Vale ressaltar que, após a realização do referido censo, surgiram 06 novas áreas ocupadas por 4.200 famílias das quais não houve possibilidade de obtenção de dados mais consistentes. Atualmente Teresina conta com 155 vilas, favelas e áreas de assentamento com 29.095 domicílios e população estimada de 115.617 habitantes. (SEMPPLAN, Projeto Vila-Bairro, 1996, p.06)

A década de 1990 configura uma nova realidade para a cidade de Teresina, com o mapeamento de zonas de ocupações e assentamentos na cidade, observamos o crescimento das vilas e favelas que formam verdadeiras cidades informais por não possuírem estrutura adequada para o mínimo de urbanização da área.

Desse modo, o crescimento das vilas e favelas revela a expansão e a falta de infraestrutura oferecida pela cidade. A prática de ocupação de espaços vazios urbanos, no final da década de 1990 em Teresina, ganha força com o aumento da população carente e com a organização de grupos e associações, que já se organizavam desde meados da década de 1980 (LIMA, A. J. 2003), os quais lutam por direitos sociais. Essa nova organização de grupos gerou novas lutas e a resistência dos pobres urbanos na expansão urbana da cidade.

2.4 Vila Irmã Dulce como Fruto do Processo Histórico da Cidade de Teresina

É nesse contexto de luta e apego à cidade que surge a Vila Irmã Dulce, fruto das reivindicações e da falta de estrutura que Teresina oferecia aos seus habitantes. De acordo com essa perspectiva, a ocupação da Vila Irmã Dulce aparece como suporte para entender todo o processo de luta e de resistência, destacando os diferentes sujeitos envolvidos para compreender

toda a estrutura oferecida pela cidade aos seus agentes sociais, visto que é importante observamos todas as formas de representação que inserem os agentes envolvidos.

O processo de ocupação que deu origem à Vila Irmã Dulce é um reflexo das problemáticas urbanas que vinham se ampliando por todo o Brasil sobre a falta de habitação. Diante de todo o contexto já mencionado, o movimento de ocupação foi, propositalmente, 03 de junho de 1998, dia em que ocorriam, em várias partes do Brasil, diversas ocupações. O propósito do movimento era chamar atenção do poder público para o problema da falta de habitação e do acesso dos pobres urbanos ao direito à moradia.

Fotografia 3: Primeiro dia de ocupação da Vila Irmã Dulce



Fonte: Jornal O DIA, 04 de junho de 1998.

A imagem retratada na capa do Jornal O Dia, de 04 de junho de 1998, mostrou como a ocupação foi articulada por entidades como o Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLP, que colocou uma enorme faixa explicitando o dia 03 de junho como dia nacional de ocupação. Percebe-se, também, a limpeza da área para ocupação e a formação dos primeiros barracos.

A luta dos pobres urbanos pelo direito à moradia caracteriza-se por uma ação coletiva de grupos e associações e, até mesmo, pelo ato individual. A ocupação da área que deu origem a Vila Irmã Dulce, localizada no Bairro Angelim, na zona sul de Teresina, está ligada

diretamente ao Movimento Nacional de Luta por Moradia – MNLM. Padre Brasil, em entrevista concedida em novembro de 2018, diz que a Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários - FAMCC esteve à frente da organização do movimento com o apoio de entidades como, por exemplo, a Igreja Católica. A ocupação que deu origem à Vila Irmã Dulce se destaca pela organização e pela quantidade de ocupantes, considerada pelos organizadores uma das maiores ocupações ocorridas no Brasil naquele período.

Cerca de 5 mil pessoas invadiram ontem uma área nas proximidades do conjunto habitacional Esplanada, na zona sul. A invasão marcou a passagem do dia nacional de ocupação de terrenos urbanos, comemorado ontem, e foi organizada pela FAMCC, Federação das associações de moradores e conselhos comunitários e pelo movimento nacional de luta pela moradia. Não houve conflito até o final da tarde de ontem, o proprietário do terreno não havia aparecido. A grande maioria das famílias, muitas delas com filhos pequenos, disse não possuir casa própria. Moravam de aluguel ou de favor em casa de parentes. A invasão começou na noite de terça-feira, com o preparo do terreno. No Piauí, há aproximadamente cerca de 100 mil famílias sem-teto, sendo 30 mil só em Teresina. Em outros 20 estados ocorreram invasões de terras e prédios públicos. (Jornal O Dia, 4 de julho de 1998).

Nota-se, nesse fragmento, que o planejamento da ocupação foi coordenado pela FAMCC juntamente com as famílias que iriam participar do movimento, bem como a parceria de diversas entidades como a Igreja Católica, Movimentos Sociais, Partidos Políticos, ONGs, entre outros.

A ocupação do terreno nas proximidades do residencial Esplanada, na zona sul, ocorrida anteontem, foi planejada durante quatro meses, informaram membros da comissão organizadora da invasão, que é composta por integrantes da FAMCC, Federação das Associações de Moradores e Conselho Comunitário, e outras entidades do movimento popular. A comissão fez um amplo estudo da área de ocupação, levando em consideração o tamanho e a situação jurídica. O terreno pertence a construtora Cipremo e a COHAB. Segundo um membro da comissão parte da área está hipotecada na caixa econômica federal, “portanto é muito difícil que alguém tire esta terra da gente”. Ontem, foram divididos os lotes e outras 500 famílias se juntaram as aproximadamente 5 mil que ocuparam o terreno. (Jornal O DIA, 5 de junho de 1998).

A escolha da área para ocupação, que originou a Vila Irmã Dulce, se deu por vários motivos, entre esses motivos o acesso ao transporte coletivo, aproximação com rede de abastecimento de água tratada e energia elétrica. A escolha do terreno nas proximidades do Conjunto Residencial Esplanada, distante cerca de 15 quilômetros do centro da cidade, atendia às primeiras necessidades para que houvesse a construção dos primeiros barracos, além disso, a área escolhida pela organização, na zona sul de Teresina, foi uma indicação do Padre Brasil.

Eu sempre fui ligado ao pessoal da FAMCC, conversava e tudo mais com eles, e ai eles disseram assim, o Sales e a Lucineide, que estão procurando uma área em Teresina que possa ter acesso de transporte de ônibus, energia e que se não tiver agua que seja fácil a gente buscar, buscar água, ter água, transporte de ônibus, energia e água, ai eu disse, pois vamos lá na minha paróquia que eu vou te mostrar ai levei ele no esplanada ai eles olharam aquela mata, aquela mata virgem tinha muito pé de aroeira, olha tinha veado, jiboia, peba, essas coisas todas tinha lá dentro, uma área grande²⁶.

Segundo Padre Brasil, as reuniões passaram a ocorrer em todas as zonas de Teresina, em parceria com as associações de moradores. O intuito era cadastrar pessoas que não tivessem moradias. No primeiro momento, a FAMCC catalogava, por meio de fichas de inscrição, famílias em toda periferia de Teresina. As reuniões serviam para discutirem a questão social da pobreza, as práticas, os direitos e os deveres de cada membro da ocupação, bem como discutir a concepção conceitual de ocupantes e invasão.

Começamos a fazer as inscrições a fazer as reuniões nos bairros e tudo explicando e todos perguntavam e que dia é? Tanto para Sales e Lucineide quanto para mim, que dia é padre? E eu disse não sei! Qualquer hora a gente vai chamar, e aonde é? A gente não dizia, mas nos sabia, nos organizadores sabia onde era a área e começamos, trabalhando...trabalhando e inscrevendo gente, depois veio a visita da divina Santa Cruz aqui em Teresina visitar duas paróquias e eu cadastrei lá a área e ai por coincidência coincidiu da visita da divina santa cruz da imagem está lá na paróquia no dia da ocupação queriam que a gente levasse a imagem para o esplanada eu disse: nós vamos ficar aqui na matriz porque se não pode vazar, mas isso já corria um boato muito secreto em alguns lugares, olha estão organizando uma ocupação na zona sul, e ai a polícia achava que seria lá no polo industrial sul, mas ai todo mundo envolvido os fiéis na vinda da santa cruz, aquela multidão, aquela tarde ficamos no balão do Porto Alegre esperando a imagem e levamos. O arcebispo Dom Miguel Câmara já sabia, os sindicatos de esquerda naquele tempo tinha vereadores de esquerda se chamavam gabinetes de esquerda que era Trindade, Flora, sabia os Sindicatos de Esquerda, os Sindicatos de Comerciantes, Urbanitários, a CPT (comissão pastoral da terra regional), Comissão Pastoral da Terra Diocesana, Carta Regional e Carta Diocesana, essas pastorais tinham trabalho que tem trabalho com ocupação de terra tanto urbana como rural e as pastorais sociais, as irmãs da pastoral do migrante aqui em Teresina também abraçou a causa colaborando e ajudando, “e aí meu irmão” foi uma coisa muita linda no dia da imagem Dom Miguel celebrou lá fora da Igreja do Porto Alegre, ai eu chamei uma paroquiana e disse: vai olhar ali! Porque a Igreja do Porto Alegre fica “num” parque ambiental, né? Bem grande! Vai olhar ali como é que tá! os ocupantes iam chegando dos outros bairros, das outras periferias de Teresina ficaram lá, eles não foram participar da celebração, ficaram bem longe, não tinha porta, iluminação. “tavam” lá, aí a paroquiana achou com dona Francisca Batista e disse: Padre, parece que vai ser uma guerra, o povo tá todo armado de machado, foice, inchada²⁷.

²⁶ Informação fornecida pelo Padre Brasil, na época era Padre da área pastoral São Francisco de Assis, no Bairro Porto Alegre, na zona sul de Teresina, em entrevista concedida ao autor em novembro de 2018.

²⁷ Informação fornecida pelo Padre Brasil, na época era Padre da área pastoral São Francisco de Assis, no Bairro Porto Alegre, na zona sul de Teresina, em entrevista concedida ao autor em novembro de 2018.

Ao narrar a trajetória dos sem-teto na noite da ocupação, Padre Brasil detalha as inquietudes e sentimentos de desejo de possuir um lote para morar. Nesse momento, Padre Brasil, ao reportar a memória de todo o processo que culminou na formação da Vila, reforça a importância que a Igreja Católica teve nesse processo. A celebração católica no conjunto habitacional Porto Alegre foi ponto de apoio e de acolhimento para os sem-teto, foi o ponto de encontro antes da ocupação.

De acordo com o planejamento feito entre as entidades organizadoras da ocupação quanto à peregrinação religiosa, enquanto o cortejo religioso se dirigia para a Igreja do Bairro Porto Alegre, os ocupantes, que, até o momento, não sabiam a área de ocupação prometida, foram se concentrando nas proximidades da Igreja São Francisco de Assis, no Bairro Porto Alegre. As famílias já estavam prontas com enxadas, picaretas, entre outros objetos, para realizarem a limpeza do local da ocupação.

A polícia militar havia sido informada de uma possível ocupação de terras nas proximidades do Bairro Porto Alegre. O final da celebração católica era o sinal para os ocupantes conhecerem o local planejado. Por volta de meia noite do dia 03 de junho de 1998, começaram a marchar rumo à área de ocupação e as famílias inscritas para ocupação começaram a desmatar a área, destocavam e mediam seus lotes que mediam cerca de 10X20 metros (Jornal O DIA, junho de 1998).

Fotografia 4 - Limpeza da área para ocupação.



Fonte: Jornal o Dia, 04 de junho de 1998.

A aglomeração de pessoas capturadas nessa imagem destaca o trabalho de limpeza da área de ocupação. Essa limpeza da área, de acordo com o padre Brasil, foi feita de forma coletiva e, depois desse processo, os organizadores sortearam os setores de ocupação de acordo com as zonas de moradia dos sujeitos envolvidos. As divisões sorteadas respeitaram os moradores de cada zona de Teresina, como, por exemplo: quem morava antes na zona norte da cidade, permaneceria com as mesmas pessoas que moravam na mesma zona.

Um aspecto interessante na formação dos grupos familiares, é que os organizadores tiveram o cuidado em preservar os vínculos comunitários entre os ocupantes dos diversos lugares, como forma de assegurar minimamente a rede de solidariedade e de reciprocidade que já existente entre elas. Para assentar cada grupo familiar por setor definido da ocupação, os organizadores adotaram o critério da *proximidade por vizinhanças de origem* – em alguns casos, como já eram esperados, houve coincidência, também, de proximidade por parentescos. (SILVA, 2005, p.65)

Segundo Silva (2005, p 68), “Nos primeiros meses de ocupação, como tinham que proteger a área, as famílias de ocupantes foram obrigadas a improvisarem, até que construíssem as suas casas, um local para dormirem”. As casas de palhas refletiam a pobreza e a realidade dos ocupantes, não apenas a habitação era precária, mas toda a estrutura que envolve o bem-estar social, por exemplo, a alimentação, que, por muitas vezes, eram doações feitas pelos organizadores com ajuda de entidades e da população em geral.

Fotografia 5 - Ocupantes em barracas nos primeiros dias de ocupação da Vila Irmã Dulce



Fonte: Jornal o Dia, 04 de junho de 1998.

Os primeiros dias de ocupação são marcados por dificuldades que envolvem desde a alimentação à estrutura física dos barracos. A imagem mostra as precárias condições sociais em que os agentes de ocupação estavam submetidos. De acordo com Lucineide, presidente da FAMCC no período, foram estabelecidos grupos de ajuda para os ocupantes, principalmente nos primeiros meses, como doações de alimentos, roupas, entre outros.

O processo de ocupação no espaço urbano traz incertezas à vida dos ocupantes, assim, os ocupantes da nascente Vila Irmã Dulce, mesmo com insegurança, construíram suas moradias e projetavam em sua edificação na esperança de dias melhores. Com um mês de ocupação, os organizadores e os moradores fizeram atos comemorativos, enfatizando a luta pelo direito à moradia. De acordo com o Jornal O Dia (1998), os moradores apresentaram várias atrações culturais, como concurso de forró, eleição para escolha da miss ocupação, e, nesse evento de comemoração, foi feito um ato público para a escolha do nome para comunidade.

Fotografia 6 - Ato público para escolha do nome da comunidade



Fonte: Jornal O Dia, 03 de julho, 1998.

A escolha para o nome da comunidade se deu de forma democrática, pois todos os moradores puderam opinar e votar pelo nome que mais lhe agradava. De acordo com o Jornal O Dia (1998), vários nomes foram cogitados pela comunidade, como Canudos, Palmares,

Mimbó e Divina Santa Cruz, que era o nome mais cogitado pelos ocupantes, devido à vigília católica realizada na Igreja São Francisco de Assis, no bairro Porto Alegre, no dia da ocupação da área.

No entanto, no ato da comemoração, uma pesquisa feita entre os moradores indicou o nome da comunidade de Vila Irmã Dulce como o melhor nome para a comunidade, pois a história de vida e luta da irmã Dulce inspirava os moradores a lutarem pela conquista do espaço, além disso, foi uma indicação do Padre Brasil.

Mesmo diante da insegurança e das constantes ameaças de retiradas das famílias do local, a Vila Irmã Dulce foi se incorporando às práticas e sociabilidades da cidade. Conforme dados do Censo de Vilas e Favelas (1999), constatou a presença de 3.047 domicílios, somando um total de 3.019 famílias cadastradas na área, sendo 4.774 pessoas do sexo masculino e 4.983 pessoas do sexo feminino, totalizando 9.757 pessoas.

Pouca coisa mudou para as 5.500 famílias que invadiram terreno próximo ao residencial Esplanada, quatro meses e dezesseis dias depois da ocupação. O lugar ocupado, uma propriedade de mais de 117 hectares se chama hoje vila Irma Dulce. Falta de tudo para os moradores, mas o principal problema que enfrentam é a falta d'água. Apenas duas torneiras fornecem o líquido para todas as famílias. As filas se formam logo pela manhã cedo próximo as bombas d'água. Tudo que é de vasilha serve para estocar o líquido por algum tempo em casa. Muitas famílias moram distantes das torneiras e o sacrifício é grande debaixo de sol quente para carregar os baldes. Para tentar resolver o problema, os moradores resolveram por conta própria escavar 12 poços. Mas há outros problemas. (Jornal O Dia, 1998, 20 de outubro).

Os empresários, proprietários do terreno, entraram com ação solicitando a reintegração de posse junto à 2ª Vara Cível. De acordo com o Jornal O Dia, o movimento responsável pela ocupação da área se mobilizou e organizou manifestação em frente ao Fórum Cível. O movimento solicitou uma inspeção judicial ao local juntamente com o pedido de suspensão de reintegração de posse. Após a visita à comunidade, o Juiz da 2ª Vara Cível constatou a situação da população que vivia no local e mandou suspender a reintegração de posse.

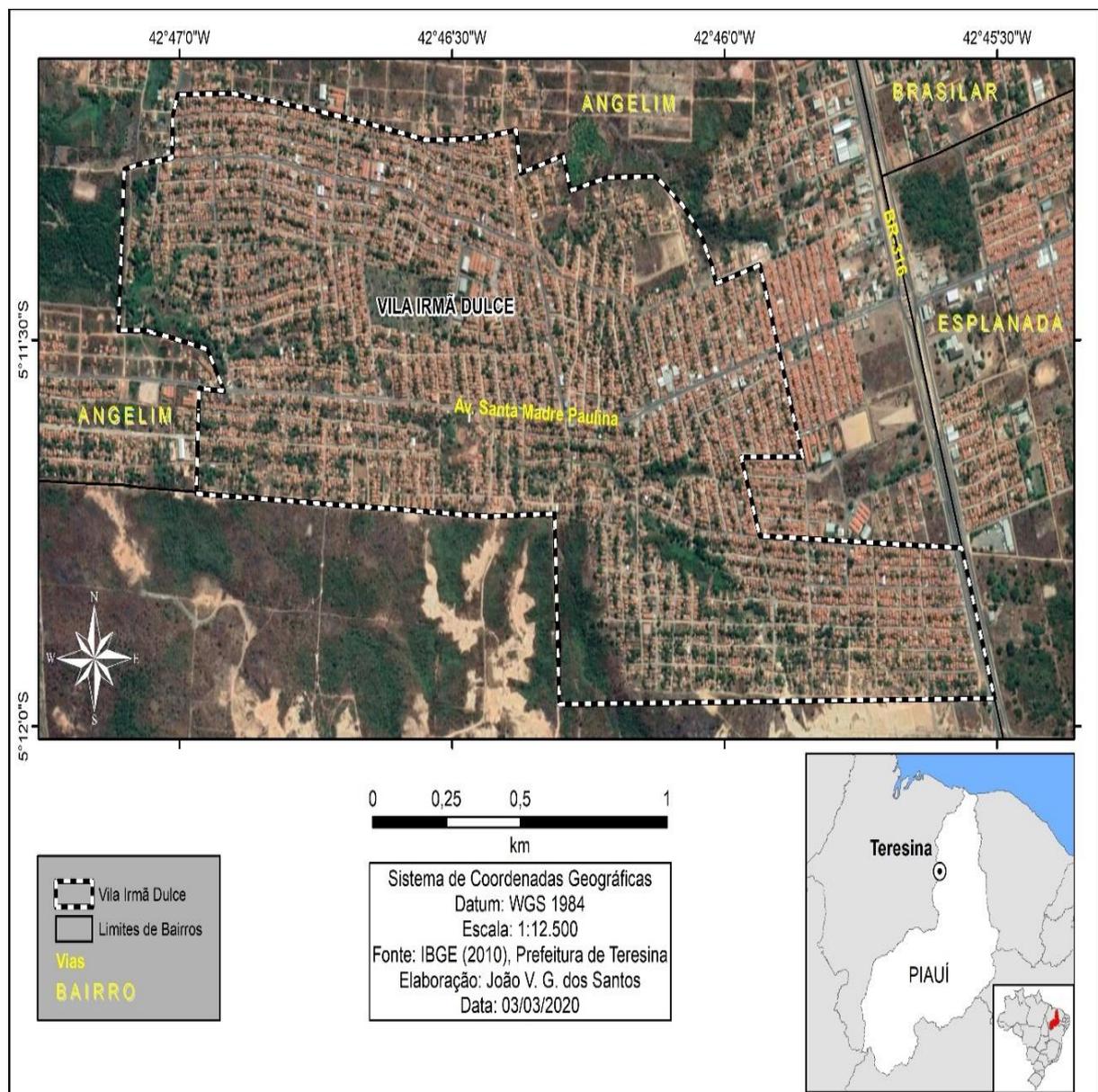
A luta por melhorias e assistência dos governos era diária pelos moradores. Somente com as pressões da população da Vila Irmã Dulce pelos moradores e organizadores como a FAMCC foi possível, mesmo após vários anos de ocupação, algumas das reivindicações a serem atendidas.

Através de grandes mobilizações, lutas, organizações populares e aproveitando-se da opinião pública a vila Irmã Dulce cresce a cada dia e é considerada a maior ocupação urbana da América Latina. Tamanha é a sua importância, que recebeu a visita do Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva e com ela, a promessa de melhoria habitacional, saneamento e segurança. À primeira vista, a vila tem um poder de choque. A pobreza é imensa e os mais sensíveis não conseguem segurar a emoção. O

Presidente Lula não conteve as lágrimas ao constatar a miséria em que vive a costureira Francisca Vale, que sustenta 13 pessoas em só barraco, com a quantia de R\$ 60,00 vindos dos benefícios que os filhos recebem em programas do governo em auxílio a pobreza.(JORNAL O DIA, 2002, 4 de junho)

Ao longo dos anos e a afirmação da ocupação da Vila Irmã Dulce como um novo espaço urbano de Teresina, a pobreza era ainda algo marcante na vila. A fome e a miséria era uma das grandes problemáticas enfrentadas por sua população. O cotidiano da comunidade era vivenciado por experiências de lutas pela sobrevivência e permanência a vida urbana. Com o passar dos anos, a Vila Irmã Dulce ganha novos contornos e se redefina como uma grandiosa comunidade de Teresina, e sendo considerada uma das maiores ocupações da América latina.

Figura 6 - Mapa de satélite da Vila Irmã Dulce, com divisões dos bairros, zona sul de Teresina



Fonte: Elaborada pelo autor.

O mapa acima mostra os limites da Vila Irmã Dulce com outros setores do bairro Angelim e do bairro Esplanada. Ao analisarmos a grandiosidade da Vila, percebe-se que, na década de 1990, em Teresina, a luta por moradia foi, de fato, um dos grandes problemas enfrentados pelos sujeitos pobres. Fica evidente no mapa não somente a grandiosidade da Vila, mas como a ocupação, que originou a Vila Irmã Dulce, modificou o espaço urbano do bairro Angelim, na zona sul da cidade, com o aumento populacional.

A ocupação que originou a Vila Irmã Dulce marca, com grande poder de significação, a trajetória de luta de grupos e sujeitos pobres que lutam pelo direito à moradia e acesso à cidade, assim, essa ocupação, por já nascer grandiosa, engloba em sua construção todo o poder de resistência que a população sem-teto se deparava na década de 1990. Nesse contexto, os moradores buscavam não somente a conquista de um local para morar, mas lutavam por melhorias de habitação e saneamento, buscando sempre a melhoria da comunidade.

Fotografia 7 - Avenida Santa Maria Paulina, Vila Irmã Dulce.



Fonte: Arquivo pessoal, 2010.

A avenida Santa Madre Paulina, uma grande avenida da Vila Irmã Dulce, mostrada na fotografia 7, uma das avenidas que corta a Vila e serve como ponto de ligação entre bairros, foi contemplada com melhorias em sua via, com asfalto, iluminação pública e, com isso, percebe-se a transformação estrutural da vila por programas sociais, como o Vila-Bairro, mas essas

conquistas estruturais só foram possíveis pela luta e persistência dos moradores da Vila ao longo da trajetória de construção da Vila.

A vila Irmã Dulce é um retrato complexo da sociedade capitalista, a desigualdade na distribuição de renda, desemprego, contribuíam para a segregação e exclusão espacial (KOWARICK, 2009). No entanto, a Vila Irmã Dulce evidencia a resistência e, sobretudo, a sobrevivência dos pobres urbanos, assim, a concretização da conquista de um local faz surgir o sentimento de pertencimento à cidade. A década de 2000 foi marcada por profundas mudanças estruturais que contribuiu para a consolidação da Vila Irmã Dulce, como retrata a imagem.

Fotografia 8 - Rua na Vila Irmã Dulce



Fonte: arquivo pessoal, 2010.

Ao observarmos a fotografia 8, constatamos como os organizadores da ocupação pensaram na estruturação das vias públicas da Vila. A padronização das ruas e avenidas demonstra o quanto foi organizado a divisão dos lotes, bem como as vias de acessos. A fotografia 8, cerca de 12 anos após à ocupação da Vila, mostra melhorias estruturais, como pavimentação e melhorias das habitações.

As mudanças implantadas na Vila Irmã Dulce deram um pouco de dignidade aos seus habitantes, entretanto, as melhorias estruturais implantadas na Vila não excluem os problemas sociais existentes na comunidade, desse modo, as transformações do espaço trouxeram mais

dignidade aos seus habitantes e, de certo modo, possibilitaram uma maior integração da Vila Irmã Dulce com a dinâmica construída pelos teresinenses.

As interferências públicas na infraestrutura da Vila, por meio do projeto Vila-Bairro, modificaram, de certo modo, a estrutura física do espaço e possibilitou uma melhor locomoção de veículos e pessoas, mas essas modificações no espaço físico não modificaram o estigma do local como sendo um lugar violento (LIMA, 2016).

A luta pelo direito à moradia aparece como memória vivida e a conquista de um pedaço de terra representa, para esses sujeitos, a possibilidade de enfrentar as adversidades que a vida oferece, aparecendo o sentimento de intimidação do futuro por partes de muitos devido às limitações em que a pobreza oferece, como o simples fato de comprar um pequeno lote de terra. A memória dos ocupantes da Vila Irmã Dulce serve como suporte para compreender todo o processo de luta e apego à cidade, bem como a luta incessante pelo direito à moradia.

3.0. Cidade, Memória e Território: De Ocupação a Vila Irmã Dulce

Observar a cidade em seus diferentes aspectos e contextos, perceber os diferentes traçados de ruas ou estilos arquitetônicos, nos possibilita olhar a cidade em formas múltiplas. A cidade é constituída em diferentes aspectos, espaço de lutas e conquistas. A pluralidade de espaços e imagens que envolve a cidade ganha espaço para discussões, com isso, nasce a preocupação em entender as diferentes formas e contextos que o espaço urbano ocupa nas falas de seus habitantes. Nesse sentido, a memória torna-se parte importante para compreender as trajetórias e vivências de seus agentes, estabelecidas em determinados lugares.

A produção do conhecimento histórico, de certo modo, está atrelada a rupturas e continuidades. A dinâmica que envolve as transformações produzidas em diferentes lugares e espaços leva a florescer as lembranças que constitui o tempo e a memória. A memória e a história são pensadas como ferramentas analíticas para dar conta dos processos sociais relativos à interpretação do passado e à construção do pensamento crítico.

De acordo com Delgado²⁸ (2006), a memória é a principal fonte dos depoimentos orais, assim, no processar da memória, estão colocados presentes as dimensões do tempo, seja individual ou coletivo. Delgado (2006) acrescenta, ainda, que a história é múltipla e constitui-se pela inter-relação dos fatos, processos e dinâmica.

No processo da memória, estão envolvidos fatos que envolvem o indivíduo nas dimensões do tempo, com isso, as mudanças ocorridas no decorrer do tempo transformam o cotidiano das pessoas, bem como o seu meio espacial. Dessa forma, pensar o cotidiano nos remete a explorar cada vez mais as vivências e as práticas estabelecidas no tecido urbano.

Poderíamos, talvez, entender tais histórias urbanas como escritas a partir de uma perspectiva quantitativa e evolutiva, ou seja, pertencendo a um tipo de abordagem sem qualquer outro compromisso teórico maior, empenhadas na descrição do crescimento de uma cidade, retrazando a sua evolução desde o passado até o presente, arrolando dados, nomes e fatos, retrazando sua transformação urbanística, dando a ver as mudanças sofridas pela urbe. (PESAVENTO, 2007, p.12)

As transformações ocorridas em diferentes espaços urbanos são construídas por meio da temporalidade, que permite que as representações sociais e a memória de grupos ou

²⁸ DELGADO, pagina 15-16, 2006. História e memória: metodologia da história oral.

comunidades tornem-se um fenômeno cultural diretamente ligado com a memória, podendo ela ser uma memória coletiva ou individual, um suporte para as lembranças.

Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios (Halbwachs, 1990, p.51)

Nesse sentido, a memória construída socialmente e individualmente está relacionada com uma memória coletiva e individual (HALBWACHS, 1990). Assim, a memória é constituída em uma ligação entre espaço e temporalidade, dessa forma, entendemos que a memória é a base construtora para que os agentes sociais se reconheçam como pertencente a uma determinada comunidade.

O passado é uma das dimensões mais importantes da singularidade. Materializado na paisagem, preservado em “instituições de memória”, ou ainda vivo na cultura e no cotidiano dos lugares, não é de se estranhar então que seja ele que vem dando o suporte mais sólido a essa procura de diferença. A busca da identidade dos lugares, tão alardeada nos dias de hoje, tem sido fundamentalmente uma busca de passado. Tal procura, sem dúvida defensável em termos da preservação das tradições vitais de uma sociedade, pode entretanto ser perigosa quando levado a extremos. Como bem mostrou Lowenthal (1996), as sociedades podem acabar sendo “possuídas pelo passado”, o que resulta não raro na distorção da história e em conflitos sociais. (ABREU, 2014, p.30)

Segundo Halbwachs (1990), toda memória coletiva é uma construção psíquica intelectual que acarreta, de fato, uma representação seletiva do passado, ou seja, que essa representação seja compartilhada por toda uma coletividade. Para Halbwachs (1990), é impossível conceber o problema da recordação e da localização das lembranças quando não se toma como ponto de referência os contextos sociais reais que servem de baliza a estas reconstruções que chamamos de memória. Assim, entende-se que a memória sempre se encontra relacionada a um grupo, mesmo que o ato de rememorar seja individual.

Para Halbwachs (1990), se as nossas lembranças fazem referência a um grupo, é mais fácil de nos recordamos do que se esta possuir uma significação única e restrita a nós mesmos, logo, a memória individual torna-se nada mais do que pontos de vista sobre a memória coletiva. Precisamos destacar, ainda, que, para ele, tanto a memória quanto a história são construções sociais e, mesmo que em nossas lembranças tentemos descrever nós mesmos, estamos atrelados à coletividade, pois utilizaremos da linguagem para isso, que é algo concebido dentro do coletivo.

Bosi (2004) entende que o indivíduo se apresenta como testemunha na relação entre memória individual e coletiva, pois “(...) uma memória coletiva se desenvolve a partir de laços de convivência familiares, profissionais”. (BOSSI, p.410-411). Enquanto Halbwachs (1990) percebe cada memória individual como um ponto de vista da coletividade, Bosi (2004) vê o grupo enquanto suporte da memória se nos identificarmos com ele e fazemos nosso seu passado. O uso da memória no conhecimento histórico elabora um processo de experiências vividas e a forma de repensar ações é um instrumento histórico que pressupõe as lembranças.

E, para além da palavra escrita, há aquela da oralidade, que implica outra forma de dizer a cidade, através do som e das palavras ditas. Entram em cena, assim, os recursos de uma história oral, recuperando depoimentos e relatos de memória, que retraçam uma experiência do vivido e do possível de ser recuperado pela reminiscência, transmitido no presente para aqueles que não estiveram na cidade do passado. Fala-se e conta-se, então, dos mortos, dos lugares que não mais existem, de sociabilidades e ritos já desaparecidos, de formas de falar desusadas, de valores desatualizados. Traz-se ao momento do agora, de certa forma, o testemunho de sobreviventes de um outro tempo, de habitantes de uma cidade que não mais existe. (PESAVENTO, 2007, p. 20)

Abreu (2014) destaca a cidade como uma das aderências que ligam os indivíduos, grupos sociais e famílias entre si. Para o autor, o resgate da memória das cidades não pode se limitar apenas às formas, mas aos conceitos. Nesse contexto, compreendemos que as memórias urbanas ultrapassam o limite de registros permanentes, há algo a mais a considerar, de modo que nem todas as memórias urbanas conseguirem ser registradas.

Mas a cidade não é um coletivo de vivências homogêneas. Para definir o que seria a memória das cidades, nossa categoria de análise não pode ser a população. O que faz com que surja uma memória grupal ou social, referida a algum lugar, é o fato de que aquele grupo ou classe social estabeleceu ali relações sociais. Essas relações, entretanto, podem ser denominação, de cooperação ou de conflito, e variam tanto no tempo como no espaço. Consequentemente, a vivência da cidade dá origem a inúmeras memórias coletivas, que podem ser bastantes distintas umas das outras, mas que têm como ponto comum a aderência à mesma cidade. (ABREU, 2014, p. 39)

Nesse sentido, podemos pensar a memória da ocupação da Vila Irmã Dulce, em Teresina – Piauí, como suporte para compreender as problemáticas urbanas e sociais no que se refere à moradia e à pobreza urbana (LIMA, 2003). Problemática essa que é reflexo de uma ação conjunta que vinha se fortalecendo por todo o Brasil, na década de 1990, sobre ocupações urbanas.

Pensar a Vila Irmã Dulce a partir das falas dos organizadores da ocupação implica refletir sobre as vivências e experiências construída através do tempo, representadas por fotografias ou por questões colocadas no processo histórico. Assim, a cidade é pensada como

um espaço plural e complexo, que, por meio das falas, acabam construindo significados à cidade e ao uso que os seus agentes estão inseridos com base em seu lugar de atuação.

Finalmente, é fundamental que não esqueçamos jamais que a história de um lugar é o resultado da ação, num determinado momento e sobre um determinado espaço, de processos que atuam em escalas que são ao mesmo tempo desiguais e combinadas. Assim, a história de um lugar não pode se ater aos processos puramente locais que aí tiveram efeito. Ela precisa relacioná-los a processos mais gerais, que atuam em escalas mais amplas (regional, nacional, global) da ação do homem. Isso não pode ser feito, entretanto, às expensas da compreensão das singularidades locais e da sua devida valorização. (ABREU, 2014, p. 42)

Nesse contexto, é necessário reconhecer que, para trabalhar a memória de um determinado lugar, é necessário compreender todo o processo histórico e em cada momento histórico. Desse modo, a memória e a história de uma cidade não se constroem somente em um determinado território, mas nas relações construídas pelo cotidiano em que se desenrola toda a complexidade na vida urbana.

Nesse sentido, para compreendermos todo o processo histórico que envolve a formação e construção da Vila Irmã Dulce, é necessário que compreendamos as problemáticas que a cidade de Teresina enfrentava, principalmente no final do século XX, período esse em que surgiu a maior ocupação planejada na capital.

Como foi apresentado no capítulo anterior, Teresina é uma cidade formada por migrantes (ARAÚJO, 2010), que vão em busca de novas oportunidades de vida, instalando-se em diferentes lugares, geralmente em condições precárias, e conseqüentemente, havendo uma expansão dessas práticas de ocupação. A pobreza urbana de Teresina foi o fator pelo qual desencadeou as lutas e os conflitos na formação de favelas e vilas dos grupos excluídos que buscavam o direito à moradia, ocasionando várias lutas em busca de um lugar para viver (NETO; LIMA, 2007). Contexto que resultou em toda uma reorganização territorial urbana da cidade a partir da década de 1990.

O discurso histórico é, de certa forma, complementado por contribuições interdisciplinares. Assim, ultrapassando barreiras interdisciplinar, o historiador se apropria de elementos que darão suporte para compreender todo o processo de pesquisa. Espaço e tempo são suportes significativos para compreensão do objetivo de estudo do historiador.

Nesse sentido, a memória sobre a ocupação da Vila Irmã Dulce nos permite analisar o espaço e a temporalidade das vivências e da transformação urbana em que a cidade de Teresina passou ao longo do tempo. Dessa forma, a cidade de Teresina dá suporte para compreender as problemáticas que envolvem ocupações de espaços específicos na cidade, como ocorreu na Vila

Irmã Dulce, no final da década de 1990, assim, criando territórios específicos (ALMEIDA, 2008) dentro de uma mesma cidade.

3.1 Territórios: Práticas e Concepções

Os agentes sociais se caracterizam por processos de produção e reprodução de objetos que determinavam o funcionamento coletivo de uma comunidade, como o trabalho, capital, renda, etc. Os processos que envolvem as atividades humanas estão relacionados à terra. Nesse sentido, os processos elaborados pelos homens disseminam imagens e representações além de práticas e relações sociais que produzem as formas cotidianas de diferentes sociedades.

As particularidades pensadas e produzidas a partir do fazer humano comportam elementos que se relacionam com o passado. Assim, é importante observarmos as produções de imagens e representações de grupos sociais em diferentes lugares, os quais buscam em seus discursos demonstrar que as formas de atividade e produção aplicadas no território foram benéficas para a sociedade.

A coletividade urbana constitui elemento importante para se entender os fenômenos políticos, econômicos e sociais inseridos nas comunidades. As formas de apropriações dos espaços por agentes sociais estabelecem limites de como o homem deve utilizar o território em que habita. Nessa perspectiva, entendemos que o poder político exerce forte poder de controle, sobretudo das camadas da população mais pobres. Espaço e temporalidade são representações que constituem o conhecimento e ação dos sujeitos na história. O espaço é apropriado pelo homem, assim, a produção do território é uma ação material e imaterial.

Na construção do espaço humano, há, portanto, uma criação ativa de campos sociais mobilizados por disputas, tensionamentos e negociações entre homens/grupos/classes sociais nos quais dimensões como propriedade, capital e trabalho são vivificados pela presença dinâmica de elementos psicossociais que perpassam a existência humana. (FLÁVIO, 2013, p.129)

As diferentes classes sociais existentes na dinâmica social do espaço urbano evidencia a presença de elementos, como a moradia, o trabalho, o transporte, que diferem os grupos ou sujeitos sociais. Os diferentes grupos sociais, que envolve o cotidiano da cidade, criam aspectos de luta e conflitos pelo direito à habitação. Assim, as disputas por um espaço dentro do tecido urbano geram conflitos que interferem, até mesmo, nas relações sociais, criando territórios específicos dentro de uma mesma cidade.

A integração social estabelecida em diferentes comunidades é elemento essencial para as relações que permeiam a vida urbana. Assim, a coletividade é o meio pelo qual grupos ou comunidades criam modos específicos de vidas em determinados lugares. Desse modo, o território é um espaço definido a partir das relações de poder estabelecidas.

O território surge, na tradicional Geografia Política, como o espaço concreto em si (com seus atribuídos naturais e socialmente construídos), que é apropriado, ocupado por um grupo social. A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, “paisagem”). (SOUSA, 2000. p.84)

O espaço é construído, historicamente, pela vivência do homem em uma sociedade. Desse modo, o homem produz seu espaço por meio da utilização do território, que é uma área que não corresponde apenas às relações de poder do Estado, mas a toda complexidade de relações sociais que envolve seu uso (SOUSA, 2000).

O espaço é organizado socialmente, com formas e funções definidas historicamente, pois se trata da morada do homem e do lugar de vida que precisa ser constantemente reorganizado. O espaço e o homem são sínteses dialéticas compreendidas numa combinação teórico-metodológica (bem elaborada pelo autor) entre elementos das argumentações de K. Marx e J. P. Sartre (existencialismo humanista): assim, Milton Santos dá centralidade ao sujeito-homem na construção do mundo e do espaço. Já o território é compreendido como espaço de uma nação, delimitado e regulado. Apresenta elementos fixos, resultantes da ação homem e seu trabalho bem como relações sociais e diferentes formas de ocupação e produção; corresponde ao recorte do espaço pelo processo de formação de um Estado-nação. (SAQUET, SILVA, 2008, p. 33)

Um território surge diretamente das condutas territoriais de um grupo social. Qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. Na problemática da construção de territorialidades, João Pacheco Oliveira (2002) chama atenção para a diferença entre territorialização e territorialidade. Territorialização, para o autor, seria um processo social deflagrado pela instância política, não sendo somente homogeneizador, mas também reforça uma identidade étnica individualizada. A territorialidade seria um estado ou qualidade inerente a cada cultura.

Nesse sentido, território é um conceito múltiplo, pois possibilita múltiplas expressões que não se limitam apenas ao espaço físico, mas todas as complexidades em suas práticas, inclusive simbólicas, por meio da memória coletiva (Halbwachs, 1990).

Segundo Halbwachs (1990), a memória individual é uma construção social do grupo, lembranças e fatos vividos no passado construídos pela experiência coletiva, colocado por

Pollak (1989) como duas linhas formadoras de identidade histórica em relação à memória coletiva: de um lado, os fatos oficiais, para o que é material e, do outro lado, refere-se à cultura imaterial que se utiliza da oralidade (DELGADO, 2006) como suporte da memória e contribui na preservação do valor histórico.

Assim, ao analisarmos a construção histórica da ocupação da Vila Irmã Dulce, percebemos que a memória é um suporte que legitima toda a experiência vivenciada no conflito social pelo direito à moradia em ação contra o poder político, que tentava, de todas as formas, inviabilizar a formação de novas comunidades de ocupação na cidade de Teresina.

A Vila Irmã Dulce surge como uma das maiores ocupações no Brasil no final da década de 1990 (NETO; LIMA, 2003), mostrando a desigualdade social presente na capital piauiense. Desse modo, ao abordamos a memória dos ocupantes sobre o momento da ocupação e a luta dos excluídos socialmente pelo direito à moradia, refletimos sobre a construção de experiências do presente, que, de certo modo, dependem, em grande medida, do passado, sendo a memória múltipla e mais complexa, não somente na construção social e experiência coletiva, mas uma ressignificação do passado pela memória do presente em uma relação dialética.

Nessa discussão, Almeida (2008) afirma que, muitas vezes, essas territorialidades específicas são construídas, frente ao conflito, por grupos que se veem ameaçados frente a ações externas, de maneira que acionam a noção corrente de terra comum como elemento de identidade indissociável do território ocupado e de regras de apropriação bem específicas. (ALMEIDA, 2008)

Dentro dessa discussão de territorialidades, Paul Little (2002) trata da renovação da teoria da territorialidade na antropologia, tendo, como ponto de partida, uma abordagem que considera a conduta territorial de um grupo. Um território surge diretamente das condutas de territorialidades de um grupo social e qualquer espaço ocupado é um produto histórico de processos sociais e políticos. Assim, podemos pensar a Vila Irmã Dulce como fruto de um processo coletivo de ações sociais e políticas, por meio das reuniões e estratégias dos organizadores, para a formação e fixação dos sem-teto na área que corresponde à atual Vila Irmã Dulce.

Assim, para se analisar o território de determinado grupo, é necessária uma abordagem histórica do contexto específico em que surgiu e dos contextos de defesa e/ou reafirmação (LITTLE, 2002). Um dos aspectos fundamentais da territorialidade humana é sua multiplicidade de expressões. Amplos tipos de territórios, cada um com suas particularidades socioculturais (LITTLE, 2002). Em busca de entender a relação específica que cada grupo

social mantém com seu respectivo território, Little utiliza o conceito de cosmografia como sendo.

Os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele (LITTLE, 2002, p. 3).

O conceito de cosmografia (LITTLE, 2002) e a construção de territorialidades são fundamentais para entendermos a memória coletiva do grupo, ou seja, uma territorialidade simbólica, construída pela memória social situada historicamente. Na problemática da construção de territorialidades, João Pacheco de Oliveira (1999) define o conceito de processos de territorialização.

O que estou chamando aqui de processo de territorialização é precisamente o movimento pelo qual um objeto político-administrativo – [...] – vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (inclusive as que o relacionam com o meio ambiente e o universo religioso) (OLIVEIRA, 1999, p. 21-22).

Oliveira (1999) também chama a atenção para a diferença entre territorialização e territorialidade: territorialização seria um processo social deflagrado pela instância política. O processo de territorialização não é uma via de mão única, gerenciada externamente e homogeneizador, mas, ao contrário, também reforça uma identidade étnica individualizada. A territorialidade seria um estado ou qualidade inerente a cada cultura (OLIVEIRA, 1999).

Diante do exposto, podemos inferir que territorialidade é algo mais ligado à identidade. Já territorialização se refere ao processo de construção dessa territorialidade, em que um grupo específico se transforma em uma coletividade organizada por meio de uma identidade própria.

Para entender essa construção territorial, é necessário compreender o contexto histórico-político de cada grupo que, muitas vezes, envolve conflito. Nesse sentido, território é um conceito polissêmico, pois possibilita uma multiplicidade de expressões que não se limita ao espaço físico, mas a toda complexidade de suas práticas, inclusive simbólicas. Desse modo, a ocupação da Vila Irmã Dulce constrói aspectos políticos e sociais que envolvem grupos e sujeitos excluídos socialmente na luta pelo direito à moradia.

O processo de ocupação que originou a Vila Irmã Dulce, em Teresina, trouxe múltiplas imagens de lutas e conflitos em busca de um espaço dentro da esfera urbana da cidade. Os

conflitos urbanos por moradia nos mostram toda a complexidade nas relações que envolve a formação de novos espaços, dessa forma, o território é, aqui, entendido como um espaço que serve não apenas para moradia, mas como espaço de resistência e de apego a cidade. Assim, a cidade se constitui como um local produtor de diferentes grupos e comunidades.

Portanto, entende-se que a memória sempre se encontra relacionada a um grupo, mesmo que o ato de rememorar seja individual (HALBWACHS, 1990). A memória sobre a ocupação da Vila Irmã Dulce pode ser pensada como uma ressignificação do passado de luta, deixando claro que, por meio da mobilização social, os agentes de ocupação se sentem parte integrante da cidade por possuírem uma moradia, com isso, muitas vezes, são construídas as chamadas territorialidades específicas, que se constituem frente a conflito por grupos que se veem ameaçados por ações externas, de modo que acionam a noção corrente de terra comum como elemento de identidade indissociável do território ocupado.

3.2 Trajetórias e Narrativas Sobre a Ocupação da Vila Irmã Dulce

Compreendemos que o apego dos agentes sociais pelo cenário urbano, se intensifica ao observamos que a cidade passa a ser um palco de diferentes grupos sociais. O surgimento dos subúrbios passou a representar uma forma de resistência e de reivindicação ao direito à cidade, sendo criadas sobre a pressão que a industrialização exerce sobre a sociedade moderna (LEFEBVRE, 1969).

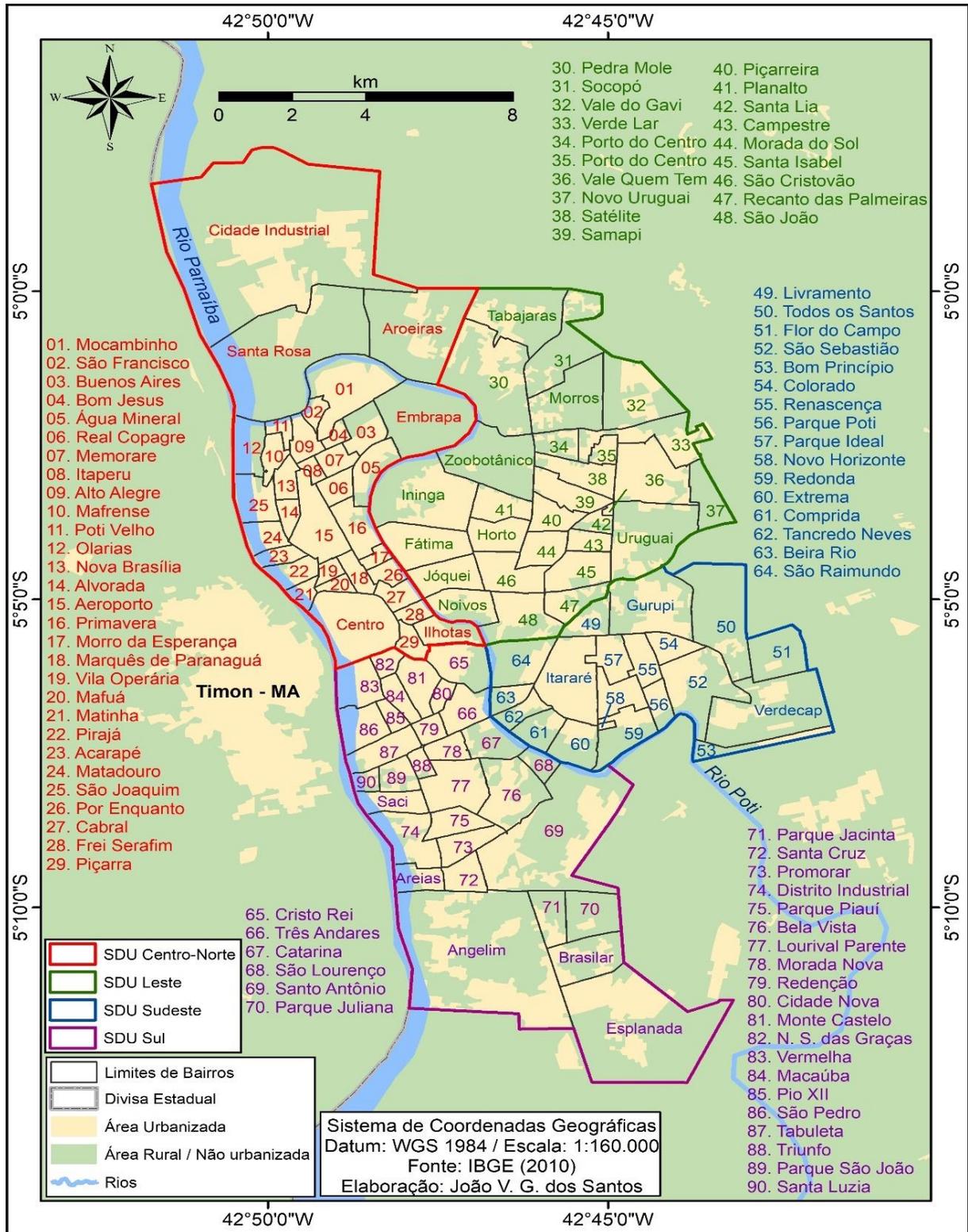
Com isso, o crescimento demográfico nas cidades se acentuou com a chegada dos camponeses nos centros urbanos pelo chamado “êxodo rural” (WILLIAMS, 2011), dessa forma, percebe-se que as cidades modernas cresceram desordenadamente, principalmente no final do século XX. Em Teresina, a partir da década de 1950, a cidade viveu um processo de transformações econômicas e sociais (NASCIMENTO, 2007), assim, atraindo um maior número de pessoas e, conseqüentemente, o aumento dos problemas sociais.

A modificação no espaço urbano de Teresina, com a expansão do território da cidade, modificou as práticas cotidianas com a construção de avenidas, praças, estádio de futebol (NASCIMENTO, 2007) e, conseqüentemente, com o crescimento horizontal da cidade, com a criação dos conjuntos habitacionais, houve o aumento de ocupações nas franjas da cidade (LIMA, A. J. 2003).

A formação de favelas e vilas em Teresina transformou não somente o cenário urbano da cidade, mas as relações estabelecidas pelos pobres urbanos em relação à luta pelo direito à moradia (LIMA, A. J. 2003). Como já foi discutido no capítulo anterior, a partir da década de

1980, várias entidades, como a FAMCC, se organizaram na busca de soluções para a problemática habitacional que envolvia a cidade, principalmente na década de 1990, período esse de maior crescimento demográfico na cidade.

Figura 7 - Censo demográfico do IBGE, 2010 área urbana de Teresina



Fonte: Elaborada pelo Autor.

O censo demográfico do IBGE (2010) demonstra a expansão do tecido urbano da cidade de Teresina com uma população estimada em 814.230 mil habitantes no censo demográfico de 2010. Dessa forma, percebemos que o forte fluxo migratório, que foi intensificado nas últimas décadas do século XX, foi um dos fatores para a expansão territorial urbana da cidade (ARAÚJO, 2010) e, também, um dos motivos para o aumento das problemáticas que envolvem o uso do solo urbano, como o direito à cidade e à habitação, desse modo, com o aumento populacional e o crescimento do tecido urbano, surgem novos traçados que redefinem o espaço urbano na cidade de Teresina.

A exclusão de alguns grupos sociais (KOWARICK, 2009) ao direito à moradia está ligada diretamente às péssimas condições em que a cidade oferece à sua população, de maneira que esse grupo dos excluídos não tem escolha, a não ser ocupar áreas do poder público ou privadas. Dessa maneira, compreendemos as lutas dos agentes sociais como forma de resistência a todo processo que envolve as necessidades básicas de sobrevivência nos grandes centros urbanos.

É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam - se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros agentes. A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, sobrevivência as adversidades impostas aos grupos sociais recém-expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de renovação, que lutam pelo direito a cidade. (CORREA, 1989, p. 30)

A resistência é um suporte das representações desenvolvidas por diversos grupos sociais que não estão inseridos no sistema de privilégios que a elite possui, dessa forma, torna-se necessário compreender todo processo de luta pela sobrevivência na cidade.

Em Teresina, essa luta pela sobrevivência na cidade se intensificou na década de 1990, de modo que a cidade passou a ser um palco de grandes conflitos que envolvem o direito à moradia. Várias foram as modificações no corpo urbano em decorrência das ocupações em prol do tão sonhado moradia. Deste modo, os agentes sociais excluídos, assim classificados por Corrêa (1989), promovem modificações no espaço urbano a partir da necessidade e do sentimento de pertencimento em que esses indivíduos estão inseridos.

É nesse contexto de luta e apego à cidade que surge a vila Irmã Dulce, no bairro Angelim, zona sul de Teresina, no final da década de 1990, fruto das reivindicações e da falta de estrutura em que a cidade oferecia aos seus habitantes. De acordo com essa perspectiva, a

ocupação da Vila Irmã Dulce aparece como suporte pra compreender todo o processo de luta e de resistência, destacando os diferentes sujeitos envolvidos nesse processo.

Buscou-se, nesse capítulo, mostrar como os pobres urbanos constroem momentos de luta e resistência pelo direito à moradia. Por meio da memória dos sujeitos que participaram diretamente no enfrentamento político, podemos compreender os sentidos construídos ao longo do tempo na formação e consolidação da Vila como uma das maiores do Brasil (NETO; LIMA, 2007). As falas dos sujeitos entrevistados evidenciam que, na luta pela casa própria, constrói-se um sentimento de existência a vida urbana em referências espaciais de territorializar-se²⁹ (LIMA, A. J. 2003), com a conquista do lugar como condição de reconhecimento público.

Desse modo, a memória dos sujeitos envolvidos diretamente no processo de ocupação da Vila é uma ferramenta de importante valor heurístico para compreendemos toda a trajetória de luta e resistência que a população carente de Teresina, na década de 1990, estava vivenciando, assim, compreendemos a importância dos grupos e instituições que participaram direta e indiretamente do movimento de ocupação.

As ocupações de terra em Teresina, desde a década de 1980, trouxeram a imagem de pobres urbanos (LIMA, A. J. 2003) que buscavam, por meio da prática de ocupação, a tão sonhada moradia, mas que encontravam dentro dessas práticas de ocupações entraves judiciais que, muitas vezes, acabavam impedindo a instalação dessas pessoas em diferentes lugares ocupados de Teresina. Desse modo, a FAMCC no Piauí, criada em 1986 (LIMA, A. J. 2003), foi um importante órgão mediador entre os movimentos de ocupação em Teresina com os grupos que detêm o poder e a posse sobre as terras em conflito.

Teresina desde 1986 foi uma cidade que se desenvolveu muito através das ocupações de terra, Teresina sempre uma cidade que ainda hoje quando você anda no centro da cidade, na periferia da cidade, nos bairros populares da cidade, você encontra inúmeros terrenos vazios, terrenos que não cumprem sua função social conforme o código de postura do município. Terrenos que estão concentrados na mão de grupos econômicos poderosos de nossa cidade, que usam a terra único e exclusivamente para seu enriquecimento né, ou seja a terra fica sem cumprir sua função social, a cidade vai se desenvolvendo, essas terras vão sendo valorizadas, urbanizadas com equipamentos públicos muito próximos, e esses especuladores usam essas terras para seus enriquecimento. Então a partir de 1986 começou a surgir muitas ocupações em Teresina, as primeiras ocupações foram a Vila Risoleta Neves, Vila da Paz, Parque Rodoviário, e de lá pra cá são inúmeras as ocupações de terra em Teresina, as famílias por livre e espontânea necessidade iam se organizando e fazendo as ocupações de terra. E uma das bandeira nossas da (FAMCC) foi a luta em defesa da moradia, eu fui diretor de habitação da (FAMCC) por bom período, dois mandatos e durante esse período a gente fazia esses acompanhamentos sistemáticos das ocupações lutando

²⁹ LIMA (2003, p. 222) territorializar-se significa mais que a conquista do lugar e o estabelecimento de referências físico-espaciais. Representa, em verdade, a retomada de vidas, a remontagem de pedaços perdidos a cada mudança realizada, a superação da angústia e da tensão provocadas pela ameaça de despejo e a disponibilidade de uma condição mínima para manter via a força do equilíbrio da família.

contra as reintegrações das posses das áreas ocupadas, o despejo, foram muitos despejos, fizemos várias manifestações, colocando voltando para o município de Teresina, essa necessidade de se ter na cidade um projeto que pudesse atender as famílias carentes que não tem condições financeiras de adquirir um imóvel. Infelizmente essa nossa empreitada nunca foi atendida. E aí durante, desde 1986 pra cá foram inúmeras ocupações, nós sempre apoiando as ocupações, brigando contra o governo do estado, o prefeito, para garantir o direito de posse dessas famílias que ao nosso ver 90% dessas famílias pobres, carentes, desempregadas, que moram na periferia, moravam de favor, com parentes, com o próprio pai, a mãe, de aluguel³⁰

Esse relato expressa o fragmento da história e da inserção da FAMCC na busca de atender as famílias carentes em adquirir um lugar para morar. De acordo com Sales, as problemáticas urbanas enfrentadas pela população de Teresina criavam condições que favoreciam o aparecimento de ocupações urbanas por toda as regiões da cidade. Assim, a falta de estrutura e de políticas sociais para atender a população carente da cidade foi um dos motivos para a implantação e criação da Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários – FAMCC, no Piauí. Assim, a FAMCC seria um suporte para tentar amenizar as tensões e conflitos existentes entre os pobres urbanos e os órgãos que possuíam a posse das terras na capital.

Nesse contexto, o crescimento populacional de Teresina nas últimas décadas do século XX e a falta de planejamento para locação dessas pessoas dentro do tecido urbano, com a expansão de favelas e vilas em todas as zonas da cidade, foi um dos fatores que contribuíram para se pensar em uma grande ocupação que reunisse pessoas necessitadas de todas as partes da cidade. A FAMCC, como já foi discutido no capítulo anterior, foi o órgão responsável pelo movimento que culminou na grande ocupação, originando a Vila Irmã Dulce em Teresina, tendo como presidente Lucineide Barros Medeiros.

Em entrevista, Lucineide afirma que a cidade de Teresina, desde a década de 1980, enfrentava diversas dificuldades em relação à questão de habitação. Teresina, nesse período, chamava atenção pelo fenômeno das ocupações de terras nas periferias (LIMA, A. J. 2003). Lucineide deixa claro que, ao pensar em uma grande ocupação de terra em Teresina, pudesse visibilizar como forma de enfrentamento ao discurso estabelecido pelo poder público municipal, que era governado pelo partido PSDB, que, de acordo com Lucineide, a postura do município em relação às ocupações de terra era simplesmente de fazer a melhoria nas periferias e, se houvesse alguma ocupação naquele contexto, o conflito deveria ser resolvido entre ocupantes e proprietários ou ditos proprietários.

³⁰ Informação fornecida Sales, um dos diretores da FAMCC no Piauí na época da ocupação da Vila Irmã Dulce, em entrevista concedida ao autor em novembro de 2018.

Foi em 1998 aquela época eu era presidente da FAMCC que é uma federação de associação de moradores que atua no Estado do Piauí também como uma base estadual, mas a FAMCC sempre teve uma atuação no espaço urbano e o espaço urbano sempre chamou atenção no Piauí sempre trouxe as atenções para Teresina e em Teresina a gente vivia desde os anos 1980 o fenômeno das ocupações de terras nas periferias foi quando se acirrou esse fenômeno e com administração do PSDB, as administrações melhor dizendo, foi se criando uma postura diante das ocupações em que se dizia que não era mais admissível a realização de ocupações devido ao inchaço das cidades e que agora a política seria simplesmente de fazer a melhoria nas periferias e se houvesse alguma ocupação naquele contexto o conflito deveria ser resolvido entre ocupantes e proprietários ou ditos proprietários que o poder público não iria mais intervir então aquela era uma questão que do ponto de vista da nossa discussão política e da nossa concepção sobre a ocupação do solo urbano sobre a função social da sociedade sobre uso e usufruto dos bens da cidade nos incomodava muito e o que a gente avaliou que era necessário fazer um enfrentamento a esse tipo de discurso que não seria possível fazer um enfrentamento retórico somente que era necessário constitui uma ação que pudesse fazer frente aquele discurso que era um discurso estabelecido pelo poder público municipal então a gente começou a, e isso havia uma justificativa que era o alto déficit de moradias em Teresina, muitas famílias sem tetos vivendo de favor, vivendo pelo pagamento de aluguel, então o que a gente fez? A gente começou a planejar uma ocupação, uma grande ocupação que pudesse dar visibilidade a essa necessidade de teto e também que fizesse o poder público sair desse seu lugar de discurso³¹.

Nota-se, assim, que o discurso estabelecido pela prefeitura de Teresina, que tinha como gestor o prefeito Firmino Filho, do PSDB³², era de não intervenção na questão do conflito. Desse modo, buscando uma discussão política sobre a ocupação do solo urbano, surgiu a necessidade de se pensar uma base de enfrentamento ao discurso estabelecido pelo município. Somando-se ao alto déficit habitacional na cidade e muitas famílias sem-teto ou vivendo de favores é que se pensou em uma ação que pudesse visibilizar a problemática urbana de Teresina. Assim, os representantes da FAMCC Piauí pensaram em uma grande ocupação de terra para tentar, de certa forma, forçar o poder público a sair desse discurso e pensar na problemática de moradia.

Examinando os problemas expostos na cidade, a diretoria da FAMCC, por não ter experiência marcante em realizar ocupações, utilizou-se do testemunho do Movimento Sem Terra – MST, que naquele período enfrentava a política do Fernando Henrique Cardoso (PSDB)³³, com isso, a comissão dos representantes da FAMCC, no Piauí, começaram a articular as condições para a realização da ocupação, mobilizando muitos aspectos, inclusive político,

³¹ Informação fornecida por Lucineide, em 1998 era presidente da FAMCC no Piauí, hoje é professora da Universidade Estadual do Piauí, em entrevista concedida ao autor em janeiro de 2020.

³² Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB.

³³ Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB. Em 1998, o presidente da República Fernando Henrique Cardoso e o Prefeito de Teresina Firmino Filho eram filiados ao partido do PSDB.

com a aprovação em congresso entre os representantes, com isso, precisou-se buscar apoio fora da entidade.

(...) a partir daí precisou buscar apoio fora entidade, naquela época os apoios foram diversos veio apoio do próprio movimento popular, de outros setores do movimento popular, veio apoio do movimento sindical, apoio das igrejas, por isso o Padre Brasil participa tão intensamente desse processo, inclusive porque a ocupação foi na área da paróquia que ele administrava, teve apoio de parlamentares a deputada a época a vereadora Francisca Trindade ela veio dos quadros da FAMCC do movimento popular e portanto se tornou uma parceira preferencial naquele momento, mas também outros parlamentares principalmente do partido dos trabalhadores que também abraçavam aquela causa da luta pela moradia³⁴.

Nesse pequeno relato, percebe-se a necessidade da formação de um grupo de apoio que pudesse mobilizar todas as estratégias políticas e de organização para construir um movimento de ocupação. Fica claro, por meio da fala, que os sujeitos de apoio foram agentes de suma importância para a realização desse movimento de luta pelo direito à moradia.

E aí, nós a partir dessas ocupações de terra , tentamos fazer uma experiência mais organizada, nós planejamos a ocupação da Vila Irmã Dulce em 1998, começamos esse trabalho praticamente no início do ano, e constatamos uma área enorme de vários especuladores de terra em Teresina, como o grupo Ciro Nogueira, o grupo Júlio Soares, e outras empresas, e a partir daí começamos a dialogar com várias organizações do movimento sindical, do movimento popular, as pastorais sociais da igreja, Dom Miguel o Bispo dessa época em Teresina , que já nos deixou , e a partir daí começamos a fazer um levantamento dos bairros de Teresina, das famílias sem teto, a gente ia até a comunidade, lá a gente estabelecia uma relação com a organização da comunidade, ou seja um conselho comunitário, uma associação de moradores, e partir daí começamos a fazer esse levantamento, e num curto espaço de 3 meses, nos cadastramos em torno de 5 mil famílias sem teto, em Teresina. E ai fizemos todo um trabalho de preparação, de organização das famílias, falando sobre uma possível ocupação de terra, do processo que seria um pouco difícil ,do embate que a gente ia ter contra os empresários, a justiça e o próprio poder público, e decidimos fazer a ocupação da terra no dia 3 de junho, meia noite³⁵.

A fala de Sales destaca a importância do diálogo dos dirigentes da FAMCC com outros setores e movimentos com experiência de luta para se construir um movimento grandioso que possibilitaria uma ocupação de terra. Em seu discurso, Sales descreve os passos iniciais na busca de apoio de outras entidades, bem como o projeto de construção da ocupação na tentativa de reunir pessoas com necessidades de moradia. Desse modo, a luta e o discurso de resistência,

³⁴ Informação fornecida por Lucineide, em 1998 era presidente da FAMCC no Piauí, hoje é professora da Universidade Estadual do Piauí, em entrevista concedida ao autor em janeiro de 2020.

³⁵ Informação fornecida Sales, um dos diretores da FAMCC no Piauí na época da ocupação da Vila Irmã Dulce, em entrevista concedida ao autor em novembro de 2018.

que travariam com os grandes empresários pela posse da terra, foi algo bastante pensado e o apoio de diferentes setores estabelecido servia como resistência de luta para a conquista e posse da terra.

Lucineide expressa, que além de buscar apoio político, foi necessário buscar apoio financeiro. A instituição inglesa OXFAM³⁶ foi a responsável pelo financiamento que possibilitou realizar o movimento de ocupação que originou a Vila Irmã Dulce. Esse dinheiro serviu, entre outras coisas, para levar o diálogo entre os sem-teto em todas as zonas de Teresina, assim, foram feitos cadastros de pessoas necessitadas para compor o movimento de ocupação.

Desse modo, o financiamento concedido pela instituição inglesa OXFAM³⁷, que, atualmente produz estudo sobre a pobreza, serviu, além de possibilitar a discursão sobre as problemáticas urbanas, como já foi relatado, serviu também no processo de locomoção dos ocupantes, como aluguel de caminhões, e na compra de materiais como foices, enxadas e utensílios que ajudariam os ocupantes na limpeza e organização do território escolhido para ocupar.

OXFAM resolveu apoiar, então enviou um volume de recurso que não lembro qual era, mas algo muito modesto, mas a gente também sabia fazer milagre naquela época, então a gente pegou esse dinheiro e investiu em alguns itens de infraestrutura para a realização da ocupação e o principal disso tudo foi o diálogo com os sem tetos, as famílias sem teto, a gente organizou em quatro grupos aqui em Teresina, por zona, zona norte, zona sul, zona leste, zona sudeste e a gente tinha critérios que seria famílias sem teto por morarem pagando aluguel, ou morarem de favor ou agregado aos seus próprios famílias e também famílias que estavam vinculadas a determinados movimentos, por exemplo tinha famílias que estavam muito próximo ao movimento sem-terra, mas que vivia em Teresina, que depois a gente fez uma ação de contribuir com o movimento sem-terra pra que famílias que estavam na cidade, mas que era do campo e que queriam voltar para o campo tivesse essa oportunidade, então fizemos esse trabalho de parceria³⁸.

Ao pensar em uma grande ocupação de terras em Teresina, os representantes da FAMCC, no Piauí, começaram um trabalho que reunia entidades e setores com experiência em movimentos populares para cadastrar famílias carentes em todas as zonas de Teresina. Esse

³⁶ De acordo com Lucineide (2020) a OXFAM uma instituição inglesa. OXFAM que atualmente produz estudo sobre a pobreza e que apoiou financeiramente a FAMCC, então foi feito a discursão com a OXFAM sobre a estratégia de ocupação e a OXFAM resolveu apoiar, então enviou um volume de recuso.

³⁷ A Oxfam Internacional é uma confederação de 19 organizações e mais de 3000 parceiros, que atua em mais de 90 países na busca de soluções para o problema da pobreza, desigualdade e da injustiça, por meio de campanhas, programas de desenvolvimento e ações emergenciais.

³⁸ Informação fornecida por Lucineide, em 1998 era presidente da FAMCC no Piauí, hoje é professora da Universidade Estadual do Piauí, em entrevista concedida ao autor em janeiro de 2020.

trabalho foi realizado de forma a cadastrar cerca de 3 mil famílias em situação de vulnerabilidade social, assim, o órgão responsável por esse levantamento, a FAMCC, estabeleceu critérios de escolhas para selecionar as famílias que estariam participando da ocupação. Um dos critérios seriam famílias sem-teto, que morassem de favor ou que não possuíssem condições de possuir um imóvel.

As reuniões ocorreram do início do ano de 1998 até próximo ao dia de ocupação, que ficou estabelecido para o dia 03 de junho de 1998. Assim, as reuniões, que eram feitas em todas as zonas de Teresina, zona sul, zona leste, zona norte e zona sudeste, serviam para discutir toda as problemáticas urbanas de Teresina, bem como discutir o direito à cidade, lembrando sempre das consequências em que uma ocupação pode gerar, como conflitos, por exemplo.

Constrói-se, assim, por meio do diálogo, a formação de famílias pobres em situação de vulnerabilidades a entenderem as problemáticas sociais. Assim, essas reuniões setorializadas serviam como processo de formação sobre: o que é a cidade? Como se organiza a cidade? Como se constitui o déficit habitacional? Por que a ocupação é estratégica para combate ao déficit? Quais são os riscos de uma ocupação? Quem são os agentes que podem atuar no momento de ocupação? Então, todo esse processo de formação foi realizado ao longo dos meses do ano do 1998 e com diferentes grupos, criando a expectativa da realização da ocupação, mas sem dizer que dia seria, onde seria, apenas dizendo que tinha um grupo de diferentes áreas da cidade que estava se comprometendo com isso.

Então, a gente começou a se organizar ainda no início do ano e foi avançando pelo mês de Abril a gente já tinha essa estratégia bem consolidada e o movimento nacional de moradia na qual a gente era vinculada estabeleceu uma data no calendário de lutas que era o dia nacional de ocupações e o dia nacional de ocupação era o dia 03 de junho, então nós estabelecemos que o dia dessa ocupação seria 03 de junho e esse processo todo contou com a participação direta do Padre Brasil que também pela seu trabalho social enxergava como o problema da falta de moradia era algo muito marcante em Teresina, então ele acompanhou todo o processo nos ajudou, inclusive a identificar a área porque lá na paróquia tinha essa faixa de terra muito grande desocupada, e que aparecia de vez enquanto, boatos de que era de “fulano de cicrano”, mas ninguém sabia ao certo de quem era, então teve essa conjunção de elementos, a preparação políticas, as condições materiais, principalmente econômicas, o processo de organização das famílias com os apoios necessários a definição da data, a identificação do local e depois a programação para o dia³⁹.

Vale observar que a experiência de luta em ocupação por outras entidades foi fator marcante para se pensar em uma data específica para o dia de ocupação. O Movimento Nacional

³⁹ Informação fornecida por Lucineide, em 1998 era presidente da FAMCC no Piauí, hoje é professora da Universidade Estadual do Piauí, em entrevista concedida ao autor em janeiro de 2020.

de Luta pela Moradia estabeleceu a data 03 de junho, data que seria marcada por vários manifestos em todo o Brasil. A FAMCC estabeleceu a data e colocou como lema “ocupar, resistir para morar”. Assim, na luta pela casa própria, constrói referências duradouras de territorializar-se, de ter um lugar no mundo (LIMA, A. J. 2003).

Segundo a Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários (FAMCC), o dia 03 de junho. Dia nacional de ocupações, foi marcado por atos em pelo menos 20 estados do país, com o apoio do Movimento nacional pela Moradia (MNLM). A tomada de terra foi organizada há cerca de quatro meses, quando a entidade começou a cadastrar famílias de sem-teto em cada região da capital piauiense. O lema do movimento é “Ocupar, resistir para morar”. Segundo o panfleto distribuído no local, “falta habitação para 15 milhões de trabalhadores no Brasil”, sendo que no Piauí estão 100 mil famílias nesta situação. 30 mil somente em Teresina. São muitas as entidades que dão apoio ao ato; Cáritas, Cepac, Movimento Popular de Saúde (MOPS), DCE – UFPI, Sindicato dos Comerciantes e dos Bancários, Sindicato dos Servidores Públicos, GEA, ANSUR/PI e Movimento HIP HOP. (JORNAL O DIA, 04 de junho de 1998, p. 13)

Vê-se a afirmação de um traço significativo de planejamento político, econômico e social para a realização da ocupação. De acordo com o Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM, o dia 03 de junho é conhecido como dia nacional de ocupação no Brasil. Essa data marca, com grande poder de significação, toda a história de luta e resistência dos sujeitos pobres. Em Teresina, até o ano 1998, como ressalva Lucineide, as ocupações de terras ocorriam de modo espontâneo. Assim, a ocupação que originou a Vila Irmã Dulce se diferencia das demais ocupações, que já ocorriam em décadas passadas, pela organização e pelo objetivo de inserir o poder público na problemática habitacional da cidade.

A ocupação que originou a Vila Irmã Dulce contribuiu não somente na conquista de uma casa para os sem-teto, mas para compreender toda a problemática de moradia, tanto em escala local como nacional. Assim, os aspectos mais importantes e, até mesmo determinantes, foi o fato de as famílias contarem com uma forte base de apoio político e jurídico de entidades como a FAMCC, de modo que todas as “negociações” eram mediadas com o poder público, especialmente com o governo municipal com ajuda das entidades envolvidas.

A construção da Vila Irmã Dulce torna-se um importante movimento, não somente nas condições de moradia, mas também sobre o processo de organização de instituições e grupos sociais. Desse modo, a união de diferentes setores buscava, nesse movimento, chamar atenção do poder público para a problemática urbana de Teresina, em especial o direito à moradia. Várias foram as reuniões e apoio firmados entre a FAMCC e outros órgãos não governamentais para cadastrar famílias necessitadas para promover a maior ocupação urbana do Piauí e uma

das maiores ocupações urbanas do Brasil. A igreja Católica foi um importante órgão de ajuda na organização e escolha do local para ocupação, tendo, como mediador, o Padre Brasil.

[...] naquela época os apoios foram diversos veio apoio do próprio movimento popular, de outros setores do movimento popular, veio apoio do movimento sindical, apoio das igrejas, por isso o Padre Brasil participa tão intensamente desse processo, inclusive porque a ocupação foi na área da paróquia que ele administrava, teve apoio de parlamentares a deputada a época a vereadora Francisca Trindade ela veio dos quadros da FAMCC do movimento popular e portanto se tornou uma parceira preferencial naquele momento, mas também outros parlamentares principalmente do partido dos trabalhadores que também abraçavam aquela causa da luta pela moradia⁴⁰.

A Igreja Católica, representada diretamente pelo Padre Brasil, contribuiu de maneira significativa com todo o suporte necessário para os ocupantes e para os organizadores. Padre Brasil participou diretamente no processo de organização. Devido ao seu trabalho social, o padre enxergava a falta de moradia como um grande problema social e também como algo que marcava a pobreza urbana na capital, com isso, foi um dos principais nomes de mobilização de ocupação, sendo o responsável pela escolha do local a ser ocupado, que pertencia à área paroquial em que exercia a função de Padre.

Eu era padre lá da área pastoral santíssimo Sacramento e depois se tornou paróquia em um determinado tempo as comunidades eram: Umbana, nossa senhora de Guadalupe, Esplanada, nossa senhora da Aparecida, Vila da Glória, santíssimo sacramento matriz e residencial porto alegre. E eu sempre fui ligado ao pessoal da FAMCC, conversava e tudo mais com eles, e ai eles disseram assim o Sales e a Lucineide que estão procurando uma área em Teresina que possa ter acesso de transporte de ônibus, energia e que se não tiver água que seja fácil a gente buscar, buscar água, ter água, transporte de ônibus, energia e água, ai eu disse, pois vamos lá na minha paróquia que eu vou te mostrar ai levei ele no esplanada ai eles olharam aquela mata, aquela mata virgem tinha muito pé de aroeira, olha tinha veado, jiboia, peba, essas coisas todas tinha lá dentro, uma área grande, a Vila Irmã Dulce tá uma área bem grande mesmo, sabe!, de faixa de terra, ali a gente celebrava na igreja no esplanada o pessoal jogava muito lixo ali ao lado, fedor, coisa podre, carniça, cachorro morto, gato e eu sempre na missa me incomodava com uma catimba e eu dizia olha isso aqui é passageiro, logo, logo nos vamos ver uma grande cidade aqui, mas não entendiam o porquê, e eu sempre dizia isso logo, logo vamos ver uma grande cidade ver muita gente morando aqui ao redor dessa igreja e quando o Sales e Lucineide me falou isso eu disse vamos lá no esplanada e eles olharam ai nós entramos mata a dentro e eles disseram – rapaz a área é essa mesmo pra gente fazer uma ocupação urbana - ai começou as conversações entre eles, a FAMCC, comigo também, prepararam também um tipo de ficha para fazer a inscrição, o intuito, a intenção seria realmente pessoas que precisassem que não tivessem moradias, começamos a fazer as reuniões ai as fichas, começou o trabalho de inscrição dos

⁴⁰ Informação fornecida por Lucineide, em 1998 era presidente da FAMCC no Piauí, hoje é professora da Universidade Estadual do Piauí, em entrevista concedida ao autor em janeiro de 2020.

ocupantes, famílias ocupantes em toda periferia de Teresina e lá também só que a população do esplanada não sabia⁴¹.

Nota-se a importância da figura do Padre Brasil para a concretização da ocupação. O padre foi o responsável pela escolha da área de ocupação, que foi determinado por vários motivos, como acesso à energia elétrica, a água potável, ao transporte. A grande área ao lado do conjunto Esplanada oferecia todos os requisitos necessários para implantação de uma grande comunidade. Com o local de ocupação já estabelecido, começaram a preparar os sem-teto para o grande dia da ocupação. De acordo com Sales, um dos membros da FAMCC, as reuniões ocorriam nas comunidades, nos centros comunitários, no meio da rua, nas casas das famílias.

Então, a preparação do dia implicou em a gente fazer uma reunião com os diferentes grupos as vésperas combinando um local de encontro que seria o centro social do Parque Piauí e para de lá a gente perto de meia noite seguir para Igreja do Porto Alegre quando estava acontecendo uma programação em honra a Santa Cruz e o Padre organizou de modo que a culminância desse momento seria meia noite que é quando estava chegando essas caravanas em caminhões que os recursos serviram para isso, alugar caminhão, contribuir na compra de algum material para que rapidamente se pudesse marcar o lugar da ocupação e as famílias começarem a levantar os seus barracos, então foi todo mundo chegando meia noite e nesse momento a gente já organizou também uma coisa que a gente chama de mística no movimento popular inspirado pela prática do MST que é um momento de recorrer a um imaginário que tem a ver com política com a religião com a afirmação de valores, de lutadores, e também com afirmação de bandeiras, de utopias, então a gente naquele momento realizou isso, tinha o apoio de outras pessoas inclusive o Humberto que era também um Padre da igreja católica, atualmente acho que não é mais vinculado a igreja católica e a gente com todo mundo ali seguiu levando as nossas bandeiras, os nossos símbolos, seguiu ali para aquela área que hoje é a Vila Irmã Dulce, então a ocupação começou ali daquela área próximo ao conjunto esplanada e de lá pra frente⁴².

Toda a preparação exigiu dos organizadores várias reuniões durante o dia. Dessa forma, os organizadores cuidavam dos últimos detalhes antes do momento da ação de ocupar. O encontro foi estabelecido no bairro Parque Piauí, na zona sul de Teresina, e de lá partiram vários caminhões para a região do bairro Esplanada, também na zona sul da cidade, próximo à meia noite do dia 03 de junho de 1998, horário esse que estaria findando a missa no bairro Porto Alegre organizada pelo Padre Brasil em homenagem à imagem da Santa Cruz dos Milagres⁴³,

⁴¹ Informação fornecida pelo Padre Brasil, na época era Padre da área pastoral São Francisco de Assis, no Bairro Porto Alegre, na zona sul de Teresina, em entrevista concedida ao autor em novembro de 2018.

⁴² Informação fornecida por Lucineide, em 1998 era presidente da FAMCC no Piauí, hoje é professora da Universidade Estadual do Piauí, em entrevista concedida ao autor em janeiro de 2020.

⁴³ Santa Cruz é uma santa de grande popularidade no Piauí. Tem seu santuário na cidade de Santa Cruz dos Milagres, distante 183 km da capital Teresina. O santuário reuni vários fieis, principalmente no início de setembro quando começa os festejos da padroeira.

que reuniu várias pessoas e, muitas delas, estariam ali para se reunir com outras pessoas e ocupar a área demarcada.

chamamos os ocupantes todos vieram aquela multidão de gente ai fizemos um momento de oração e fizemos um envio ai a Lucineide disse assim – vocês já sabem o que que nós vamos fazer e pra onde é que nós vamos e não interessa vocês saberem para onde nós vamos acompanhe a bandeira azul que vai a frente que a bandeira da FAMCC da federação da associação de moradores dos conselhos comunitários alguém ia com a bandeira azul ai o pessoal seguiu para pegar avenida central do porto alegre, nessas alturas a polícia estava assim de longe ouvindo, a polícia desceu lá pra onde é hoje está localizado hoje o polo empresarial industrial sul foram pra lá, eles pensavam que a ocupação seriam pra lá e nos aqui pegamos a avenida central do porto alegre subindo atravessando a BR entramos no esplanada quando chegou na igreja que a igreja fica ao lado de hoje é a Irma Dulce onde era a área visada, ai eles disseram é ai podem cair no mato se espalhem se distribuem e comecem a roçar, isso de noite, mais ou menos umas 11h para 12 h da noite e o fação comeu, lanterna, era fogo, lamparina, quando a polícia se tocou que chegou lá esperou, esperou e ninguém foi, quando eles vieram a gente já tinha entrado na mata e quando os moradores acordaram de noite já estava um fumaceiro, uma área imensa de terra já roçada, no dito popular do trabalhar rural “brocada” iai foi chegando gente, foi tomando conhecimento e a organização fazia reunião, assembleia de manhã e assembleia a tarde e chegando gente⁴⁴.

Nota-se, no relato, que a multidão de pessoas sem-teto que chegava à Igreja Católica do bairro Porto Alegre esperando um sinal dos organizadores para marchar em direção a área que seria ocupada.

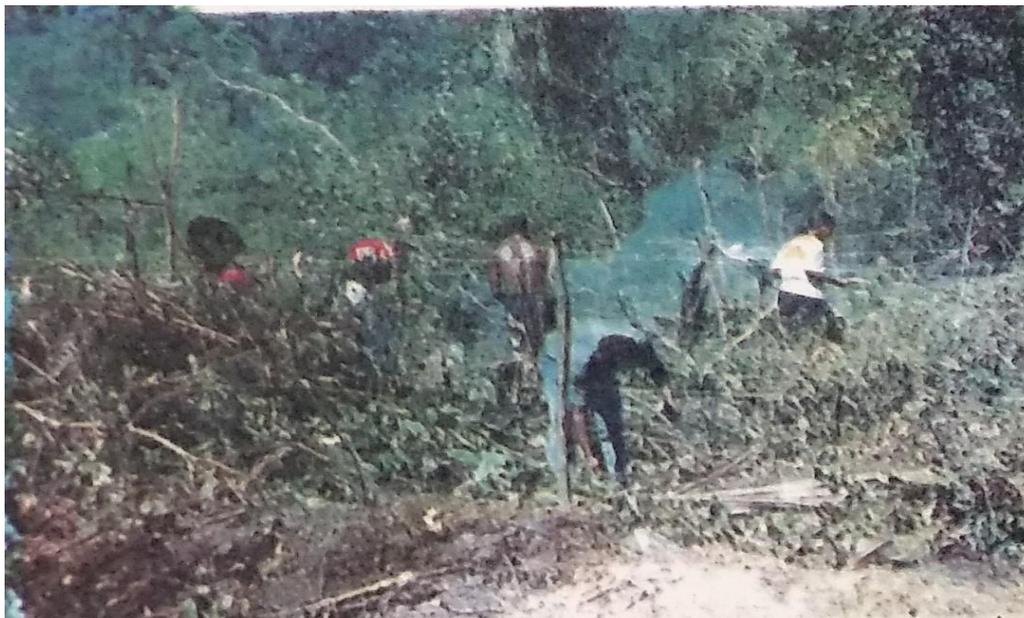
A concentração de pessoas nas proximidades da Igreja, com inchadas, foices e machados chamou a atenção dos policiais, que começaram a buscar possíveis áreas em que os sem-teto poderiam ocupar. No entanto, como os organizadores não haviam identificado a área em que seria a ocupação para os sem-teto, todos esperavam um sinal para que se pudesse agir e conquistar a área estabelecida.

Padre Brasil, destaca, ainda, que a bandeira azul da FAMCC era o símbolo que guiava todo o povo que buscava conquistar sua moradia. Dessa forma, a bandeira azul foi o guia para se chegar à área que hoje corresponde à Vila Irmã Dulce.

Com a chegada dos sem-teto ao local determinado, a ordem era começar a limpeza da área, com foices, inchadas e facões, o grupo dos sem-teto desmatou a área para que em seguida, pudessem construir os primeiros barracos.

⁴⁴ Informação fornecida pelo Padre Brasil, na época era Padre da área pastoral São Francisco de Assis, no Bairro Porto Alegre, na zona sul de Teresina, em entrevista concedida ao autor em novembro de 2018.

Fotografia 9 - Logo após a ocupação os sem tetos começaram a limpeza da área



Fonte: Jornal O DIA, 04 de junho de 1998.

Na configuração do território, a noção de espaço era essencial para se construir os primeiros barracos. Assim, a imagem detalha o trabalho coletivo dos ocupantes na limpeza da área. Dessa forma, devido à dimensão do terreno e ao número de famílias, a coordenação contou com o apoio dos ocupantes para estabelecer a divisão da área em setores com diferentes denominações, escolhendo lideranças em cada área para facilitar a divisão dos lotes, tendo, ainda, como objetivo de preservar as relações de proximidades entre os moradores de cada zona da cidade. Estes setores foram loteados medindo 10 por 20 metros.

No nosso projeto de ocupação a gente definiu toda estratégia de distribuição dos lotes a gente pensou o tamanho dos lotes 10x20 tamanho padrão mais ou menos aqui no município, pensou a estratégia de definição da relação família lote que foi através de sorteio, então a gente se valeu da estratégia do MST de organizar as famílias em núcleos de base, então a gente organizou núcleo de 50 famílias inclusive as famílias a gente tentou o máximo possível preservar as relações de vizinhança que elas já tinham quem vinha de cada zona ficava mais ou menos juntos no mesmo núcleo e dentro dos núcleos a gente fazia um sorteio que associava a família ao lote se chegava em uma determinada região, então mediam os lotes, naquela dimensão combinada e já ia sorteando o núcleo que iria ficar naquele lugar e dentro do núcleo se sorteava a família que também iria ocupar cada lote, porque sempre tem a preferência pela esquina, pelas áreas frontais, então a gente evitou, trabalhou com isso através do sorteio para não ter nenhum tipo de privilégio, isso realmente não aconteceu, ocorre que como a ocupação tem um espaço geográfico muito grande e um número de famílias muito grande se precisou também organizar coordenações por zona, então cada zona tinha seus representantes naquele grupo de 50 e esses representantes participavam das reuniões com a coordenação da ocupação e de todo o processo de discussão de planejamento de tudo que era necessário, então a partir daí foi se estabelecendo uma certa unidade

territorial que foi também dando identidade aos lugares, mas também isso se associou a outros elementos⁴⁵.

Os sorteios serviam para não gerar privilégios entre os ocupantes, com isso, cada grupo de pessoas escolhia um representante que iria participar do sorteio. Dessa maneira, foram surgindo várias denominações dentro da ocupação, como, por exemplo, a Palitolândia, Pé de Pequi, Moro dos Cegos, entre outros, havendo uma divisão de nomes dentro da grandiosa ocupação que é conhecida como Vila Irmã Dulce.

A gente tinha um projeto escrito que esse foi o projeto que a gente apresentou ao OXFAM, que a gente apresentou aos parceiros, que a gente construiu internamente. Esse projeto tinha tudo, desde a estratégia até o número de famílias que se pretendiam alcançar, então nosso objetivo era alcançar 3 mil famílias, nessa organização nós chegamos muito pertinho, não tenho certeza se a gente conseguiu no processo de organização alcançar as 3 mil famílias, mas andou muito pertinho desse número e depois foram chegando novas famílias o que trouxe para nós um outro desafio que foi reproduzir esse processo de formação com as famílias que participaram desde o início com essas que estavam chegando e isso implicou muito trabalho, muito conflito porque aquelas outras, além de vivenciarem um processo baseado na discussão elas também vivenciaram na pele as dificuldades que foi, a tensão que foi, o medo e as outras chegaram em um momento em que as coisas já estavam mais ou menos encaminhadas, então vai criando uma certa diferente, mas a gente encarrou isso também⁴⁶.

De acordo com Lucineide, todo o processo de construção da Vila Irmã Dulce foi pensado, desde o projeto enviado à OXFAM, na formação das famílias que participariam do movimento de ocupação. A fala de Lucineide expressa os conflitos internos, o medo e a tensão que foi a dificuldade de estabelecer o diálogo com os novos ocupantes.

O enfrentamento dos sem-teto e a resistência firmada por eles nos primeiros dias de ocupação serviram de parâmetros para chamar atenção de outros sujeitos que não estavam, a princípio, vinculado ao movimento. Devido, principalmente, à importância que a mídia local deu ao fato que contribuiu para visibilidade do movimento de ocupação. Outras famílias que não estavam cadastradas anteriormente começaram a migrar para o local em busca de um lugar para morar.

Lucineide expõe a dificuldade que a entidade teve com a chegada de outros grupos ao local, pois intensificou os conflitos e, com isso, os organizadores tiveram uma maior dinâmica para tentar mediar todas as ações que seriam realizadas a essas pessoas que chegaram após a

⁴⁵ Informação fornecida por Lucineide, em 1998 era presidente da FAMCC no Piauí, hoje é professora da Universidade Estadual do Piauí, em entrevista concedida ao autor em janeiro de 2020.

⁴⁶ Informação fornecida por Lucineide, em 1998 era presidente da FAMCC no Piauí, hoje é professora da Universidade Estadual do Piauí, em entrevista concedida ao autor em janeiro de 2020.

ocupação. Foram feitas reuniões discutindo as problemáticas urbanas, os direitos e deveres dos ocupantes, mas os conflitos foram se potencializando e criando zonas diferentes daquelas geridas pela FAMCC.

Com a chegada de novos sujeitos não cadastrados no movimento, novas áreas foram sendo mapeadas e, conseqüentemente, houve a expansão territorial da ocupação. Representantes da FAMCC buscavam solucionar os conflitos potencializados pela necessidade de possuir uma casa.

Fotografia 10 - Construção das primeiras moradias na Vila Irmã Dulce



Fonte: Alexis Leite.

Os novos setores foram se definindo e por esse jeito das pessoas se referirem aos locais foram se estabelecendo com base nos conflitos de grupos, com isso, foi se fixando uma dinâmica própria.

A Prefeitura de Teresina, ao saber da grande ocupação, entrou com um pedido de reintegração de posse. Logo no segundo dia de ocupação, uma liminar foi expedida pedindo a reintegração de posse, mas os moradores se anteciparam junto ao juiz da 2ª Vara Civil pedindo a suspensão da mesma. De acordo com o jornal O Dia⁴⁷, os donos do terreno entraram com um novo pedido de despejo na 3ª Vara Cível. Os ocupantes fizeram várias manifestações, inclusive, de uma única vez, ocuparam a Prefeitura Municipal de Teresina e Palácio de Karnak com o objetivo de evitar o despejo.

⁴⁷ JORNAL O DIA, edição número 11921, dia 19 de junho de 1998.

No dia seguinte da realização da ocupação o secretário de habitação a época Kleber Montezuma já estava lá na área já fazendo pressões para que as famílias se retirassem, não conseguindo eles entraram com o processo de reintegração de posse e a gente fez todos os enfrentamentos, ocupou Karnak e a prefeitura em um único dia consegui botar os ditos proprietários e os administradores municipais e do Estado em uma mesma mesa em uma única ocasião, conseguiu barrar um processo de despejo, conseguiu levar um juiz a ocupação, foi a primeira vez que isso aconteceu, então feitas todas essas tentativas e não sendo bem sucedidas da parte da prefeitura de desocupar a área, eles começaram a investir num processo de potencializar os conflitos que existiam que não se faz uma ação dessas sem conflitos e uma das coisas que se fez foi isso foi tentar criar zonas, que se diferenciava do restante da ocupação ou da orientação geral que se tinha para o processo de organização das famílias, então isso foi também dando essas identidades para diferentes áreas⁴⁸.

A pressão do poder público para que os ocupantes deixassem o local não surtiu efeitos, assim, a luta pelo direito à terra gerou processos judiciais. A resistência dos ocupantes e o apoio das entidades foram fundamentais para a permanência no local.

A fala de Lucineide destaca a resistência do movimento e práticas de enfrentamentos ao ocupar o Karnak⁴⁹, que, segundo Neguinha, o enfrentamento à pressão do poder público gerou conflitos, principalmente para os que estavam ocupando o Palácio de Karnak.

Teve muitos conflitos entre os moradores e a polícia na época, principalmente quando fizemos um acampamento em frente ao Karnak, lá tivemos muitos companheiros que foram agredidos fisicamente por policiais, porque eles não permitiam que entrássemos "a casa que diz ser do povo". na época o governador não permitia que entrássemos, na época o "mão santa"⁵⁰, na época fomos muito agredidos por policiais no início da ocupação⁵¹.

Segundo o jornal O DIA de 09 de junho de 1998, "mais de 700 pessoas, logo as 7:30, acamparam na frente do Palácio de Karnak. No entanto, apenas uma comissão, formado por quatro sem-teto, quatro advogados e a direção da FAMCC, foi recebida no Fórum". Essa

⁴⁸ Informação fornecida por Lucineide, em 1998 era presidente da FAMCC no Piauí, hoje é professora da Universidade Estadual do Piauí, em entrevista concedida ao autor em janeiro de 2020.

⁴⁹ Edifício sede oficial do governo do Piauí.

⁵⁰ Governador do Piauí em 1998. Francisco de Assis Moraes Souza conhecido como "mão santa" estava em seu primeiro mandato como governador do Estado do Piauí.

⁵¹ Informações fornecida por Francisca Maria, conhecia como "neguinha", fez parte do grupo de apoio aos ocupantes pela Igreja Católica, posteriormente ocupou à área da atual Vila Irmã Dulce, tornando – se presidente de Associação dos Moradores, Atualmente é uma das grandes líderes da comunidade com o projeto Mais Amor, entrevista concedida ao autor em Dezembro de 2019.

reunião servia para discutir a situação das famílias e, por meio desse encontro, o juiz aceitou a solicitação de visitar a ocupação e verificar a situação dos sem-teto no local.

Fotografia 11 - Visita do Juiz a ocupação que originou a Vila Irmã Dulce em Teresina



Fonte: Jornal O DIA, 09 de junho de 1998.

A fotografia 11 mostra a visita do juiz da segunda instância, José Ramos Dias Silva, à área de ocupação dos sem-teto que originou a Vila Irmã Dulce. Percebe-se, na imagem, os ocupantes acompanhando o Juiz entre a área desmatada e a formação dos primeiros barracos, que, em sua maioria, eram casas de palhas. De acordo com a reportagem do jornal O Dia, a visita contou, ainda, com a ida do vice-governador do Piauí, Osmar Araújo, além de deputados e vereadores.

José Ramos Dias percorreu o terreno em meio a poeira e a fumaça ocasionadas pelo desmatamento do local e deixou claro que fará cumprir a lei. A intenção é resolver o problema o mais breve possível. Ele assegurou que até 30 de junho todos já terão o conhecimento de quem tem direito a área. “não podemos deixar que essas famílias fiquem nessa situação de dúvida e desconforto. Vamos marcar uma audiência entre ambas as partes para cumprir a lei”. (JORNAL O DIA, 09 de junho de 1998, pagina. 06)

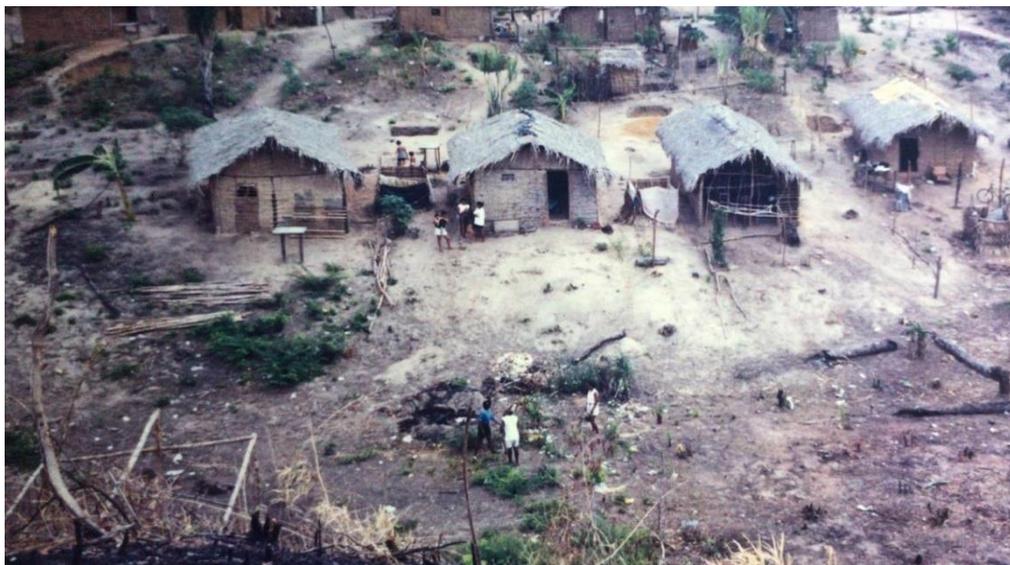
De acordo com Lucineide, a visita do juiz serviu para identificar a pobreza existente no local e as péssimas condições de vida. A visita do juiz serviu para observar a área de conflito antes de tomar qualquer decisão, assim, a vulnerabilidade social em que os sujeitos ocupantes estavam expostos mostrou a realidade social em que os pobres urbanos enfrentavam com o descaso do poder público.

Evidencia-se, pois, a partir dos relatos dos sujeitos entrevistados, que os conflitos e a persistência dos ocupantes em permanecer no local fizeram surgir movimentos de enfrentamento, assim, os ocupantes, juntamente com os organizadores do movimento, conseguiram mobilizar entidades de defesa pelo direito à moradia, além de buscar melhorias de vida para a população ocupante.

Os primeiros barracos construídos na ocupação retratam a pobreza em que os menos favorecidos enfrentavam em Teresina. As casas de palhas eram o reflexo das questões sociais em que a cidade enfrentava. A década de 1990, com a construção histórica da Vila Irmã Dulce, retratava toda a problemática urbana já discutida no capítulo anterior.

Dessa forma, a ocupação que originou a Vila Irmã Dulce foi, de certa forma, um movimento que buscava dignidade aos menos favorecidos. Por meio da luta e da resistência dos ocupantes foi possível construir novas possibilidades de se pensar a questão da moradia como algo essencial para todos.

Fotografia 12 - Casas de palhas na ocupação que originou a Vila Irmã Dulce



Fonte: Alexis Leite.

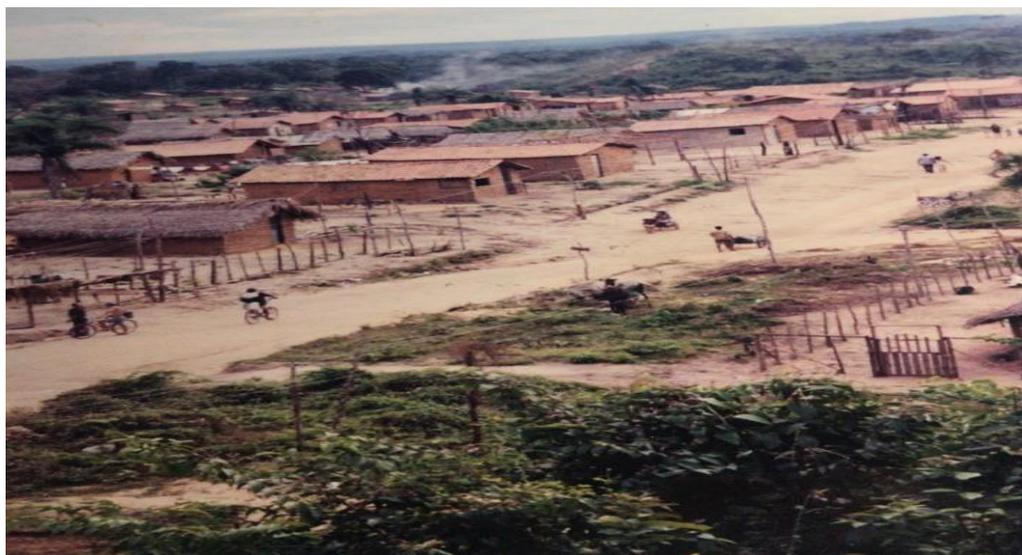
No aspecto estrutural, a disposição das moradias é visível as precárias condições materiais que assolavam os sujeitos sem-teto que participaram diretamente da ocupação. As casas de palhas, habitação comum em Teresina entre os pobres urbanos, era à moradia de muitos ocupantes no início da ocupação. Assim, as condições estruturais que marcam o início da Vila revelam a vulnerabilidade social em que os sem-teto vivenciavam.

Ao longo da história da Vila Irmã Dulce, buscou-se melhorias baseadas em organização e na intensa reivindicação por direitos, dessa forma, por meio das lutas e resistência, os

ocupantes da Vila Irmã Dulce foram se apropriando e formando modos de vida que caracterizam a Vila.

Assim, a luta dos sem-teto para a conquista do espaço urbano, que originou a Vila Irmã Dulce, representa não somente a conquista de um território, representa as mudanças e superações da tensão provocada pelos conflitos pela posse da terra. A busca por um lugar com condições de reconhecimento público constrói um sentimento de pertencimento à cidade.

Fotografia 13 - Primeiros anos de ocupação da Vila Irmã Dulce



Fonte: Alexis Leite.

As lutas, as tensões, os conflitos fizeram parte do cotidiano dos primeiros ocupantes. Assim, ao observar a imagem, percebe-se que, apesar das dificuldades iniciais, a Vila vai ganhando novos contornos e se redefinindo. A estrutura física das casas passa por melhorias, com construções de tijolos e telhas de barro, mas podendo, ainda, ser visível muitas casas de palhas. Assim, de acordo com Lima A. J. (2003, p. 222), “territorializar-se significa mais que a conquista do lugar e o estabelecimento de referências físico-espaciais. Representa, em verdade, a retomada de vidas.”

A luta por moradia aparece como memória vivida e a conquista do território representa para esses sujeitos a possibilidade de enfrentar as adversidades que a vida oferece, aparecendo o sentimento de intimidação do futuro por partes de muitos devido às limitações em que a pobreza oferece, como o simples fato de comprar um pequeno lote de terra. Com o passar dos anos, a Vila Irmã Dulce ganha novos contornos e se redefine como uma grandiosa comunidade da capital Teresina, de modo que sua população luta por melhorias de habitação e condições de vida.

3.3 O Protagonismo das Mulheres na Luta pelo Direito à Moradia

A dinâmica de grupos e movimentos sociais revela múltiplas faces de sujeitos e necessidades que são construídas na esfera urbana, com isso, as lutas por moradia são entendidas como uma necessidade humana e, conseqüentemente, forçam os pobres a vivenciarem práticas de vida rudimentares, mostrando a desigualdade existente na vida urbana e social, não somente nas desigualdades sociais, como também na desigualdade de gênero, destacando a imagem de mulheres pobres que lutam pelo direito à cidade e à cidadania, dessa forma, a ocupação dos espaços urbanos é uma forma de concretizar o sonho da conquista de seu território.

A formação da cidade moderna começa além das fronteiras da revolução industrial, cujos sujeitos que interagem constroem e interferem na sua realidade. Nesse sentido, a cidade torna-se um local produtor de significados (PESAVENTO, 2007), sendo importante se entender e identificar as formas de como os sujeitos ocupam seu espaço por meio do tempo, destacando a luta social de grupos e movimentos, bem como analisar as conquistas e avanços, entre os quais o reconhecimento das mulheres como sujeitos coletivos e principais signatárias do direito à moradia.

Podemos analisar os conflitos existentes dos núcleos urbanos (LEVEBVRE, 1969), por meio das lutas, que se fazem presentes devido às desigualdades sociais e de gênero. Esses contrastes persistentes no cenário urbano em relação às classes sociais aparecem como um suporte do sistema capitalista vigente nas grandes cidades, tornando-as segregadas, com grande potencial de desigualdade social e de gênero, impulsionando os conflitos entre classes e de grupos sociais diferenciados. Nesse sentido, as mulheres empreenderam lutas sociais importantes colocando suas reivindicações na arena política por sua manifestação, posicionamento e disputa de poder.

As transformações nas formas urbanas fundamentam-se na esperança de um futuro melhor e na superação de seu passado. No Brasil, essa transformação dos grandes centros urbanos buscava, de certa forma, uma modernização baseada nos preceitos do capitalismo (KOWARICK, 2009).

A forma desenvolvida pelo capitalismo nos grandes centros urbanos reflete a despreocupação e a impressão que não mais se convive com a desigualdade entre homem e mulher, pois, em pleno século XXI, após o tratado dos Direitos Humanos e o reconhecimento da igualdade de gênero, ainda insisti, pela condição de ser mulher, a prática de desqualificar a

mulher deixando-a em um estado crítico de vulnerabilidade social e que ainda convive com desigualdade, como, por exemplo, no que se refere à moradia.

Em relação à concentração de renda no Brasil, por exemplo, fazem nítidas as distâncias entre homens e mulheres, negras e brancas, ricas e pobres. As diferenças de classes e raças e gênero são marcadores que justificam uma maior concentração de terras e bens nas mãos de uma elite branca e patriarcal implantada no país desde a sua colonização. Nesse cenário, o homem era o detentor e provedor de todos os recursos. Na sociedade moderna, é possível perceber todo esse processo histórico social que influencia, ainda hoje, o modo e as relações dentro da esfera urbana.

As relações sociais estabelecidas na esfera econômica e cultural trazem distinções que terminam por transformar o espaço do trabalho entre homens e mulheres, ricos e pobres, deixando estabelecido a segregação implantada e o sistema patriarcal condicionado em nossa sociedade, diferenciando as relações entre homens e mulheres, principalmente nos trabalhos desenvolvidos.

A divisão sexual do trabalho é um dos motores, como foi dito, da definição de posições distintas para mulheres e homens. Ela está na base do acesso diferenciado a recursos, a tempo – para dedicação ao trabalho, mas também ao mesmo tempo livre -, a experiências distintas e ao desenvolvimento de aptidões que se convertem em alternativas. Tem relação direta, também, com a socialização diferenciada de meninas e meninos, com a construção diferenciada de horizontes de possibilidade para mulheres e homens, desde a infância. (MIGUEL; BIROLE, 2013, p. 34)

Lefebvre (1969) afirma que o capitalismo separa o vínculo direto do trabalho, os produtos dos produtores, o homem e a mulher da cidade, prevendo a questão da moradia como algo oculto à problemática da cidade e o urbano. Além disso, é importante ressaltar que as dificuldades colocadas dentro do sistema industrial concentram numerosos problemas sociais nas áreas urbanas, dentre o qual surge o grave problema das mulheres, que, muitas vezes, são as responsáveis pela sustentação da família.

O trabalho reproduzido é contabilizado como parte da dinâmica do cotidiano, cuja reponsabilidade está a cargo das mulheres. Essa dinâmica, que está implícita tradicionalmente, está questionada e, em algumas situações, alterada, mas não superada. É nessa forma de organização social que a concepção ainda é dominante nas esferas do poder responsáveis pelas políticas públicas. Nesse sentido, podemos afirmar que o tempo das mulheres representa um elemento da pobreza e da desigualdade, ou seja, as condições em que os homens e as mulheres são construções sociais e exprimem divisão social do trabalho e do sexo.

Num universo doméstico em que prevalece o masculino como referência real e simbólica de representação da família no espaço público, a identidade feminina está intrinsecamente vinculada ao espaço da casa. Sob essa ótica, o trabalho, para a mulher, relaciona-se precipuamente à responsabilidade na vida doméstica, na qual encontra as reciprocidades esperadas pelo cumprimento dos papéis e obrigações a ela destinados. (LIMA, A. J. 2003, p. 186)

A sociedade capitalista é estruturada no patriarcado, com isso, à medida que o capitalismo cresce na sociedade moderna e de modo que existe a exploração do trabalho, é necessário romper com as opressões, compreendendo as identidades e categorias sociais e de sexo. A cidade representa um produto, muito além de um simples produto material. Nas cidades, se produzem objetos, coisas, espaço fundamental para a produção das relações sociais, assim como a sua própria consciência, cujos valores patriarcais são determinantes nesse processo. As problemáticas que envolvem as relações cotidianas nos revela as diferentes estruturas sociais construídas dentro o espaço urbano.

Destacam-se, entre essas abordagens, as análises críticas 1) do caráter patriarcal das instituições políticas liberais; 2) dos padrões culturais e de socialização que constroem o político como espaço masculino; 3) dos constrangimentos estruturais para a participação política das mulheres, por possuírem, em geral, menos recursos e menor tempo livre do que os homens – são eixos que definem algumas das principais vertentes explicativas da sub-representação política das mulheres. (MIGUEL; BIROLE, 2013, p. 40)

A identidade é formada a partir de oposições binárias, como, por exemplo, homens e mulheres, nacional e estrangeiros, torna-se necessário o reconhecimento da categoria de gênero e da prevalência da identidade para a construção política e social das lutas das mulheres na esfera social. A identidade social está ligada às representações de grupos e classes estabelecidas em diferentes aspectos sociais. De acordo com Pollak (1992), a construção da identidade social é produzida em referências a outras pessoas, aos critérios de aceitação, sendo que a memória e a identidade são valores disputados por vários grupos políticos e sociais.

Os valores patriarcais assumem relação de poder. Tudo aquilo que foge a normatividade imposta pela sociedade torna-se marginalizado e com dificuldades para se inserir no meio social, diferentemente daqueles que identificam seu sexo biológico e, por consequência, facilita sua inclusão social.

“O sujeito” é uma questão crucial para a política, e particularmente para a política feminista, pois os sujeitos jurídicos são invariavelmente produzidos por via de práticas de exclusão que não "aparecem", uma vez estabelecida a estrutura jurídica da política. Em outras palavras, a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas por uma análise política que toma as estruturas jurídicas como seu fundamento. O poder jurídico "produz" inevitavelmente o que alega meramente

representar; conseqüentemente, a política tem de se preocupar com essa função dual do poder: jurídica e produtiva. Com efeito, a lei produz e depois oculta a noção de “sujeito perante a lei”, de modo a invocar essa formação discursiva como premissa básica natural que legitima, subseqüentemente, a própria hegemonia reguladora da lei. Não basta inquirir como as mulheres podem se fazer representar mais plenamente na linguagem e na política. A crítica feminista também deve compreender como a categoria das “mulheres”, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais busca-se a emancipação. (BUTLER, 2003, p.19)

A política tem de ter uma base universal a ser encontrada em uma identidade supostamente existente em diferentes culturas, acompanhando a ideia de que a opressão das mulheres foi uma forma de discriminação da dominação patriarcal, em que a construção política do sujeito legitima ou exclui dentro do panorama social.

A crítica feminista deve compreender toda a categoria “mulheres”, pois o sujeito feminino é reprimido pelas mesmas estruturas que busca de reconhecimento. A identidade social entendida por Butler (2003) procura compreender esse processo como forma contínua e seja construída pela forma em que os sujeitos se expressam dentro de uma determinada sociedade.

Nesse sentido, compreendemos que a memória sobre a ocupação da Vila Irmã Dulce, em Teresina - Piauí, na década de 1990, cria aspectos de experiências que construíram as relações de identidades entre os ocupantes e a cidade. As dificuldades enfrentadas e todo o processo de transformação do espaço social é entendido como ferramentas de conquista por todos aqueles que fizeram presente a essa luta. Para as mulheres, que são consideradas ainda como uma categoria mais vulnerável da sociedade, o acesso à casa própria representa a inclusão social na medida em que garante o acesso às práticas sociais, à vida em família, aos direitos, como educação, trabalho, saúde e serviços.

O cotidiano das cidades modernas representa diferentes dificuldades, supostamente, são enfrentadas por homens e mulheres de forma igual, como a busca pela moradia, saúde, educação. Essa luta pela sobrevivência dos pobres urbanos demonstra ser apenas superficial a forma igualitária que é tratado homens e mulheres, pois a estrutura social é determinada pelos processos da sociedade capitalista, ou seja, a divisão do trabalho que é associado aos valores patriarcais impõe diferenças na jornada de trabalho e tempo, havendo uma exploração e vulnerabilidade maior às mulheres, cuja falta de moradia, o trabalho e a segregação espacial, por exemplo, são fatores que determinam as desigualdades entre os gêneros.

O direito à cidade e a reivindicação direta por moradia no processo de ocupação da Vila Irmã Dulce em Teresina – PI, na década de 1990, já discutida no capítulo anterior, nos revela a presença intensa de mulheres à frente dos movimentos que desencadearam a luta pela

construção e ocupação desse espaço na cidade de Teresina, de modo que essa ocupação se destacou pela organização e pela grande quantidade de ocupantes.

A ocupação de uma área na zona sul de Teresina, no dia 03 de junho de 1998, conhecido como o dia nacional de ocupação no Brasil, nos revela as complexas formas de luta em que os pobres urbanos (LIMA, A. J. 2003) estavam sujeitos. A luta pelo acesso à moradia mostra as múltiplas faces de famílias que buscavam a concretização do sonho de possuir um espaço na cidade, é como se a conquista desse espaço fosse fator determinante para o sentimento de pertencimento das práticas sociais.

Nota-se que todo o processo de ocupação foi elaborado por movimentos sociais, como a FAMCC, que teve como líder Lucineide Barros, e outras entidades, que buscavam assentar grandes quantidades de famílias pobres e que tiveram a figura de mulheres como protagonistas do movimento de luta e resistência.

Com a ocupação estabelecida, a maioria dos ocupantes não possuía muita coisa, além da própria vida⁵². Sendo a esperança sua maior força na conquista de um sonho, de possuir uma casa própria, todos os participantes da ocupação diziam-se estarem otimistas e não estavam dispostos a sair da área nem sob ameaça policial.

Muitos jornais da época tratavam da ocupação como sendo uma invasão de uma propriedade. Segundo Inga Michele Ferreira Carvalho⁵³, ao discutir o direito à propriedade e conflito social, da sua condição de ocupantes, os termos “ocupação” e “invasão” foram bastante debatidos entre os organizadores, como a FAMCC, esclarecendo aos participantes a diferenciação entre os conceitos de ocupar e invadir.

Para os membros da ocupação, invadir é tomar algo que está sendo utilizado pelo dono e ocupar é estar de posse de áreas que não estejam sendo utilizadas pelo dono. O termo invasão, expresso na imprensa local, é bastante criticado por grande parte da comunidade que constitui a Vila Irmã Dulce e muitos consideram o termo ofensivo, como destaca a moradora e uma das participantes da ocupação, Francisca Maria de Moura, conhecida como Neguinha.

Isso é até mesmo uma questão de lei por que se você invade, você invade uma coisa que tem dono e se você ocupa você ocupa uma coisa que está ociosa que não tem dono, então aqui só tinha dono no papel, mas na terra não tinha, então é ocupação mesmo, tomamos de conta e desmatamos e em seguida fizemos um reflorestamento...

⁵² Jornal O Dia, 04 de junho de 1998. Teresina – PI nº 11906 páginas 6 a 9.

⁵³ Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Piauí (2003). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em direito urbanístico e legislação urbanística. Direito à Propriedade e Conflito Social: A vila Irmã Dulce como Estudo de caso.

É por isso que nos ocupamos, porque ocupamos para cuidar e pra morar, invadir você só invade nem vai tá La⁵⁴.

Nota-se, assim, que a ocupação da Vila Irmã Dulce, em Teresina, mostra a dinâmica das mulheres e a centralidade, organização e sustentação cotidiana do espaço urbano, que é recorrente nas lutas por moradia.

Neguinha foi um dos grandes nomes de luta e de resistência para a construção da Vila. No período da ocupação, Neguinha - como gosta de ser chamada – participava de movimentos da igreja Católica, em que dava suporte aos ocupantes, com arrecadações e doações de alimentos e produtos de higiene. Durante o processo de luta e conquista esteve presente ao movimento de ocupação da área que seria a Vila Irmã Dulce, liderada, no período, pelo Padre Brasil⁵⁵.

Ao narrar o processo histórico de construção da Vila, Neguinha diz: “naquela noite, de 02 de Junho de 1998, chegaram os ocupantes até a Igreja do Porto Alegre com a Divina Santa Cruz quase 3 mil pessoas que à meia noite do dia 03 de junho saíram rumo às terras, hoje, a grande Vila Irmã Dulce”.

[...] eu morava no Porto Alegre na época da ocupação e nós estávamos de festejos, todos esperavam a Divina Santa Cruz, era gente, honestamente eu disse: “meu Deus do céu” vão ocupar é o nosso Bairro, gente com voice, com inchada, facão com tudo, quando deu umas dez e meia da noite pra onze horas começou a chegar a polícia, acho que algumas pessoas denunciaram e eles saíram[...] ⁵⁶.

Neguinha conta que, no início, estava ajudando os ocupantes levando comida, água e outros itens, até que sua casa, no bairro conjunto Porto Alegre, bairro próximo da ocupação que originou a vila Irmã Dulce, foi a leilão no dia 26 de junho de 1998 e ficou sem moradia. Nesse momento, deixou de ser apoiadora e passou a integrar o quadro de mulheres que estavam ocupando a área na zona sul de Teresina. Neguinha, passou a integrar parte da liderança

⁵⁴ Informações fornecidas por Francisca Maria, conhecia como “neguinha”, fez parte do grupo de apoio aos ocupantes pela Igreja Católica, posteriormente ocupou à área da atual Vila Irmã Dulce, tornando – se presidente de Associação dos Moradores, Atualmente é uma das grandes líderes da comunidade com o projeto Mais Amor, entrevista concedida ao autor em Dezembro de 2019.

⁵⁵ Demerval Dias Brasil, conhecido como Padre Brasil, na época era Padre da Paroquia Santíssimo Sacramento e era um dos organizadores da ocupação, participou de várias reuniões e foi um dos responsáveis pela escolha do local a ser ocupado.

⁵⁶ Informações fornecidas por Francisca Maria, conhecia como “neguinha”, fez parte do grupo de apoio aos ocupantes pela Igreja Católica, posteriormente ocupou à área da atual Vila Irmã Dulce, tornando – se presidente de Associação dos Moradores, Atualmente é uma das grandes líderes da comunidade com o projeto Mais Amor, entrevista concedida ao autor em Dezembro de 2019.

feminina do movimento, agindo na formação da associação de moradores para lutar por melhorias estruturais e de condições de vida.

O que se vê, na nascente Vila Irmã Dulce, é o protagonismo das mulheres, não somente por estarem em maioria na ocupação, mas também na maior parte das lideranças comunitárias, fazendo trabalhos de coordenação do território, das atividades de mobilização, das tarefas. Desse modo, muitas mulheres que estavam na ocupação eram “mães solteiras” e, conseqüentemente, eram responsáveis pelo sustento de sua família.

Foto 14 - Andreia Alves da Silva, participante do movimento de ocupação da Vila Irmã Dulce



Fonte: Jornal O Dia, 04 de junho de 1998.

A foto 14 representa a produção e a reprodução das práticas sociais estabelecidas na sociedade capitalista e segregadas (KOWARICK, 2009), podendo ser observado a figura da mulher em destaque no processo de luta e resistência.

Andreia Alves da Silva, retratada na foto 14, estava grávida de seis meses, como relata o Jornal O Dia de 04 de junho de 1998, no período da ocupação e resolveu dar o primeiro passo para mudar sua vida. Recolheu o pouco que tinha – algumas peças de roupas e panelas, além de feação – e foi se juntar ao grupo de, aproximadamente, cinco mil pessoas⁵⁷.

De acordo com Andreia Alves da Silva, até o meio – dia do dia 03 de junho, não havia se alimentado e disse não estar disposta a ir atrás de alimento, em que diz: “Só vou procurar comida amanhã. Hoje, só penso em garantir um pedaço de terra.”⁵⁸

⁵⁷ Relato observado na reportagem do Jornal O Dia, em entrevista com Andreia Alves da Silva, 04 de junho de 1998.

⁵⁸ Andreia Alves da Silva, em entrevista concedida ao Jornal O DIA, 04 de junho de 1998.

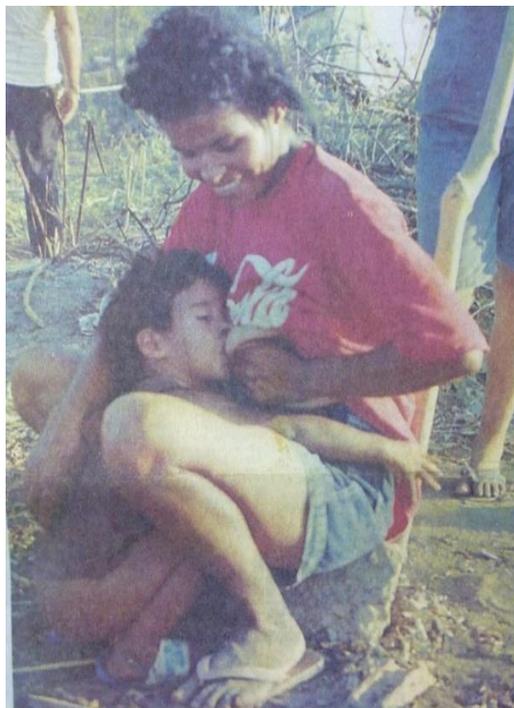
Observamos que a falta de acesso à propriedade e moradia por parte das mulheres está ligada não somente à pobreza em que estão inseridas, mas também com as leis, políticas e programas, que contribuem para a desigualdade de gênero, pois a propriedade privada na sociedade capitalista e patriarcal possui a ideia de superioridade de quem possui prestígio social, de maneira que está vinculado à masculinidade (BUTLER, 2003). Assim, há uma distância entre mulher e propriedade.

A desigualdade entre homens e mulheres é um marcador da sociedade vigente. O pensamento feminista caminhou para a crítica ampla do mundo social e está ligada à dinâmica social de produção e reprodução, que se expressa na divisão sexual do trabalho.

A trajetória de luta marcou a vida de muitas mulheres que estavam diretamente ligadas ao contexto de ocupação. O grupo de mulheres que estavam em um quadro de vulnerabilidade incorporaram experiências de vida que mediam a luta por sobrevivência.

De acordo com a reportagem do Jornal O Dia do 04 de junho de 1998, dona Maria dos Anjos Nascimento, 61 anos, havia limpado uma parte do terreno e um homem de aproximadamente 40 anos se apossou do local, em que diz: “Ele não deu nenhuma satisfação e foi logo me jogando pra fora. Deveria haver um controle sobre isso, reclama,”⁵⁹.

Foto 15 - Mãe amamentando seu filho no primeiro dia de ocupação



Fonte: Jornal O Dia, 04 de junho de 1998.

⁵⁹ Maria dos Anjos Nascimento, em entrevista concedida ao Jornal O DIA, 04 de junho de 1998.

De acordo com o Jornal O DIA (04 de junho de 1998), “A grande maioria das famílias, muitas delas com filho pequeno, como mostra a imagem 15, disse não possuir casa própria”. Afirma ainda, que na época da ocupação, em 1998, o Piauí possuía cerca de 100 mil sem-teto, sendo 30 mil só em Teresina.

O desafio dos pobres urbanos (LIMA, A. J. 2003), em especial a categoria mulher, é posta diante da vulnerabilidade da sobrevivência física devido à não condição de suprimentos necessários para sobreviver, de modo que a dificuldade enfrentada por grupos de mulheres põem em evidencia a fragilidade com que o sistema social está inserido em relação às condições de trabalho, de vida, de muitas mulheres pobres que convivem com baixos salários, sobrecarregadas de tarefas, e desrespeito aos direitos trabalhistas, desvalorização e discriminação. Por isso, a mulher pobre está disposta a vivenciar práticas de vida rudimentares como forma digna de manter o sustento de seus filhos.

[...] não tinha água, não tinha energia, a alimentação era pouca, não tinha comercio, tinham ajuda de ONG, a polícia vinha bate, na época bateram em vários companheiros no Palácio de Karnak⁶⁰, dentro da própria comunidade, na Cepisa⁶¹ quando ocuparam a Cepisa, tiveram a repressão policial direto e dos que se dizia os proprietários da terra, quando aqui tinha ato nunca ligaram pra terra, depois que a terra estava desmatada, eles quiseram ocupa de novo⁶².

A condição de moradia ganha feições diferenciadas no decorrer do tempo, com casas rústicas e de construção simples. Só por meio da regulamentação e de infraestrutura vão obtendo novos formatos, mas a passos lentos e graduais. As mudanças no espaço da Vila Irmã Dulce ocorreram de forma lenta, mas podendo serem visualizadas e comemoradas pelos seus habitantes como uma forma de conquista por meio das lutas pela melhoria, como relata uma entrevistada.

Mudou a infraestrutura é o que permaneceu foi a vontade de estar atrás de melhorias... A Vila é setorizada por ela ser grande tem o setor da Palitolândia, Morro do Cego, Pé de Pequi, Setor do Boa Vista, Alto Bonito, Manoel Cambota, Chacal então cada setor tem uma pessoa que lidera aquele setor ai o presidente coordena junto com todos, as dificuldades, onde eles sabem dos problemas do setor deles, eles me procuram como atual presidente e a gente tenta resolver, até da própria associação nós fizemos isso,

⁶⁰ Local administrativo do governo do Estado do Piauí.

⁶¹ Companhia Energética do Piauí.

⁶² Informações fornecidas por Francisca Maria, conhecia como “neguinha”, fez parte do grupo de apoio aos ocupantes pela Igreja Católica, posteriormente ocupou à área da atual Vila Irmã Dulce, tornando – se presidente de Associação dos Moradores, Atualmente é uma das grandes líderes da comunidade com o projeto Mais Amor, entrevista concedida ao autor em Dezembro de 2019.

destacamos a associação e colocamos cada pessoa nesses setores pra gente tá sabendo os problemas⁶³.

Essas mudanças vieram a contribuir para a consolidação da Vila Irmã Dulce, tendo em vista a luta política e organizacional da mulher pela conquista do espaço, permitindo associar a luta de classe à luta contra o patriarcado, fazendo surgir uma nova abordagem voltada para as desigualdades de gênero e as classes.

O início da ocupação da Vila Irmã Dulce trouxe imagens de mulheres pobres que lutam para a conquista de um espaço e, com isso, vivenciam práticas sociais diversas dentro da dinâmica da cidade, de modo que as lutas e resistência proporcionam o sentimento de pertencimento à cidade, mesmo vivenciando as dificuldades, as vulnerabilidades e a falta de atenção do poder público. O pobre urbano se instala em diferentes lugares e, geralmente, em condições precárias devido à dinâmica social estabelecida pela estrutura capitalista dentro do espaço urbano, havendo uma expansão dessas práticas de ocupação pelo direito à moradia e de reconhecimento de pertencimento a cidade.

A pobreza urbana de Teresina foi o fator pelo qual desencadeou a luta dos pobres urbanos e visivelmente a luta de mulheres pelo acesso à moradia, ocasionado várias lutas e resistência dentro do espaço urbano em busca da tão sonhada moradia. Portanto, a ocupação da Vila Irmã Dulce em Teresina – PI, no final da década de 1990, nos revela a imagem de mulheres em busca não somente de moradia, mas de reconhecimento social e político ao direito à cidade e à moradia, ou seja, as lutas sociais, desenvolvidas por mulheres, buscaram romper com padrões da sociedade reconhecida a partir da representação binária de gênero, em que ainda se estruturam em valores patriarcais e o capitalismo.

⁶³ Informações fornecidas por Francisca Maria, conhecia como “neguinha”, fez parte do grupo de apoio aos ocupantes pela Igreja Católica, posteriormente ocupou à área da atual Vila Irmã Dulce, tornando – se presidente de Associação dos Moradores, Atualmente é uma das grandes líderes da comunidade com o projeto Mais Amor, entrevista concedida ao autor em Dezembro de 2019.

Considerações Finais

A formulação de um estudo sobre a ocupação da Vila Irmã Dulce, situada na região sul de Teresina, capital do Piauí, visou à compreensão de como ocorreu todo o processo de ocupação de terra no tecido urbano da cidade a partir das condições concretas de vida dos pobres urbanos, elaborando visões diferentes em relação ao modo de como o homem ocupa seu território.

Desse modo, a pesquisa se desenvolveu mediante a história e trajetórias de grupos sociais que buscavam se estabelecer em Teresina. Desse modo, a década de 1990 configura uma nova realidade à cidade, com o crescimento nos números de favelas e vilas, o que fez surgir uma reorganização do espaço urbano, principalmente com a ocupação da Vila Irmã Dulce como uma das maiores ocupações ocorridas no Brasil no ano de 1998. Propositiva foi uma análise das problemáticas sociais existentes na cidade, bem como a organização de grupos que lutavam pelo direito à moradia e o direito à cidade.

Nesse esforço de compreender toda a trajetória de formação da Vila Irmã Dulce, partiu-se, objetivamente, de compreender todo o processo de ocupação e os sujeitos que compõem a formação da Vila. Além de utilizar fragmentos da história, adentrou-se a um universo de lembranças, por meio da memória sobre os momentos de lutas e conflitos, momentos dolorosos, mas de esperança de melhores condições de vida pelos ocupantes.

Analisando as memórias dos organizadores da ocupação, como membros da FAMCC, bem como os fatores sociais que levaram essas pessoas a ocuparem áreas conflituosas, colocando, até mesmo, suas vidas em riscos por uma causa comum, como o direito à moradia.

O estudo sobre a ocupação da Vila Irmã Dulce trouxe a imagem de pessoas pobres que lutam pelo direito à moradia. Desse modo, a ocupação da Vila Irmã Dulce marca, com grande poder de significação, a trajetória de vida dos moradores, bem como toda a dinâmica social da cidade. Compreendemos, assim, que todo o processo que culminou na formação de uma grandiosa vila foi palco de uma ação coletiva e organizada que, desse modo, protagonizou um grande movimento de luta e conquista dos menos favorecidos economicamente.

Nesse sentido, através da formulação dessa pesquisa, fica claro que os sujeitos sociais envolvidos na ocupação estabeleceram uma relação de integração à cidade e, de certo modo, se sentem parte integrante da cidade por possuírem uma moradia. Assim, a luta diária e persistente por melhores condições de vida constrói um modo de vida específico para os moradores, pois

toda a trajetória dos primeiros moradores está relacionada com o momento de luta e conflitos para obter sua moradia.

Nesse mergulho, nota-se que a trajetória de construção da Vila Irmã Dulce é fruto do processo de expansão espacial de Teresina, destacando a figura do migrante como um dos elementos que determinou a reconfiguração do território da cidade, marcando, por um lado, o progressivo aumento dos segmentos de pobreza presentes na formação de favelas e vilas que estimulou a luta e a reorganização da utilização da terra urbana.

O pobre urbano, em sua maioria migrante, vem em busca de novas oportunidades de mudança, instalando-se em diferentes lugares, geralmente em condições precárias, havendo uma expansão dessas práticas de ocupação. A pobreza urbana de Teresina foi o fator pelo qual desencadeou a luta dos desfavoráveis pela moradia, ocasionando várias lutas em busca da tão sonhada moradia, contexto que resultou em toda uma reorganização territorial urbana da cidade a partir da década de 1990.

A década de 1990 apresenta um novo aspecto de expansão territorial da cidade, não somente pelas periferias produzidas por conjuntos habitacionais, mas, sim, pela ocupação de espaços vazios. A dimensão da pobreza urbana extrapola as condições sociais, sendo explicadas pela carência material e econômica, assim, as práticas relevam as imagens de um cotidiano de privações, realçadas no convívio de situações que geram conflitos com o poder público.

As experiências de vida dos pobres urbanos em Teresina está vinculada ao novo cenário exibido pela cidade a partir da segunda metade do século XX com a implantação dos conjuntos habitacionais na periferia da cidade, marcada, de um lado, pelo aumento populacional de segmentos pobres da população, presentes em favelas e vilas e, por outro, pela necessidade de uma reorganização espacial, com uma nova legislação que visava controlar as formas de utilização do espaço urbano, estabelecendo novas metas de organização social em favelas e vilas da cidade.

A presença dos pobres urbanos e a formação de favelas e vilas no final do século XX por todas as regiões da cidade mostra a distinção de grupos sociais e a segregação espacial. Desse modo, o cenário urbano, em Teresina, dava sinais claros de desigualdades sociais, não somente entre centro e periferia, mas toda a esfera urbana da capital. A utilização dos espaços urbanos pelos excluídos socialmente está relacionada diretamente com a falta de condições e espaço adequado para morar, assim, instalam-se em diferentes lugares, geralmente em condições de risco.

A Vila Irmã Dulce é fruto das reivindicações e da falta de estrutura que Teresina oferecia aos seus habitantes. Desse modo, a dinâmica dos grupos e sujeitos que participaram da

ocupação aparece como suporte para entender todo o processo de luta e de resistência, destacando os diferentes sujeitos envolvidos para compreender toda a estrutura oferecida pela cidade aos seus agentes sociais. O processo de ocupação que deu origem à Vila Irmã Dulce é um reflexo das problemáticas urbanas que vinha se ampliando por todo o Brasil sobre a falta de habitação.

Diante de todo o contexto já mencionado, o movimento de ocupação foi, propositalmente, 03 de junho de 1998, dia em que ocorriam, em várias partes do Brasil, diversas ocupações. O propósito do movimento era chamar atenção do poder público para o problema da falta de habitação e do acesso dos pobres urbanos ao direito à moradia.

Em uma sociedade em que o espaço social é restrito aos pobres, a luta pelo direito à moradia se torna elemento essencial para sobrevivência. A experiência e a luta de todos os entrevistados retratavam, em suas narrativas, a importância da conquista da terra, mesmo carregada de conflitos, pois a territorialização, que significa a conquista do lugar, de grupos possibilita a tão sonhada posse da terra.

Nesse sentido, possuir uma moradia, assim como o trabalho, significa se inserir na dinâmica social da cidade, assim, quando grupos e sujeitos que possuem menor ou nenhum poder aquisitivo conquista um espaço para morar, constroem laços identitários com o território ocupado por meio da memória, como forma de resgatar as lutas e desafios impostas para alcançar o direito à moradia. A construção histórica da Vila Irmã Dulce nos permitiu compreender, por meio das falas de membros da ocupação, os sentidos construídos ao longo do tempo na formação e consolidação da Vila como uma das maiores do Brasil.

Desse modo, a memória dos organizadores sobre a ocupação da Vila é uma ferramenta essencial para compreendermos toda a trajetória de luta e resistência que a população carente de Teresina na década de 1990 estava vivenciando, assim, compreendemos a importância das instituições que participaram direta e indiretamente da organização da ocupação da área que corresponde hoje a Vila Irmã Dulce, bem como os sujeitos que estavam ligados diretamente nos primeiros momentos de ocupação.

Os sentidos produzidos com os relatos sobre a memória da ocupação da Vila Irmã Dulce possibilitaram compreender todo o processo histórico, que, por muitas vezes, é inviabilizado no processo de produção das cidades. Com isso, ao analisamos a memória da ocupação, percebe-se a importância de preservação da memória de luta pela moradia e pelo direito à cidade. Assim, as narrativas e trajetórias da construção histórica da Vila aparecem como memória vivida no processo de luta e resistência dos pobres urbanos na década de 1990 em Teresina.

Nesse sentido, as histórias contadas nos momentos buscados me fizeram entender que cada sujeito revivia sua história de modo próprio, isso me fez compreender que as experiências vividas são individuais, mas que partem de uma memória mais ampla com base em uma vivência coletiva, construindo pequenas ramificações das ações vividas para apreendermos as relações sociais e políticas estabelecidas dentro de um contexto maior que visava a fixação e o direito ao acesso à moradia e à cidade como forma de pertencimento a dinâmica sociais estabelecidas no tecido urbano.

Assim, a ocupação da Vila Irmã Dulce retrata significativamente as diferenças sociais existentes na cidade, com isso, essa ocupação configura uma ruptura de pensamento nas ações, tanto do poder público como dos próprios indivíduos, por perceberem o poder coletivo e a força dos grupos que buscam o reconhecimento como parte integrante da cidade, além da luta por melhores condições de vida.

A pesquisa revelou que a ocupação que deu origem a Vila Irmã Dulce é marcada por dramas sociais que revelam a falta de estrutura adequada para atender as necessidades dos pobres urbanos que habitavam a capital, Teresina, na década de 1990 e, com isso, foi o fator principal para que se organizasse frente de luta pelo acesso à habitação. Desse modo, a coletividade de grupos e sujeitos fizeram, a partir das necessidades, o combustível necessário para a busca de direitos e de reconhecimento, assim, surgiu a Vila Irmã Dulce, como palco das reivindicações, não somente de moradia, mas de todos os direitos sociais em que o indivíduo possui.

Pode-se notar que as experiências de luta e conflito pelo direito à moradia teve, como maior movimento, a ocupação que originou a Vila Irmã Dulce, pois buscou-se famílias e indivíduos nos limites da condição de vida para, sobretudo, pressionar soluções do poder público para a questão da habitação e, conseqüentemente, as melhorias de estrutura e de vida.

Em uma realidade em que os espaços reservados aos pobres são restritos, a luta e resistência dos ocupantes da Vila Irmã Dulce é valorizada, pois, na busca da posse da terra, eles encontraram modos de superação social. Buscam, assim, romper com o limite da negação e constroem redes de experiências na defesa de direitos.

A construção histórica da Vila Irmã Dulce nos permite analisar o cenário de desigualdade social e econômica que os moradores de Teresina enfrentavam no final da década de 1990, assim, a formação e construção do projeto de ocupação da Vila nos proporciona repensar nas ações coletivas que o poder público tem de oferecer para que minimize o distanciamento social entre os habitantes e, com isso, pensar em políticas públicas para atender as diferentes classes sociais.

Contudo, as privações e o estigma de pobreza, que envolviam os ocupantes, eram um reflexo da desigualdade social estabelecida pelo sistema vigente. Os pobres urbanos buscam sair dessa esfera de marginalização, atraindo, por meio das lutas e conflitos, mudanças em seu cotidiano para a construção de um futuro diferente, enunciando, em seus anseios, o desejo de crescerem na vida social com a conquista de uma moradia e o direito à cidadania como ferramentas que lhes garantam acesso direto a todas as manifestações como indivíduo.

Referências Bibliográficas:

ABREU, Mauricio de Almeida. Escritos sobre o espaço urbano/organização. Fania Fridman, Rogerio Haesbaert. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

ALMEIDA, A. W. B. Os Processos de territorialização. In: Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas, Manaus: PNCSA-UFMA, 2008, p. 118- 127.

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. Cotidiano e Pobreza: A Magia da Sobrevivência em Teresina (1877 – 1914). Teresina – Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

_____. Cotidiano e imaginário: um olhar historiográfico. Teresina: EDUFPI/ IDB, 1997.

_____. Cotidiano e Pobreza: A Magia da Sobrevivência em Teresina. Teresina – EDUFPI, 2010.

APPOLINÁRIO, F. *Coleta e tabulação de dados quantitativos/Introdução a análise qualitativa de dados*. In: Metodologia científica. Filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Thomson Learning, 2006, pp, 133-184.

BARROS, Paulo Cezar; FERREIRA, Fernando da Costa. A Importância do Estudo da Geografia Histórica para a Compreensão do Espaço Urbano. Revista geo-paisagem (online), Ano 8, nº 15, 2009. Janeiro/Junho de 2009 - ISSN Nº 1677-650 X

BITTENCOURT, Luciana. *Algumas considerações sobre o uso da imagem na pesquisa antropológica*. In: FELDMAN-BIANCO, Belas; LEITE, Mirian Moreira (orgs). Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais. Campinas, SP: Papirus. 1998.

BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil. *Análise Social*, vol. XXIX (127), 1994.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. 3 ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*; tradução Fernando Tomaz. 12. Ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2009.

BRASIL, Demerval Dias. Entrevista concedida dia 01 de novembro de 2018.

BUTLER, Judith P. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003. 236 p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A cidade*. 9. Edição. 1 reimpressão – São Paulo: contexto, 2013.

_____. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2011.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome. O dilema brasileiro: pão ou aço*. 10. ed. Rio de Janeiro: Antares: Achiamé, 1982.

CAVALCANTE ALMEIDA, Amanda. *Teresina e as moradias da região central da cidade (1852-1952)*. São Carlos, 2016.

Censo das Vilas e Favelas (I) – Secretaria Municipal de Trabalho e Assuntos Comunitários (SEMTAC)/Prefeitura Municipal de Teresina, Teresina, PI, 1993.

Censo das Vilas e Favelas (II) – Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social, PMT, Teresina, PI, 1996.

Censo das Vilas e Favelas (III) – Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social, PMT, Teresina, PI, 1999.

CERTEAU, Michel. *A invenção do Cotidiano: 2. Morar, Cozinhar*. 1996. Ed. Vozes.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Industrialização e Urbanização. O espaço Urbano*, 1989, 4º ed. Editora Ática.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História Oral: Memória, Tempo, Identidade*. 2006. Ed. Autentica.

FAÇANHA, Antônio Cardoso. A evolução urbana de Teresina: passado, presente e ... Carata CEPRO, Teresina, v.22, n.1, p.59-69), jan./jun. 2003.

FLÁVIO, Luiz Carlos. A geografia e os “territórios de memória” (as representações de memória do território). Vol. 15 – nº 21 – jan. jun. 2013 – pp 123-142. Revista faz ciência.

FIRME, Denise Penna. Estudo de caso: projeto vila-bairro: Teresina-Piauí – versão condensada. / Denise Penna Firme, Alexandre Santos, Tereza Cristina Baratta. Supervisão de Marlene Fernandes. Coordenação de Carlos Alberto Silva Arruda. Redação de Patrícia Azevedo de Oliveira. – Rio de Janeiro: IBAM, 2002.

GASKELL, G. entrevistas individuais e grupais. In: Bauer, M. W.; GASKELL, G. (org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes, 2003, pp. 64-89.

GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno M. (orgs.). *Movimentos sociais na era global* – Petrópolis, RJ : Vozes, 2002.

GOLDENBERG, M. *A Arte de Pesquisa*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GOMES, José Airton Gonçalves. *Teresina Ontem e Hoje*. Fundação Monsenhor Chaves, 1992.

GOMES, Paulo César da Costa. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: 2002, 304 p. [ISBN 85-286-0956-1]

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. 1990. ED. Revista dos Tribunais LTDA. São Paulo.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. 2006. São Paulo. (Centauro)

HALL, Stuart. *A identidade Cultural na Pós-Modernidade*. 1992. 11ª ed. Rio de Janeiro. Ed. DPeA.

HARVEY, David. *A justiça Social e a Cidade*. Tradução: Armando Corrêa da Silva. Editora Hucitec. São Paulo, 1980.

JORNAL O DIA. 04 de junho de 1998. Teresina – PI. Número 11906. Páginas 06 à 09.

KOWARICK, Lucio. *Escritos Urbanos/ fotografias de Tomás Rezende*. – São Paulo: editora 34, 2009 (2 edição).

LEFEBVRE, Henri. *Noções Preliminares – O Direito à Cidade*. 1969, ed. Centauro.

_____. *A Revolução Urbana*. Tradução: Sérgio Martins, 1ª reimpressão, Belo Horizonte, Editora: UFMG, 2002.

LIMA, Antônia Jesuíta de. *As Multifaces da Pobreza: Formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos*. Teresina: Halley, 2003.

_____. *Cidades brasileiras – atores, processos e gestão pública/organizado por Antônia Jesuíta de Lima*. – Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LIMA, Jurandir Gonçalves de. *Memórias afetivas de Teresina: tensões entre tradições e modernidades no processo de modernização da cidade (1970-2000) – Jurandir Gonçalves de Lima*, 2016.

LIMA, Gerson Portela. *Atlas da exclusão social no Piauí/Gerson Portela Lima*. – Teresina: Fundação CEPRO, 2003.

LITTLE, P. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil – por uma antropologia da territorialidade, Simpósio “Natureza e Sociedade: Desafios Metodológicos para a Antropologia”, na 32ª Reunião de Antropologia, Gramado, Rio Grande do Sul, 2002.

M. BRESCIANNI, Maria Stella. *História e Historiografia das Cidades, um Percurso*. 2007. Ed. Contexto.

MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MAY, T. *Pesquisa Social - questões, métodos e processos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEDEIROS, Lucineide Barros. Entrevista concedida 16 de janeiro de 2020.

MOURA, Francisca Maria. Entrevista concedida 04 de dezembro de 2019.

MUNFORD, Lewis. *A cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas/Lewis Munford: (tradução Neil R. da Silva)*, - 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *O olhar do outro sobre os pobres urbanos de Teresina na década de 1970*. X Encontro Nacional de História Oral, Testemunhos: História e Política. ISBN 978-85-7315-769-7, 2010.

_____ *Cajuína e Cristalina: múltiplos olhares sobre a cidade de Teresina*, Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

NORA, Pierre. *Projeto História. Entre Memória e História a Problemática dos Lugares*. Educ. – Ed. Da PUC – SP. 1993.

NETO, E. X. R; LIMA, A. J. Padrão de relações entre atores sociais urbanos na gestão da moradia: a experiência de Teresina nos anos 1990. In: LIMA, A. J. (Org.) *Cidades Brasileiras - atores, processos e gestão pública*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

OLIVEIRA, J. P. Uma etnologia dos “índios misturados?” In: *A Viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*, Rio de Janeiro, Ed. Contracapa, 1999.

PAIVA, Odair da Cruz. *História da (I)migração: imigrantes e migrantes em São Paulo entre o final do século XIX e o início do século XX*. São Paulo: Arquivo público do Estado, 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias*. Revista Brasileira de História, vol. 27, nº 53, 2007.

POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Vol.5. n.10. 1992. p. 200-212.

PREFEITURA DE TERESINA. *Censo das Vilas e Favelas de Teresina 1999*. SEMPLAN – Secretária Municipal de Planejamento e Coordenação geral. 2000.

_____ *Perfil Teresina 1993*. SEMPLAN – Secretária Municipal de Planejamento e Coordenação geral. 1994.

_____ *Projeto Vila-Bairro*. SEMPLAN – Secretária Municipal de Planejamento e Coordenação geral. 1997.

RONILK, Raquel. *O que é Cidade*. 1994. 3º ed. Editora brasiliense.

SANTANA, Raimunda Nonata do Nascimento. *Urbanidade e Segregação: usos do território, modos segregados de moradia e imagens urbanas em São Luís, cidade patrimônio cultural da humanidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. 3º edição, São Paulo, Nobel, 1992.

_____ *Técnica, Espaço, Tempo – Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional*. 3ª edição, Editora Hucitec, São Paulo, 1997.

_____ *A Natureza do Espaço – Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 3º edição, Hucitec, São Paulo, 1999.

SILVA, Arnaldo Eugênio neto da. *A Bruxa Má de Teresina: um estudo do estigma sobre a Vila Irmã Dulce como um “lugar violento” (1998 – 2005)*. Dissertação/UFPI, Teresina, 2005)

SILVERMAN, D. *Etnografia e observação*. In: *Interpretação de dados qualitativos: Métodos para análise de entrevistas, textos e interações*. Porto alegre: Artmed, 2009, pp. 70-106.

SPINK, P. Análise de documentos de domínio Público. In: SPINK, M. J (Org.) *Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano*. São Paulo: Cortez Editora, 2000, pp. 123-151.

SOUSA, Francisco de Sales Vieira. Entrevista concedida 07 de novembro de 2018.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORREA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Organizadores). *Cidade contemporânea. Segregação espacial*. São Paulo: Editor Contexto, 2013.

VALLADARES, Lícia do Padro. *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

WEBER, R. *Relato de quem colhe relatos: pesquisa em história oral e ciências sociais*. In: **DADOS: Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, vol.39, nº1, 1996. Pp. 163-183.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*; tradução Paulo Henrique Britto. – São Paulo: Companhia das letras, 2011.

WOLF, E. A formação da nação: um ensaio de formulação. In: FELDMAN_BIANCO, B.; RIBEIRO, G. L (orgs.). *Antropologia e poder. Contribuições de Eric Wolf*. Brasília/São Paulo: EdUnB/EdUnicamp, 2003, p. 199-219.